



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

JUNHO 2023





COORDENAÇÃO

Instituto Nacional de Estatística (INE)
Eliza Mónica A. Magaua, Presidente do INE

Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)
Bérangère Boëll, Representante
Andrea M. Wojnar, Representante (2017-2021)

Ficha Técnica

COMITÉ TÉCNICO INTER-INSTITUCIONAL

Instituto Nacional de Estatística
Pedro Bernardo Duce, Director Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais (Coordenador do Comité)
Elísio Sebastião Mazive, Director Nacional Adjunto de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais
Adelaide Macaba Bazagari, Assessora do Presidente do INE
Abdulai Dade, Chefe do Departamento de Estatísticas e Estudos Demográficos

Fundo das Nações Unidas para a População

Muhammad Asif Wazir, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2023)
Alessio Cangiano, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (até 2022)
Ezekiel Ngure, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2022)
Simão Chatepa, Gestor do Projecto de Censo - Trust Fund

Universidade Eduardo Mondlane

Carlos Arnaldo, Director do Centro dos Estudos Africanos

PROCESSAMENTO DE DADOS

Anselmo Nhane, Chefe do Departamento de Informática e Sistemas de Informação
Muemed Cassimo; Maria Alfeu; João Manguê; Francisco Macaringue; Luis Bassanhane e Mussagy Ibraimo.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO (ICON Institute)

Coordenação
Marco Gozio (Coordenador Geral)
Ralph Hakkert (Coordenador Técnico)

AUTORES

Marcos Hecksher, Danielle Cireno Fernandes, Ana de Carvalho, Luciana Luz

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Jessica Lomelin, Especialista em Comunicação e Desenvolvimento de Parcerias (UNFPA)
Karlina Salu, Oficial da Comunicação (UNFPA)

MAQUETIZAÇÃO

Habesha Media, México.

ACRÓNIMOS

EP1	Ensino Primário do 1º Grau
EP2	Ensino Primário do 2º Grau
ESG1	Ensino Secundário do 1º Ciclo
ESG2	Ensino Secundário do 2º Ciclo
ETE	Ensino Técnico Elementar
ETB	Ensino Técnico Básico
ETM	Ensino Técnico Médio
CFPP	Curso de Formação de Professores Primários
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
TBA	Taxa Bruta de Admissão
TBL	Taxa Líquida de Admissão
TBE	Taxa Bruta de Escolarização
TLE	Taxa Líquida de Escolarização
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
INE	Instituto Nacional de Estatística
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

PREFÁCIO

Os Censos Demográficos apresentam a fotografia do País no momento da recolha de dados, disponibilizando os dados da população e das habitações, bem como as suas principais características. Estes dados permitem identificar tendências e lacunas de modo a planificar e priorizar os investimentos necessários. O uso dos resultados dos censos pode catalisar mudanças profundas e melhorar a vida de milhões de pessoas.

Moçambique realizou quatro rondas de Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos) desde a independência nacional em 1975, que tiveram lugar nos anos 1980, 1997, 2007 e 2017. Segundo as normas internacionais, o intervalo entre os Censos é de 10 anos, embora não se tenha cumprido este prazo entre o primeiro e o segundo Censo devido ao conflito armado no País.

Em Agosto de 2017, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o IV Recenseamento Geral de População e Habitação e em Abril de 2019 iniciou a divulgação dos resultados definitivos e oficiais.

Com recurso à base de dados do Censo 2017, foram realizados 17 Estudos Temáticos, concluídos em 2023 para fornecer uma análise mais profunda sobre os seguintes tópicos: Avaliação dos dados do Censo 2017; Projecções da População; Dinâmica da População; Fecundidade e Nupcialidade; Mortalidade; Mortalidade Materna; Migração e Urbanização; Deficiência; Inclusão Financeira; Situação das Crianças; Condições Socioeconómicas da Juventude; Padrão Linguístico; Agregados Familiares e Condições de Habitação; Força de Trabalho; Género; Educação e População Idosa.

Através dos relatórios dos estudos, a sociedade tem acesso à informação vital do panorama sociodemográfico actualizado de Moçambique, contribuindo assim para informar os processos de planificação e de formulação de políticas baseadas em evidências.

Com os resultados disponíveis, constatou-se que Moçambique mantém uma população jovem e em rápido crescimento, o que apresenta um potencial significativo para colher os benefícios de um dividendo demográfico. Para beneficiar deste dividendo é necessário um investimento adequado na saúde, educação, capacitação e emprego, promoção do capital social e humano e igualdade de género.

Expressamos os nossos mais profundos reconhecimentos a todas as entidades, singulares e coletivas, que contribuíram para a materialização e sucesso do projecto do Censo 2017. Salientamos em particular o apoio técnico e financeiro recebido do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Banco Mundial e do Fundo Fiduciário (Trust Fund) para o IV Censo, constituído pelos Governos do Canadá, Reino Unido, Suécia, Noruega e Itália.

Desejamos igualmente manifestar o nosso maior reconhecimento aos agregados familiares por terem aceitado fornecer os seus dados, bem como aos agentes de campo, com destaque para os recenseadores e guias locais por terem percorrido a extensão do território nacional em busca dos dados relevantes sobre os moçambicanos.

Esperamos um maior uso dos estudos temáticos e que neles se encontre o poder e o valor dos dados, assim como os achados da sua análise. Estes elementos permitirão uma compreensão mais profunda de Moçambique e servirão de referência para sugerir de maneira objectiva onde os investimentos são mais necessários para transformar positivamente a vida das pessoas no presente e das próximas gerações.

Presidente do INE



Eliza Mónica A. Magaua

Representante do UNFPA



Bérangère Boëll

Maputo, Junho de 2023

Índice

1 Resumo Executivo	1
2 Introdução.....	7
3 Disponibilidade de Dados	13
4 Metodologia.....	15
4.1 Regressões Logísticas	16
4.2 Estratégia de análise	17
5 Resultados.....	21
5.1 Alfabetização da população de 15 anos e mais	21
5.2 Frequência Escolar Actual e Passada da População	30
5.3 Nível mais alto que frequenta/frequentou e análise dos níveis de ensino	43
5.3.8 Escolaridade da população adulta.....	84
5.3.9 Reprodução Intergeracional da Desigualdade Educacional.....	101
6 Interpretação	111
6.2 Cobertura Educacional – Frequência Escolar.	112
6.3 Reprodução intergeracional da desigualdade educacional	115
6.4 Síntese.	115
7 Implicações de Política	117
8 Referências	121
9 Anexos	124

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Número de estudantes matriculados na escola primária de 1972 a 2018.	9
Gráfico 2: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais por sexo, Moçambique, 1997, 2007, 2017.	22
Gráfico 3: Taxa de analfabetismo por grupo etário com 15 anos e mais, Moçambique, 1997, 2007, 2017.	23
Figura 1: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais, Moçambique 1997.	24
Figura 2: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais, Moçambique 2007.	25
Figura 3: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais, Moçambique 2017.	26
Gráfico 4: Taxas de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	28
Gráfico 5: Número e percentagem de pessoas com 5 anos e mais que frequentam, não frequentam mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, Moçambique 1997, 2007, 2017.	30
Gráfico 6: Número e percentagem de pessoas com 5 anos e mais que frequentam, não frequentam mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, Moçambique 1997, 2007, 2017.	31
Gráfico 7: Percentagem de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola, não estão a frequentar mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por região urbana e rural, Moçambique 1997, 2007, 2017.	32
Gráfico 8: Percentagem de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola, não estão a frequentar mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	33
Gráfico 9: Percentagem de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola, por província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	35
Gráfico 10: Percentagem de pessoas de 5 anos e mais que nunca frequentaram a escola por província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	35
Gráfico 11: Percentagem de e pessoas de 5 anos e mais que frequentam a escola por idade, Moçambique 1997, 2007, 2017.	36
Gráfico 12: Percentagens das crianças e jovens de 5-24 anos que frequentam a escola, por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	38
Gráfico 13: Percentagens das crianças e jovens de 5-24 anos que frequentam a escola, por área de residência para cada ano, Moçambique 1997, 2007, 2017.	38
Gráfico 14: Percentagens de pessoas por idade que actualmente frequentam a escola, separadamente homens e mulheres, Moçambique 1997, 2007, 2017.	40
Gráfico 15: Percentagens de pessoas por idade que actualmente frequentam a escola por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	41
Gráfico 16: Percentagem das pessoas que frequentam a escola segundo província, por e idades, Moçambique 1997, 2007, 2017.	42
Gráfico 17: Percentagem das pessoas que frequentam a escola segundo província, por idade, segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	43
Gráfico 18: Distribuição absoluta e distribuição relativa do nível mais alto que frequenta ou frequentou da população com 5 anos e mais, Moçambique 1997, 2007, 2017.	45
Gráfico 19: Peso do ensino primário e do ensino secundário no total do nível de ensino mais elevado que frequenta ou frequentou das pessoas com mais de cinco anos de idade, Moçambique 1997, 2007, 2017.	45

Gráfico 20: Distribuição das pessoas com 5 anos e mais, valores absolutos e valores relativos, por nível de ensino que frequenta, Moçambique 1997, 2007, 2017.	47
Gráfico 21: Número de alunos que frequenta o ensino primário do primeiro grau, com idades de 5-24 anos, Moçambique em 1997, 2007, 2017.....	49
Gráfico 22: Percentagem de alunos que frequenta o ensino primário do primeiro grau em relação ao total da população da mesma idade, com idades de 5-24 anos, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	49
Gráfico 23: Número de crianças de 6-10 anos que frequentam e os que não frequentam o EP1, Moçambique 1997, 2007, 2017.	50
Gráfico 24: Percentagens de frequência escolar no EP1 por idade de crianças e jovens de 5-24 anos, por área de residência, Moçambique 1997, 2007 ,2017.	51
Gráfico 25: Percentagens de frequência escolar por idade de crianças e jovens de 5-24 anos, por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	52
Gráfico 26: Percentagens de frequência no EP1 de crianças e jovens de 5-24 anos, por idades e por províncias, Moçambique 1997, 2007, 2017.	53
Gráfico 27: Percentagem de crianças e jovens que frequentam o EP2 em relação à população de cada idade, Moçambique 1997, 2007, 2017.	54
Gráfico 28: Percentagem de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 segundo Província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	55
Gráfico 29: Percentagem de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por área de residência, segundo província, 2017.	56
Gráfico 30: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por área de residência, segundo província, Moçambique 2017.....	57
Gráfico 31: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por idade e sexo, Moçambique 2017.	58
Gráfico 32: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por sexo, segundo província, Moçambique 2017.	59
Gráfico 33: Percentagens de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2, por idade, segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	60
Gráfico 34: Número de estudantes no Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1), por província Moçambique 1997, 2007, 2017.....	61
Gráfico 35: Número total de estudantes no ESG1 por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	62
Gráfico 36: Número total de estudantes no ESG1 idades, dos 12 aos 30 anos, e por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	62
Gráfico 37: Número total de estudantes e percentagens no ESG1 por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	63
Gráfico 38: Número total de estudantes no ESG1 idades, entre 12 e 30 anos, por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	64
Gráfico 39: Número de estudantes no Ensino Secundário do 1º Ciclo, segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	65
Gráfico 40: Número total de estudantes no ESG2 por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	65
Gráfico 41: Número total de estudantes no ESG2 por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	66
Gráfico 42: Gráfico do número total de estudantes no ETE por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	67
Gráfico 43: Número total de estudantes no ETE por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	68
Gráfico 44: Número total de estudantes no ETB por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017	68
Gráfico 45: Número total de estudantes no ETB por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	69
Gráfico 46: Número total de estudantes no ETM por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	69

Gráfico 47: Número total de estudantes no ETM por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	70
Gráfico 48: Número total de estudantes no CFPP por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	71
Gráfico 49: Número total de estudantes no CFPRF por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	72
Gráfico 50: Número total de estudantes no ensino superior segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	73
Gráfico 51: Número total de estudantes no Ensino Superior por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	74
Gráfico 52: Número total de estudantes no Ensino Superior por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	74
Gráfico 53: Comparação da Taxa Líquida de Escolarização (TLE) e Taxa Bruta de Escolarização (TBE) do Ensino Primário do 1º grau, estimativas do MINEDH ajustadas e estimativas a partir dos dados do Censo 2007, por província.	76
Gráfico 54: Taxa de Admissão aos 6 anos por províncias, dados de ingresso do MINEDH e do Censo, Moçambique 2017.	77
Gráfico 55: Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Primário (EP1+EP2) por província, dados do MINEDH e do Censo, Moçambique 2017.....	79
Gráfico 56: Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Primário (EP1+EP2) por província, dados de ingresso do MINEDH e do Censo, Moçambique 2017.....	80
Gráfico 57: Taxas Líquidas de Admissão, de Escolarização do Ensino Primário do 1º Grau (EP1), de Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau (EP2) e de Escolarização do Ensino Primário (EP), na versão A e na versão B, Moçambique 1997, 2007, 2017.	81
Gráfico 58: Taxas Brutas de Escolarização do Ensino Primário do 1º Grau (EP1), de Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau (EP2) e de Escolarização do Ensino Primário (EP), na versão A e na versão B, Moçambique 1997, 2007, 2017.	82
Gráfico 59: Taxa de escolarização líquida do Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1), por província, dados de ingresso do MINEDH e do Censo, Moçambique 2017.....	83
Gráfico 60: Taxa de Escolarização Bruta do Ensino Secundário do 1º Ciclo, por província, dados de ingresso do MINEDH e do Censo, Moçambique 2017.....	84
Figura 4: Distribuição percentual da população com nenhum nível de ensino concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.	97
Figura 5: Distribuição percentual da população com o nível de Ensino Primário (EP1 e EP2) concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	98
Figura 6: Distribuição percentual da população com o nível de Ensino Secundário (ESG1 E ESG2) concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.	99
Figura 7: Frequência à escola filhos e filhas de 15-24 anos de idade de mães com Ensino Primário do 2º Grau (EP2) concluído, Moçambique 2017.	104
Figura 8: Frequência à escola filhos e filhas de 15-24 anos de idade de mães com Ensino Primário do 2º Grau (EP2) concluído, Moçambique 2017.	104
Gráfico 61: Coeficientes do modelo logístico para os determinantes da frequência à escola para filho(a)s de 3-17 anos de idade.	108

Lista de Quadros

Quadro 1: Indicadores de educação básica, Moçambique 2016.....	8
Quadro 1: Objetivos e estratégia metodológica para a análise do contexto educacional em Moçambique.	17
Quadro 2: Analfabetismo para pessoas com 15 anos e mais, por ano, Moçambique 1997, 2007 e 2017.	21
Quadro 3: População analfabeta por província com 15 anos e mais, Moçambique, 1997, 2007, 2017.	23
Quadro 4: Percentagem da população analfabeta e alfabetizada com 15 anos e mais, por sexo, segundo província, Moçambique 2017.	27
Quadro 5: Razões de chance para a probabilidade de ser alfabetizado segundo características, Moçambique 2017.	29
Quadro 6: Número e percentagem de pessoas com 5 anos e mais que frequentam, não frequentam, mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, 1997, 2007, 2017.....	30
Quadro 7: Percentagem das pessoas de 5 anos e mais que frequentam a escola, não.....	32
frequentam, mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por região urbana e rural, Moçambique 1997, 2007, 2017.	32
Quadro 8: Percentagem das pessoas de 5 anos e mais que frequentam a escola, não.....	33
frequentam, mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	33
Quadro 9: Percentagens de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola,	34
não estão a frequentar, mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	34
Quadro 10: Percentagens das crianças e jovens de 5-24 anos que frequentam a escola, por urbano e rural, 1997, 2007 e 2017.	37
Quadro 11: Percentagens das pessoas que frequentam a escola por sexo e idades, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	39
Quadro 12: Percentagens de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola,	40
não estão a frequentar, mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por província, Moçambique 2017.	40
Quadro 13: Distribuição das pessoas com 5 anos e mais, em número e em percentagens, por nível de ensino mais alto que frequenta ou frequentou, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	44
Quadro 14: Distribuição das pessoas com 5 anos e mais, em número e em percentagem, por nível de ensino que frequenta, Moçambique 1997, 2007, 2017.	46
Quadro 15: Número de alunos que frequenta o Ensino Primário do 1º Grau, com idades de 5-24 anos, e percentagens em relação ao total da população de cada idade, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	48
Quadro 16: Número de crianças de 6-10 anos que frequentam e os que não frequentam o EP1, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	50
Quadro 17: Número total de crianças de cada idade no grupo etário 6-10 anos, Moçambique 1997, 2007, 2017.....	51
Quadro 18: Percentagens de crianças de cada sexo a frequentar o EP1, por província, Moçambique 2017.	52
Quadro 19: Percentagens de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 segundo Província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	54
Quadro 20: Percentagem de crianças e jovens de 10-24 anos de idade que frequentam o EP2 por área de residência, segundo Província, Moçambique 2017.....	55
Quadro 21: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por área de residência, segundo província, Moçambique 2017.....	56
Quadro 22: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por idade e sexo, Moçambique 2017.	57
Quadro 23: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por sexo, segundo província, Moçambique 2017.	58

Quadro 24: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por sexo, segundo religião, Moçambique 2017.	59
Quadro 25: Número de estudantes no Ensino Secundário do 1º Ciclo, por província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	61
Quadro 26: Número total de estudantes e percentagens no ESG1 por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	62
Quadro 27: Número total de estudantes e percentagens no ESG1 por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	63
Quadro 28: Número de estudantes no Ensino Secundário do 2º Ciclo, segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	64
Quadro 29: Número total de estudantes no ESG2 e percentagens por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	65
Quadro 30: Número total de estudantes no ESG2 por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	66
Quadro 31: Número total de estudantes no ETE por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	67
Quadro 32: Número total de estudantes no ETE por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	68
Quadro 33: Número total de estudantes no ETB por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	68
Quadro 34: Número total de estudantes no ETB por área de residência, nos anos 1997, 2007 e 2017.	69
Quadro 35: Número total de estudantes no ETM por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	69
Quadro 36: Número total de estudantes no ETM por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	70
Quadro 37: Número total de estudantes no CFP por província, Moçambique 2017.	71
Quadro 38: Número total de estudantes no CFP por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	71
Quadro 39: Número total de estudantes no CFP por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	72
Quadro 40: Número total de estudantes no Ensino Superior segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.	73
Quadro 41: Número total de estudantes no Ensino Superior por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.	74
Quadro 42: Número total de estudantes no Ensino Superior por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.	74
Quadro 43: Taxa Líquida de Escolarização (TLE) e Taxa Bruta de Escolarização (TBE) do Ensino Primário do 1º Grau, estimativas do MINEDH ajustadas e estimativas a partir dos dados do Censo 2007, por província.	76
Quadro 44: Taxa Líquida de Admissão aos 6 anos, por província, Moçambique 2017.	77
Quadro 45: Estimativa aproximada da Taxa Líquida de Admissão, usando dados de Censo para a versão de 7 anos no momento do censo corresponder a 6 anos na matrícula, por província, Moçambique 2017.	78
Quadro 46: Taxa Líquida de Escolarização do Ensino Primário (EP1+EP2), por província, Moçambique 2017.	79
Quadro 47: Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Primário (EP1 +EP2), por província, Moçambique 2017.	80
Quadro 48: Taxas Líquidas de Admissão, de Escolarização do Ensino Primário do 1º grau.	81
(EP1), de Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau (EP2) e de Escolarização do Ensino Primário (EP), na versão A e na versão B, Moçambique 1997, 2007, 2017.	81
Quadro 49: Taxas Brutas de Escolarização do Ensino Primário do 1º Grau (EP1), de.	82
Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau (EP2) e de Escolarização do Ensino Primário (EP), na versão A e na versão B, Moçambique 1997, 2007, 2017.	82
Quadro 50: Taxa Líquida de Escolarização Ensino Secundário, 1º Ciclo (ESG1), por província, Moçambique 2017.	83
Quadro 51: Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário, 1º Ciclo (ESG1), por província, Moçambique 2017.	84
Quadro 52: Nível de ensino mais elevado concluído para pessoas acima de 25 anos –Moçambique 1997, 2007, 2017.	85

Quadro 53: Nível de ensino mais elevado concluído para pessoas com 25 anos e mais, por sexo, Moçambique 2017.	86
Quadro 54: População de 25 anos e mais, por idade, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 1997.	87
Quadro 55: População de 25 anos e mais, por idade, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 2007.	88
Quadro 56: População de 25 anos e mais, por idade, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 2017.	89
Quadro 57: População de 25 anos e mais, por província, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 1997.	91
Quadro 58: População de 25 anos e mais, por província, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 2007.	93
Quadro 59: População de 25 anos e mais, por província, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 2017.	95
Quadro 60: População de 25 anos e mais, por área de residência, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.	100
Quadro 61: Variação da frequência escolar do filho(a) a partir da alfabetização da mãe (filho(a)s de 6-24 anos de idade), Moçambique 2017.	102
Quadro 62: Alfabetização do filho a partir da alfabetização da mãe (filho(a)s de 15-24 anos de idade), Moçambique 2017.	102
Quadro 63: Frequência à escola filhos e filhas de 15-24 anos de idade de mães e pais com Ensino Primário do 2º Grau (EP2) concluído e mães e pais com nenhum grau concluído.....	103
Quadro 64: Alfabetização do filho a partir da alfabetização da mãe, por área de residência.....	105
Quadro 65: Coeficientes do modelo logístico para os determinantes da frequência à escola para filho(a)s de 3-17 anos de idade.	107

Lista de Figuras

Figura 1: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais, Moçambique 1997.....	30
Figura 2: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais, Moçambique 2007.....	31
Figura 3: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais, Moçambique 2017.....	32
Figura 4: Distribuição percentual da população com nenhum nível de ensino concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.	103
Figura 5: Distribuição percentual da população com o nível de Ensino Primário (EP1 e EP2) concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.	104
Figura 6: Distribuição percentual da população com o nível de Ensino Secundário (ESG1 E ESG2) concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.	105
Figura 7: Frequência à escola filhos e filhas de 15-24 anos de idade de mães com Ensino	110
Figura 8: Frequência à escola filhos e filhas de 15-24 anos de idade de mães com Ensino	110



1 > **Resumo Executivo**

A análise do panorama educacional em Moçambique a partir do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, e dos recenseamentos anteriores de 1997 e 2007 procurou discutir a evolução da cobertura escolar no país, da frequência escolar e escolaridade da população em idade escolar, além do perfil educacional da população adulta. A evolução da cobertura escolar foi profundamente afetada pela dinâmica demográfica recente do país, marcada pelo forte crescimento populacional, e pela pressão da demanda exercida especificamente pelas taxas de crescimento das faixas etárias que compõem as idades alvo do processo de escolarização. Durante esse período, a população cresceu em 15,3 milhões de pessoas em 1997, para 20,6 milhões em 2007, e 26,9 milhões em 2017. A faixa etária de 6-12 anos, idade oficial do ensino primário obrigatório, cresceu de 2,9 milhões de crianças em 1997 para 4,2 milhões em 2007 e por sua vez para 5,7 milhões em 2017. Se a taxa média de crescimento anual deste grupo se manteve constante, em 2018 deveria ter havido mais 181 mil crianças de idades 6-12 que em 2017 e, em 2023 deverá haver mais 217 mil crianças deste grupo etário que no corrente ano. Em relação ao estoque educacional dado pela escolaridade da população adulta, discutiu-se sobre a evolução na taxa de alfabetização e da distribuição da escolaridade na população com mais de 25 anos, indicador importante de capital humano e produtividade da força de trabalho, bem como preditor de resultados de saúde e comportamento reprodutivo. Finalmente, discutiu-se a mobilidade intergeracional educacional em 2017, e como a escolaridade de crianças e jovens se relaciona à da geração de mães vivendo no mesmo agregado familiar. A seguir, estão listados os principais resultados e conclusões encontrados neste documento:

Estoque educacional¹

- O perfil de escolaridade adulta da população de Moçambique se alterou profundamente entre 1997 e 2017 como efeito da forte expansão educacional sofrida nas duas décadas, especialmente para as coortes mais jovens, com idades inferiores a 35 anos em 2017. Os jovens foram os que mais contribuíram para a melhora na composição educacional do país, apresentando as menores taxas de analfabetismo, bem como as maiores proporções de indivíduos com os ensinos primário, secundário e superior completo.
- As diferenças por sexo na escolaridade da população adulta moçambicana são marcantes. As mulheres apresentam maiores chances de serem analfabetas, mesmo controlando por local de residência, província e

O NÚMERO DE PESSOAS QUE FREQUENTAM QUALQUER NÍVEL DE ENSINO CRESCEU, MAS AS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO DECRESCERAM SIGNIFICATIVAMENTE

grupo etário. Ao longo do tempo, é possível perceber uma melhora expressiva na alfabetização feminina, que progrediu mais rapidamente que a masculina. No entanto, as diferenças de sexo permaneciam elevadas em 2017, quando cerca de 73% dos homens declararam saber ler e escrever, enquanto apenas 51% das mulheres se declararam alfabetizadas, percentagem próxima à dos homens duas décadas antes.

- O crescimento da escolaridade feminina se deu em ritmo maior do que a masculina, tanto no Ensino Primário (EP1 e EP2) quanto no Secundário (ESG1 e ESG2), o que contribui para a redução das desigualdades de gênero no período. No entanto, a escolaridade masculina permanece

consideravelmente mais elevada que a feminina, e a diferença de sexo se aprofunda à medida em que se consideram níveis de escolaridade mais elevados.

- Entre 1997 e 2017 houve queda na proporção de analfabetos na população, e concentração da população analfabeta nas áreas rurais. Tal concentração é fruto da maior velocidade no crescimento da alfabetização na área urbana, resultante do maior acesso ao sistema de ensino, mas possivelmente também da migração de indivíduos com maior escolaridade para estas áreas.
- As diferenças regionais na distribuição da escolaridade adulta se alteram entre 1997 e 2017, mas mantem a mesma a hierarquia entre as províncias. A desigualdade regional na escolaridade adulta fica evidente na persistente diferença entre os níveis de alfabetização da população acima dos 15 anos nas províncias de Maputo e Gaza e as demais. O mesmo pode ser observado nas diferenças entre estas duas províncias e as demais províncias quanto a proporção de adultos com EP1 e EP2 completos, e ainda mais no ensino superior.

Cobertura do sistema de educação – frequência escolar

- De 1997 a 2017 houve um crescimento de frequência escolar generalizado em todos os níveis de ensino, mas é fundamental notar que na verdade o crescimento principal foi no período 1997 a 2007. De 2007 a 2017, o número de pessoas que frequentam qualquer nível de ensino cresceu, mas as taxas de escolarização do ensino primário decresceram significativamente, não acompanhando o crescimento populacional. Não só as taxas de atendimento diminuíram significativamente neste nível de ensino, como o número total de crianças que não vai à escola aumentou consideravelmente. Por exemplo, a percentagem de crianças de 6-10 anos de idade que frequenta o Ensino Primário do 1º Grau baixou de 58% em 2007 para 41% em 2017 e o número de crianças nesta faixa etária que não vai à escola cresceu de 1,34 milhões de crianças em 2007 para 2,55 milhões em 2017. De modo semelhante, a percentagem de crianças no grupo etário 6-12 anos que frequenta o ensino primário decresceu de 62% em 2007 para 47% em 2017.
- A quebra maior de frequência escolar em 2017 dá-se nas idades 6-8 anos, onde as percentagens de crianças que vão à escola são respectivamente 25%, 32% e 36%,

¹ O termo 'nível educacional da população' refere-se à totalidade de educação adquirida por todos que em algum momento frequentaram alguma instituição educacional.

enquanto as correspondentes percentagens em 2007 são 35%, 57% e 65%. A partir dos 9 anos de idade, a frequência cresce significativamente, mas sempre inferior a 2007. Na verdade, a estimativa da taxa bruta de escolarização para o Ensino Primário do 1º Grau (razão entre o número total de alunos que frequenta um nível e o número total de pessoas com a idade adequada para esse nível), é de 75% em 2017 contra 105% em 2007.

- Há diferenças de frequência no EP1 nas áreas urbanas e rurais em 2017, mas essas diferenças em 1997 eram maiores que nos períodos seguintes, na verdade, embora ainda persistam consideravelmente, têm vindo a diminuir significativamente. É de notar que a partir dos 11 anos de idade, a frequência escolar no EP1 nas áreas rurais é ligeiramente mais alta do que nas áreas urbanas, sugerindo assim um ingresso mais tardio. No que se refere aos diferenciais por sexo nota-se que em 2017 a frequência de rapazes e raparigas no EP1 é praticamente a mesma, com pequenas diferenças a partir dos 11 anos de idade. Quer no que se refere à dicotomia urbano-rural quer no que se refere à participação da rapariga no EP1, houve avanços significativos a partir de 1997.
- As desigualdades entre as províncias são muito marcantes no que se refere à frequência do EP1: em 1997 na cidade de Maputo, por exemplo, as percentagens de crianças entre os 7 e os 11 anos a frequentar o EP1 é de cerca de 80% ou ainda mais alta, enquanto em Cabo Delgado as percentagens de crianças com estas idades a frequentar o EP1 variam entre 20% e 40%. Entre 1997 e 2007 as taxas das províncias de menores taxas de escolarização aumentaram mais rapidamente que as outras diminuindo assim a variação entre elas. De 2007 a 2017 a frequência no EP1 diminuiu de modo semelhante em todas as províncias e assim se mantiveram as variações de 2007. É interessante notar que de 1997 a 2017, há uma concentração de frequência em idades mais baixas, particularmente nas províncias de maior atendimento escolar.
- A estimativa da Taxa Líquida de Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau a partir dos dados do censo de 2017 é de 17%, consideravelmente mais baixa que a do 1º Grau que é de 41%. No entanto é uma taxa significativamente superior à de 1997 (2%) e 2007 (12%). A taxa bruta do EP2 estimada é 64%, sugerindo assim que a frequência escolar do EP2 vai muito para além da idade prevista e de facto, de todos os estudantes do EP2, apenas um quarto são crianças de

11 e 12 anos, e, adolescentes/jovens com 15 anos e mais representam cerca de 40% do total das pessoas que declararam frequentar esse grau.

- Há uma grande variação entre a frequência no EP2 nas áreas rurais e nas áreas urbanas, e é particularmente notória a diferença entre as áreas rurais e as áreas urbanas nas províncias do norte. Por exemplo, em Nampula a frequência no EP2 nas áreas urbanas é mais do que o dobro do que nas áreas rurais, enquanto que em Inhambane praticamente não há diferenças. No que se refere aos diferenciais por sexo, o atendimento escolar neste nível é pouco diferenciado, de facto, em 2017, há cerca 9% mais de pessoas do sexo masculino em relação ao sexo feminino a frequentar este nível. No entanto é interessante observar que o número de crianças com 11 e 12 anos tem mais mulheres que homens a frequentar este nível, mas a partir dos 13 anos esta relação inverte-se. Além disso, a participação por sexo neste nível de ensino é muito variável por província: em Gaza a participação masculina representa menos 10% que a participação feminina, enquanto na Zambézia a participação masculina é 24% mais elevada que a feminina. A variação entre as províncias é muito elevada e, de 2007 a 2017 esta variação aumentou, particularmente entre os 11 e os 13 anos. Como exemplo das variações em 2017, vê-se que entre 40% a 50% das crianças com estas idades na Cidade de Maputo frequentava o EP2 enquanto em Cabo Delgado apenas cerca de 10% das crianças com estas idades frequentavam este nível de ensino.
- O número de alunos do Ensino Secundário, seja o ESG1 ou o ESG2, cresceu contínua e consideravelmente de 1997 para 2017, embora ainda só representem respectivamente 15% e 7% do total de estudantes em 2017. É de notar contudo que há uma diferença considerável entre o atendimento nas áreas rurais e nas áreas urbanas, assim como entre as províncias. Do total de alunos em 2017, 64% e 82% dos alunos no ESG1 e no ESG2 estavam nas áreas urbanas embora a maioria da população do País viva nas áreas rurais, e uma parte considerável nas províncias do Sul. Em 2017 a Taxa Líquida de Escolarização estimada do ESG1 foi de 15% enquanto que a Taxa Bruta foi de 46%.
- O Ensino Técnico Profissional é incipiente mas de 1997 a 2017 todos os níveis de Ensino Técnico cresceram significativamente, em particular o Ensino Médio que neste período viu os efectivos crescerem 4 vezes. Em 2017, os números de estudantes no Ensino Técnico

Elementar (ETE), Ensino Técnico Básico (ETB) e Ensino Técnico Médio (ETM) foram 5284, 13426 e 22640, fundamentalmente nas áreas urbanas.

- A necessidade premente de professores para o ensino primário em quantidade não é satisfeita pelos Cursos de Formação de Professores Primários (CFPP). Em 2017, o número de estudantes nos CFPP foi de 7.978, menos que em 2007 e mais do que em 1997. Uma vez que o CFPP tem duração de 3 anos, não mais de um terço dos estudantes, em média, conclui o curso em cada ano, o que é claramente insuficiente para acomodar o grande acréscimo de estudantes devido ao crescimento populacional. Além disso, o número total de pessoas que frequentam ou frequentaram um curso de Formação de Professores do Ensino Primário em 2017 era de 32.933 (os Quadros publicados pelo INE indicavam o número 25.278), o que manifestamente representa um número de professores qualificados extremamente baixo para os 4,1 milhões de crianças do ensino primário, sem contar com o facto de uma vasta gama de crianças e jovens que não frequentam a escola.
- Em 2017 o número de raparigas que frequentam o CFPP é ligeiramente superior ao dos rapazes, e no passado praticamente não se registaram diferenças. Além disso, a maior parte dos alunos destes cursos encontra-se nas áreas urbanas. Dado o exíguo número de estudantes e o facto de se tratar de uma amostra, a sua desagregação por províncias será pouco significativa.
- O Ensino Superior tem-se desenvolvido dramaticamente: desde 1997 o número de estudantes cresceu cerca de 20 vezes e a maior parte deste crescimento realizou-se nas áreas urbanas. Os efectivos nas províncias do sul, em particular na cidade de Maputo são muito mais numerosos do que nas províncias do norte, mas é notável que em todas as províncias haja Universidades quando na grande maioria das províncias não havia nenhuma em 1997.

Reprodução Intergeracional da Desigualdade Educacional

- Comparando as mães que declararam saber ler e escrever com as mães que declararam serem analfabetas, a proporção dos filhos com idades entre 6 e 25 anos de idade que estão a frequentar uma escola sofre um aumento de 19,9 pontos percentuais, passando de 40,1% para 60,0%. Da mesma forma, a redução na proporção dos filhos que declararam nunca terem frequentado uma escola quando se comparam mães alfabetizadas e mães não alfabetizadas é de 22,1 pontos percentuais, mudando de 44,8% para 24,7%, respectivamente.
- A variação da frequência escolar dos filhos e filhas com idade entre 15-24 anos de idade, tendo como filtro a alfabetização da mãe, mostram que as mães que declararam saber ler e escrever contam com uma participação de 94,8% dos filhos e filhas alfabetizados. Por outro lado apenas 5,2%, dos seus filhos e filhas declaram serem analfabetos. As mães que declaram não saberem ler e escrever apresentam filhos e filhas com acessos educacionais bem mais restritos. Nesta categoria 65,5% declaram saber ler e escrever enquanto 34,5% afirmaram não saber ler nem escrever.
- Em todas as 11 províncias é possível perceber o efeito positivo do que se chama de transmissão intergeracional da educação. Ou seja, jovens (15-24 anos de idade) cujos pais declaram ter o Ensino Primário EP2 concluído apresentam uma proporção muito maior entre aqueles que estão a frequentar uma escola. Por outro lado, jovens os quais seus pais declaram não ter nenhum grau concluído apresentam uma maior proporção entre aqueles que nunca frequentaram uma escola.
- O trabalho infanto-juvenil e o trabalho doméstico contribuem para a defasagem escolar. Uma criança ou adolescente que declara ter sido doméstico ou ter trabalhado na semana de referência tem suas chances de frequentar uma escola consideravelmente reduzida.



2 > Introdução

Nas últimas décadas, a educação tem sido considerada um sector crucial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas assim como para o desenvolvimento económico e social sustentável das nações, particularmente nas regiões menos desenvolvidas. Parte dos objectivos de Desenvolvimento Sustentável, adoptados pelas Nações Unidas como um programa de acção para todos os países com o objectivo de, em 2030, as nações tenham mais paz e prosperidade, consagram essa prioridade. Os 17 objectivos adoptados reconhecem que os resultados de um afectam os restantes e consequentemente o desenvolvimento tem que ser balanceado nos sectores económico, social e de ambiente sustentável. A educação tem um papel primordial, pois o saber fazer, a criatividade e a tecnologia são pilares para o desenvolvimento (PNUD, 2021).

Entre outros, um dos objectivos é que em 2030 todas as raparigas e todos os rapazes terminem a educação primária e secundária de qualidade e sem gastos para as famílias. Outros objectivos salientam a necessidade de se garantir que todas as mulheres e homens tenham acesso a formação técnica e vocacional assim como à educação terciária, incluindo Universidade. Atingir educação inclusiva e de qualidade permite ainda que a mulher tenha um papel mais activo na sociedade (PNUD, 2021) e é, comprovadamente, um dos veículos mais poderosos para a realização do desenvolvimento sustentável.

Moçambique é um país com cerca de 31 milhões pessoas em 2022 (INE, 2019), com uma elevada taxa de crescimento populacional – a população em 2007 foi de cerca de 20 milhões e em 2017 foi de 27 milhões - um dos mais elevados do mundo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país está entre os mais baixos do mundo nos últimos anos, tendo um valor de 0,456 em 2019 (PNUD, 2020), o que deixa o país na 181.^a posição no ranking do IDH de 189 países.

As taxas de mortalidade têm vindo a diminuir nos últimos anos e a esperança de vida à nascença é de 60,9 anos (PNUD, 2020). Parte dos fatores para um valor de IDH tão baixo está relacionado com a educação, uma das variáveis incluídas no cálculo deste índice. Com efeito, é apresentado um breve resumo do estado de educação no Quadro 1, onde alguns indicadores de educação básica mostram uma situação desafiante.

Quadro 1: Indicadores de educação básica, Moçambique 2016.

Acesso das crianças (3-5 anos de idade) a aprendizagem infantil de qualidade	5%
Crianças em idade escolar	7,2 milhões
Taxa de conclusão da escola primária	45,4%
Número estimado de crianças fora da escola	1,2 milhões
Crianças da 3ª classe que têm competências básicas de leitura	4,9%
Rácio aluno-professor	60:1
Absentismo do professor	45%
Absentismo do diretor	44%
Tempo de ensino por dia	1h e 40mn
Alunos com livros	69%
Materiais básicos (quadros de parede e canetas)	74%
Conhecimento de professores (Pedagogia de ensino de Matemática e Português)	29%

Fonte: UNICEF Moçambique (UNICEF, 2021)

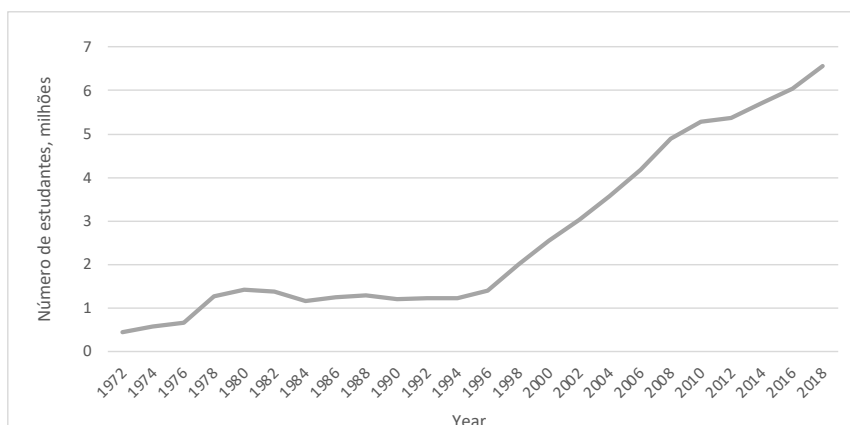
Também num relatório elaborado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação em 2013 e citado num estudo da UNICEF, refere-se que apenas 6,3% dos alunos da 3ª classe (1º grau do ensino primário) demonstraram ter competências de leitura. Em 2016, esta percentagem foi ainda mais baixa, diminuindo para 4,9% (UNICEF, 2021). Em 2017, ano da realização do IV RGPH, todas as crianças com 6/7 anos deveriam ingressar na escola e, se possível, terminar os dois graus de ensino primário. Neste contexto, a análise que se segue dará um enfoque especial a este nível de ensino.

Parte dos problemas graves da educação surge do rápido aumento do número de alunos que frequentam a escola. Isto é particularmente verdade para o número de crianças matriculadas no ensino primário, como se pode ver no Gráfico 1, onde é mostrado o número de alunos no ensino primário desde 1972. De acordo com a fonte mencionada, de 1998 a 2018, o número de alunos aumentou de 2,1 milhões para 6,6 milhões, ou seja, num período de 20 anos, a frequência escolar mais do que triplicou.

Este aumento do número de estudantes matriculados é excepcionalmente elevado, mesmo para a África Subsariana. Com efeito, países com características socioeconómicas

semelhantes, como a Tanzânia, o Zimbábue, o Gana e a Zâmbia, também testemunharam um aumento considerável de matrículas, mas em Moçambique este aumento é ainda significativamente maior (World Bank, 2020). Na verdade, apenas a Tanzânia se aproxima da taxa de aumento em Moçambique, mas ainda a um ritmo muito mais baixo: na Tanzânia, o número de alunos do ensino primário aumentou 9,9 vezes entre 1972 e 2018, enquanto em Moçambique o aumento é de 14,6 vezes (World Bank, 2020). Uma das razões para um aumento tão acentuado dos alunos do ensino primário foi a base de partida na altura da Independência do País em 1975 ser extremamente baixa, enquanto que depois de 1975, o novo governo pós-independência visava a escolaridade universal, em particular a escolaridade primária. A outra razão para um aumento tão acentuado é que o número de crianças em idade escolar está a crescer rapidamente devido à elevada fecundidade no País, o que resulta numa alta taxa de crescimento populacional, incluindo no número de crianças em idade escolar.

Gráfico 1: Número de estudantes matriculados na escola primária de 1972 a 2018.



Fonte: World Development Indicators (World Bank, 2020).

Os resultados oficiais do Censo de 2017, divulgados em Abril de 2019, mostraram uma população de 27,9 milhões de habitantes (INE, 2019), o que representa um aumento de cerca de 35% em comparação com o censo anterior e representa um crescimento médio anual de cerca de 3,1%. Como consequência de um decréscimo recente significativo das taxas de mortalidade infantil e infanto-juvenil sem um acompanhamento correspondente da redução das taxas de fecundidade, a taxa de crescimento anual média do grupo etário 7-13 anos de idade chega a 3,4% ao ano no período 2007-2017. Esta situação tem um efeito de grande dimensão na Educação.

A ANÁLISE DESTA IMPORTANTE SECTOR DA SOCIEDADE SERÁ FEITA COM VISTA À FACILITAÇÃO DE POLÍTICAS BASEADAS EM FACTOS E QUE SEJAM CONDUCENTES A UMA MELHORIA DA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO MOÇAMBICANA

Em termos nominais, o orçamento da educação em Moçambique tem crescido: só de 2015 a 2019, o orçamento para educação cresceu 1,5 vezes. No entanto, em parte devido à descida da moeda nacional em relação ao dólar americano, o valor real do orçamento neste período não cresceu, chegou mesmo a ter um pequeno decréscimo (UNICEF, 2021). No entanto o peso do orçamento da educação no orçamento geral do País foi de cerca de 19 a

21% em igual período e correspondeu a cerca de 6,4% do Produto Nacional Bruto do País. Este é um dos valores mais altos do mundo, bem acima da média nos países da África sub-Sahariana, em que média da proporção dos gastos em educação no PNB correspondem apenas a 4,1% (UNICEF, 2021). Mas neste período, a procura escolar terá crescido significativamente.

Uma forma simplista e incompleta de analisar o crescimento da procura escolar, é considerar apenas o aumento anual de crianças para ingresso no ensino primário. No entanto, o formato da pirâmide etária do País conta uma história diferente: é que uma estrutura etária de fecundidade elevada significa que o aumento populacional se realiza em cada ano e portanto o acréscimo da procura escolar é o número de novos ingressos praticamente multiplicado pelo número de anos correspondentes ao nível de ensino que se considerar.

A relação entre a demografia e a educação têm sido objecto de inúmeros estudos em vários países do mundo, particularmente a partir da segunda metade do Século XX, por exemplo, McNicoll (1984), Mayhew e Colbourn (2015), House e Zimalirana (1992), Birchenall (2016), Kelley e Schmidt (1994), Rees (2018), Sippel et al (2011), Lutz (2014), entre outros. As consequências problemáticas de uma faixa etária em idade escolar aumentando consideravelmente de ano para ano são intuitivas: há a necessidade premente e permanente de se criarem novas escolas, formar e contratar novos professores, aumentar significativamente o orçamento da educação só para garantir a cobertura escolar do ano anterior. Não só as limitações orçamentais impedem uma cobertura escolar quantitativa e qualitativamente melhor, como as necessidades e complexidade de planear com antecedência estes acréscimos assim como a sua gestão na preparação e posteriormente na execução, constituem um desafio de difícil solução. Por outro lado, a educação contribui significativamente para o desenvolvimento do País, através do conhecimento, da ciência e da tecnologia. Além disso, a educação tem um papel fundamental na diminuição da má-nutrição e mortalidade infantil, e na diminuição da fecundidade. Na verdade, mulheres mais educadas tendem a ter menos filhos e os seus filhos tendem a ter maior probabilidade de sobrevivência. Assim, a educação é um dos

fatores mais importantes para o desenvolvimento de um País e os gastos na educação deveriam ser contabilizados como investimentos na economia e desenvolvimento, pois está provado quantitativamente que investimentos na educação têm uma contribuição decisiva no crescimento económico. A educação contribui para um crescimento da população sustentável, para o empoderamento da mulher e para a igualdade de género.

A análise do tema 'Educação' usando os dados do Censo de 2017, visa sintetizar informação e aprofundar o entendimento sobre o acesso à educação formal em Moçambique e seus determinantes socioeconómicos e demográficos. A análise deste importante sector da sociedade será feita com vista à facilitação de políticas baseadas em factos e que sejam conducentes a uma melhoria da educação da população moçambicana e que responda às necessidades do País hoje e a longo prazo, e que prepare as bases para uma formação de jovens que cubra as necessidades de força de trabalho.

A análise da adequação da educação ao desenvolvimento sustentado tem duas componentes fundamentais: a qualidade do processo educativo e a sua adequação às necessidades do País, e o nível de cobertura da educação por todo o País. A primeira componente dificilmente pode ser alvo de estudo num recenseamento geral da população. Pela natureza dos dados do Censo de 2017 a ênfase será colocada essencialmente em questões relacionados com a cobertura e que outros indicadores socioeconómicos e demográficos influenciam essa cobertura, para cada nível de ensino. Só com dados precisos que sintetizem correctamente o estado deste importante sector da sociedade será possível a facilitação de políticas baseadas em factos e que sejam conducentes a uma melhoria da educação da população moçambicana. Assim, será analisada a frequência escolar atual e passada, assim como o nível de educação atingido pela população.

Pretende-se avaliar como a cobertura do sistema de ensino se comportou ao longo do tempo, e como o rápido crescimento populacional dos grupos etários educacionais afetou o acesso à educação. Além da análise do acesso ao sistema escolar pelos indivíduos em idade de escolarização, a pesquisa irá analisar o perfil educacional da população adulta. Neste sentido, pretende-se descrever a distribuição dos anos de estudo da população maior de 25 anos por sexo, grupos etários, características regionais e laborais, e sua trajetória ao longo do tempo.

Em 1 de Agosto de 2017, o Sistema Nacional de Educação era composto fundamentalmente pelos seguintes subsistemas:

- Ensino Geral de 12 anos, que inclui:
 - Ensino Primário do 1º Grau (EP1) com ingresso mínimo de 6 anos e duração de 5 anos
 - Ensino Primário do 2º Grau (EP2) com duração de 2 anos (ingresso mínimo de 11 anos de idade, depois de concluído o EP1)
 - Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1) com duração de três anos (ingresso mínimo de 13 anos de idade, depois de concluído o EP2)
 - Ensino Secundário do 2º Ciclo (ESG2) com duração de dois anos (ingresso mínimo de 16 anos de idade, depois de concluído o ESG1)
- Educação de adultos, inclui alfabetização e pós-alfabetização (ensino primário de jovens e adultos) com duração diferente do EP1 e EP2 (no censo apenas a alfabetização é diferenciada)
- Ensino Técnico Profissional
 - Ensino Técnico Elementar (ETE)
 - Ensino Técnico Básico (ETB)
 - Ensino Técnico Médio (ETM)
- Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)
- Ensino superior

Esta é a principal componente do Sistema Educativo Nacional, complementada pelo jardim de infância e escolaridade profissional e outros. A grande maioria das escolas primárias e secundárias são públicas, uma vez que apenas 1% a 1,5% do total são privados. O ensino primário é obrigatório para todas as crianças e é gratuito para famílias com menores rendimentos (MINEDH, 2021).



Em síntese:

Objectivo geral:

Contribuir para uma melhoria significativa da Educação do País, apresentando uma análise que facilite a elaboração de políticas baseadas em factos.

Objectivos específicos:

- Elaborar o perfil da população escolar por níveis de ensino, características individuais e socioeconómicas.
- Analisar a evolução da cobertura escolar ao longo do tempo e do espaço, tendo em vista a dinâmica demográfica dos grupos em idade escolar no período considerado.
- Identificar os principais fatores associados ao acesso à educação, e como estes fatores se comportam ao longo do tempo.
- Caracterizar a população moçambicana em relação ao nível de ensino mais alto concluído (estoque) e relacionar os níveis de ensino atingidos com variáveis socioeconómicas e demográficas, e como esses níveis e fatores evoluem ao longo do tempo.
- Analisar a trajetória do analfabetismo em Moçambique entre 1997 e 2017, traçar o perfil dos indivíduos analfabetos e apresentar e discutir as características associadas ao analfabetismo na população adulta.
- Discutir a mobilidade educacional intergeracional intradomiciliar, e suas disparidades socioeconómicas e regionais.



3 > Disponibilidade de Dados

A análise sobre o perfil educacional da população e da frequência escolar em Moçambique utilizou os dados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em Moçambique em 2017. Especificamente, foram utilizadas informações educacionais disponíveis nas seguintes questões:

- P18 - Sabe ler e escrever (em qualquer língua)?
- P22 - Diga se: 1- Atualmente está a frequentar uma escola 2- Alguma vez frequentou uma escola 3 – Nunca frequentou uma escola
- P23 - Indique qual é o nível de ensino que frequenta ou, se já não estuda, o mais elevado que frequentou
- P24 - Qual é o nível de ensino mais elevado que completou

Além do Censo de 2017, o trabalho utilizou dados dos Censos 2007 e 1997, de forma que fosse possível discutir a evolução ao longo do tempo das variáveis de interesse.



4 > Metodologia

O estudo tem como objetivo principal analisar o panorama educacional em Moçambique descrito pelo recenseamento em 2017, e como ele se desenvolveu entre 1997 e 2007, segundo os recenseamentos anteriores. Os dados disponíveis no recenseamento permitem discutir a evolução da cobertura escolar, a proporção da população em idade escolar atendida pelo sistema de ensino, bem como suas características. Além disso, é importante analisar o perfil educacional da população adulta, uma vez que esta característica tem relação com resultados individuais de saúde, comportamento reprodutivo, participação na força de trabalho e rendimentos, entre outros. Finalmente, o estudo procurou tratar da mobilidade educacional na população, a partir da transferência intergeracional de escolaridade no agregado familiar.

A estratégia metodológica para análise da cobertura escolar, escolaridade da população adulta e mobilidade educacional inclui a utilização de estatísticas descritivas e análise da tendência temporal entre 1997 e 2017.

4.1 Regressões Logísticas

Foram utilizadas regressões logísticas para estimar o efeito de características individuais e socioeconômicas na probabilidade de ser alfabetizado, e de se observar mobilidade educacional no agregado familiar. Os modelos logísticos são os mais apropriados para compreender a associação das características de interesse sobre alfabetização e reprodução educacional uma vez que estes são estados binários.

Os resultados das regressões logísticas são apresentados como razões de chance (odds ratio, em inglês), pela maior facilidade de interpretação dos efeitos. As razões de chance são medidas de efeito relativo, que permitem comparar o efeito entre dois grupos quanto a alguma característica. As razões de chance, medida usada para apresentar os resultados dos modelos de regressão nas análises de alfabetização e reprodução educacional, são calculadas através de uma divisão, na qual o numerador é a chance de se apresentar o resultado de interesse sendo portador de determinada característica (por exemplo: chance de ser alfabetizada entre as mulheres), e o denominador é a chance de apresentar o mesmo resultado não sendo portador da característica (por exemplo: chance de ser alfabetizado entre os homens). A razão entre estas duas chances nos indica a vantagem relativa dos portadores da característica no evento de interesse. A interpretação dos resultados pode ser feita de forma direta, comparando os valores encontrados a 1. Uma razão de 1 indica que portadores e não-portadores da característica têm a mesma chance de apresentar o resultado de interesse (no exemplo citado

acima, homens e mulheres teriam as mesmas chances de serem alfabetizados). Consequentemente:

- Razão de chance > 1 : a presença da característica afeta positivamente as chances de se observar o resultado em relação à ausência dela.
- Razão de chance < 1 : a presença da característica afeta negativamente as chances de se observar o resultado em relação à ausência dela.

Além disso, cabe ressaltar que, por se tratar de uma medida proporcional e comparativa, é possível analisar a diferença nas chances em termos percentuais, através da distância entre a razão de chance calculada e 1. Por exemplo, será visto mais adiante que a razão de chance na chance de ser alfabetizado entre mulheres e homens em 2017 é de 0,28. Neste caso, pode-se dizer que, no modelo estimado, a chance de uma mulher ser alfabetizado é cerca de 72% (ou seja, $1 - 0,28$) menor que a de um homem.

Os detalhes dos modelos estimados podem ser consultados no anexo deste trabalho. Cabe ressaltar que as características escolhidas como variáveis independentes nos modelos são as mesmas utilizadas na caracterização dos indicadores na parte descritiva. Ou seja, sexo, idade, local de residência e província no modelo de alfabetização, não no outro. Apesar de haver outras características potencialmente relevantes para explicar a chance de ser alfabetizado e a mobilidade educacional, optou-se por manter o modelo restrito às dimensões discutidas neste trabalho.

4.2 Estratégia de análise

O estudo apresentado realiza a análise de indicadores educacionais selecionados e sua distribuição por sexo, idade, província, área de residência (rural e urbana), além da variação ao longo do tempo a partir dos recenseamentos de 1997, 2007 e 2017. Especificamente, o Quadro 1 abaixo descreve os principais objetivos do trabalho, os indicadores utilizados, e a abordagem metodológica aplicada.

Quadro 1: Objetivos e estratégia metodológica para a análise do contexto educacional em Moçambique.

Objetivo	Indicadores	Abordagem metodológica
Elaborar o perfil da população escolar por níveis de ensino, características individuais e socioeconômicas;	• Frequência escolar da população em idade escolar • Nível de ensino mais elevado que concluiu pela população em idade escolar	• Análise descritiva
Analisar a evolução da cobertura escolar ao longo do tempo e do espaço,	• Taxa Bruta de Admissão (TBA) • Taxa Líquida de Admissão (TBL) • Taxa Bruta de Escolarização (TBE) • Taxa Líquida de Escolarização (TLE)	• Análise descritiva
Identificar os principais factores associados ao acesso à educação, e como estes factores se comportam ao longo do tempo.	• Frequência escolar da população em idade escolar por sexo, idade simples, local de residência e província • Nível de ensino mais elevado que concluiu pela população em idade escolar por sexo, idade simples, local de residência e província	• Análise descritiva
Caracterizar a população moçambicana em relação ao nível de ensino mais alto concluído e relacionar os níveis de ensino atingidos com variáveis socioeconômicas e demográficas, e como esses níveis e factores evoluem ao longo do tempo.	• Nível de ensino mais elevado que concluiu pela população adulta (25 e mais) por sexo, grupos etários, local de residência e província	• Análise descritiva
Analisar a trajetória do analfabetismo em Moçambique entre 1997 e 2017, traçar o perfil dos indivíduos analfabetos e apresentar e discutir as características associadas ao analfabetismo na população adulta.	• Taxa de alfabetização na população de 15 anos e mais por sexo, grupos etários, área de residência e província	• Análise descritiva • Análise de Regressão Logística
Discutir a mobilidade educacional intergeracional intradomiciliar, e suas disparidades socioeconômicas e regionais.	• Frequência escolar dos filhos de 6-24 anos de idade, por sexo, grupos etários, local de residência e província • Alfabetização dos filhos de 15-24 anos por sexo, grupos etários, local de residência e província	• Análise descritiva • Análise de Regressão Logística

Cabe esclarecer, ainda, que as análises utilizam diferentes recortes etários para atingir os objetivos do trabalho. A análise sobre cobertura escolar e frequência é restrita à população em idade escolar, ou seja, com menos de 25 anos. Para melhor compreender o padrão de inserção por idade, optou-se por analisar a participação da população no sistema de ensino por idade simples. Dessa forma, foi possível identificar idades sensíveis ao abandono escolar e atraso. A análise das taxas de alfabetização, por sua vez, restringe a análise à população com 15 anos e mais, e discute as desigualdades por idade utilizando grupos etários quinquenais. Da mesma forma, o estudo do perfil educacional da população adulta se refere aos indivíduos de 25 anos e mais, e é apresentada por grupos etários. Finalmente, a discussão sobre mobilidade educacional intergeracional se refere à frequência escolar de filhos de 6-24 anos vivendo no mesmo agregado familiar que a mãe, e à alfabetização de filhos entre 15-24 anos na mesma situação.

Os resultados serão apresentados utilizando o peso analítico do Censo de 2017. Para os dados referentes à 1997 e 2007, foi utilizado um fator de expansão de 10%.

A análise que segue está dividida em cinco partes, a saber:

- PARTE I: Alfabetização na População Acima dos 15 anos
- PARTE II: Frequência Escolar Actual e Passada
- PARTE III: Análise dos Níveis de ensino
- PARTE IV: Perfil Educacional da População Adulta
- PARTE V: Reprodução Intergeracional da Desigualdade Educacional



5 > Resultados

5.1 Alfabetização da população de 15 anos e mais

O Quadro 2 a seguir apresenta a taxa de analfabetismo na população, dada pela percentagem de pessoas que não sabem ler e/ou escrever, para pessoas acima de 15 anos, entre 1997 e 2017. Os resultados demonstram uma queda significativa da taxa de analfabetismo na população. Em 20 anos, entre 1997 e 2017, a proporção da população que não saber ler e/ou escrever caiu de 60,6% para 38,5%, o que representa uma queda de 36,0% na taxa. Por outro lado, a proporção da população que sabe ler e escrever passou de 36,4% para 60,5%. Deve-se observar que o crescimento da proporção da população que sabe ler e escrever foi mais intenso na primeira década, entre 1997 e 2007, do que na segunda, 2007 a 2017. Nos primeiros dez anos considerados, a percentagem de alfabetizados cresceu 24,1%, enquanto na segundo o aumento foi de cerca de 20,7%.

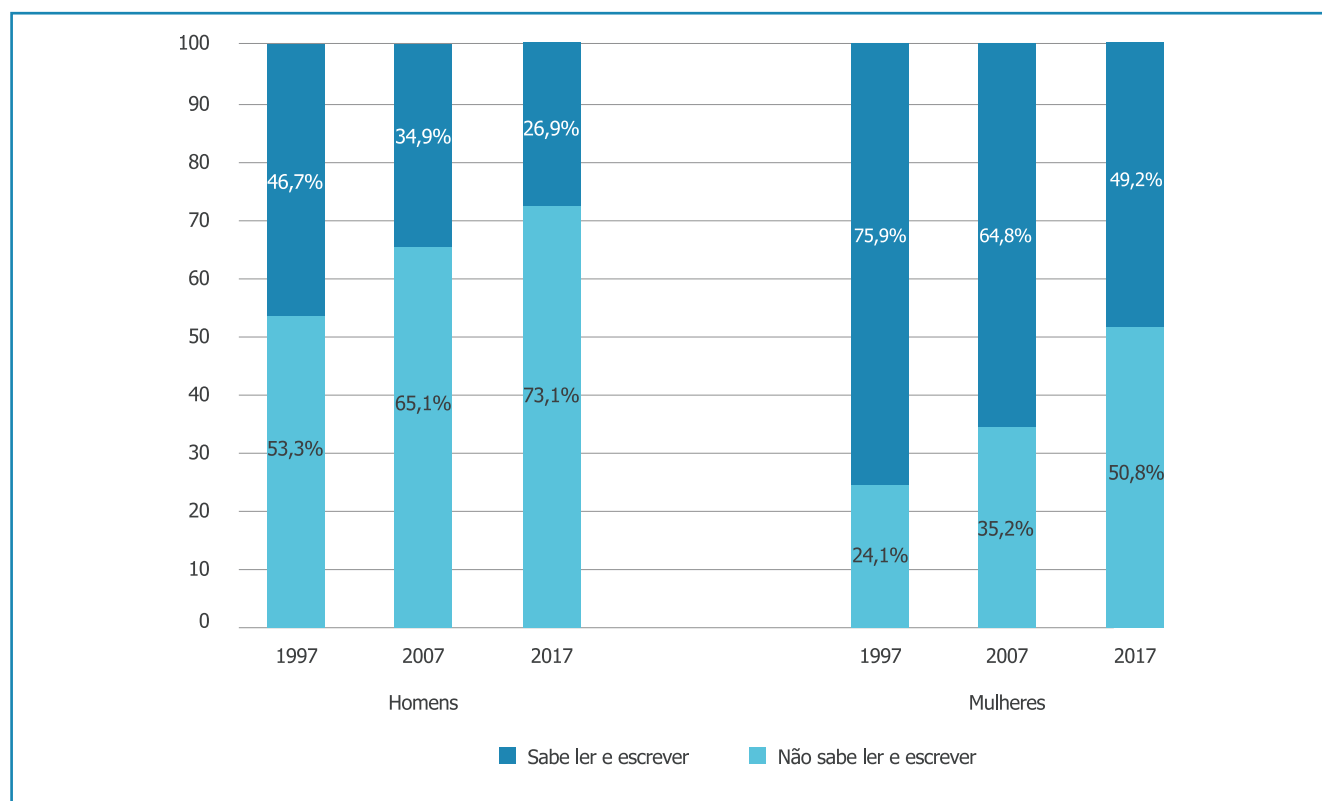
Quadro 2: Analfabetismo para pessoas com 15 anos e mais, por ano, Moçambique 1997, 2007 e 2017.

	1997		2007		2017	
	N	%	N	%	N	%
Sabe ler e escrever	345 895	37,5	573 161	49,1	867 173	61,1
Não sabe ler e/ou escrever	575 853	62,4	593 757	50,8	551 594	38,9
Total	921 748	100	1 166 918	100	1 418 767	100

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Gráfico 2 apresenta a evolução ao longo do tempo da taxa de analfabetismo por sexo, para pessoas com 15 anos e mais. Estratificando a análise da taxa de analfabetismo por sexo, é possível perceber que homens e mulheres se beneficiaram da queda no analfabetismo entre 1997 e 2017. No entanto, ainda permanecem consideráveis diferenças entre os sexos quanto ao acesso à alfabetização. Em 1997, apenas cerca de metade da população masculina (51,5%) declarou saber ler e escrever. Em 2017, essa percentagem cresceu para cerca de 72,4%. Para as mulheres, o avanço na alfabetização também foi considerável. A percentagem de mulheres alfabetizadas passou de 23,4% em 1997, para 50,3% em 2017. Observando o crescimento destas taxas por sexo percebe-se que o crescimento foi maior sobre a população feminina. O incremento da população feminina que sabe ler e escrever foi de 114,7% nos 20 anos de análise. No entanto, como é possível perceber, a alfabetização feminina encontra-se atrasada em cerca de 20 anos em relação à masculina, alcançando em 2017 o mesmo nível da masculina em 1997.

Gráfico 2: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais por sexo, Moçambique, 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

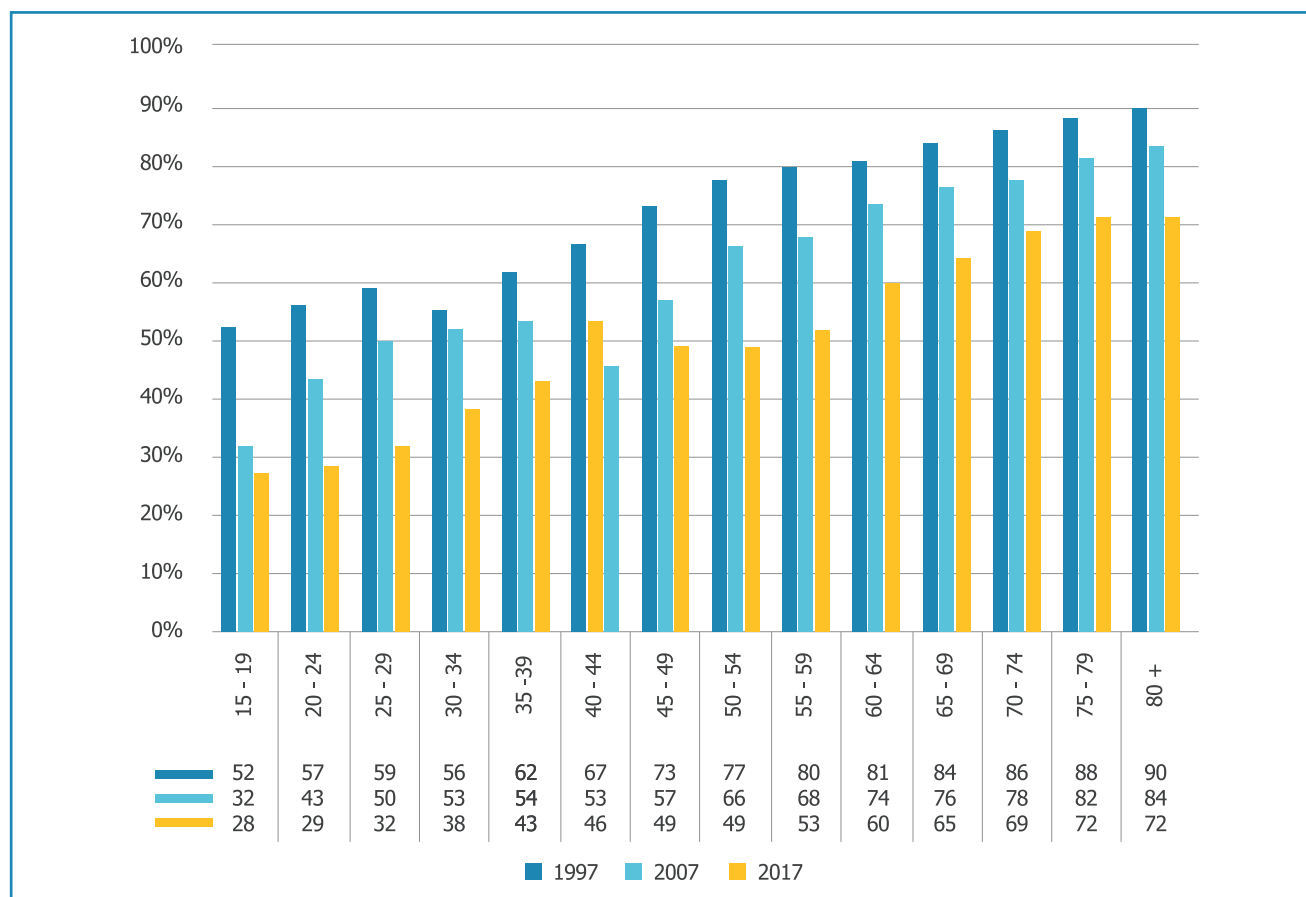
O Gráfico 3 apresenta a distribuição da taxa de analfabetismo por grupos etários e sua evolução entre 1997 e 2017. A primeira observação a ser feita é que a proporção da população moçambicana acima de 15 anos que declararam não saber ler e escrever em 2017 permanece relativamente alta, e chega a 38,9%, mesmo tendo sofrido uma grande redução em relação a proporção de analfabetos em 1997, de 62,5%. No entanto, a queda expressiva na proporção de analfabetos representou um ganho educacional inequívoco no País, sentido mesmo entre os grupos de idade acima de 65 anos. É importante notar que este ganho ocorreu de forma mais acelerada entre as coortes mais novas, notadamente entre os indivíduos que declararam ter entre 15 e 30 anos de idade em 2017. Para estas coortes, houve queda na proporção de analfabetos da ordem de 44,4%, 47,7% e 44,6% para os grupos de idade de 15-19 anos, de 20-24 anos e de 25-29 anos, respectivamente. Este crescimento expressivo da alfabetização entre a população com menos de 30 anos é resultado da expansão educacional pela qual o País tem passado nas últimas décadas.

Analisando o Gráfico 3 numa perspectiva de coorte, percebe-se que a taxa de analfabetismo se reduz ao longo do tempo para os indivíduos entre 60-64 anos de idade em 1997 (81,2%), e que teriam 70-74 anos em 2007 (78,4%), e 80

anos e mais em 2017 (72,2%). Como se trata de uma fase no ciclo de vida na qual os indivíduos costumam ter uma escolaridade definida, e não são propensos ao processo de escolarização, é possível que tal redução no analfabetismo ao longo do tempo entre coortes mais velhas se trate de um efeito seletivo da mortalidade, mais intenso entre os menos escolarizados, modificando a composição educacional dos sobreviventes ao longo do tempo.

A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO MOÇAMBICANA ACIMA DE 15 ANOS QUE DECLARARAM NÃO SABER LER E ESCREVER EM 2017 PERMANECE RELATIVAMENTE ALTA, E CHEGA A 38,9%.

Gráfico 3: Taxa de analfabetismo por grupo etário com 15 anos e mais, Moçambique, 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997,2007, 2017.

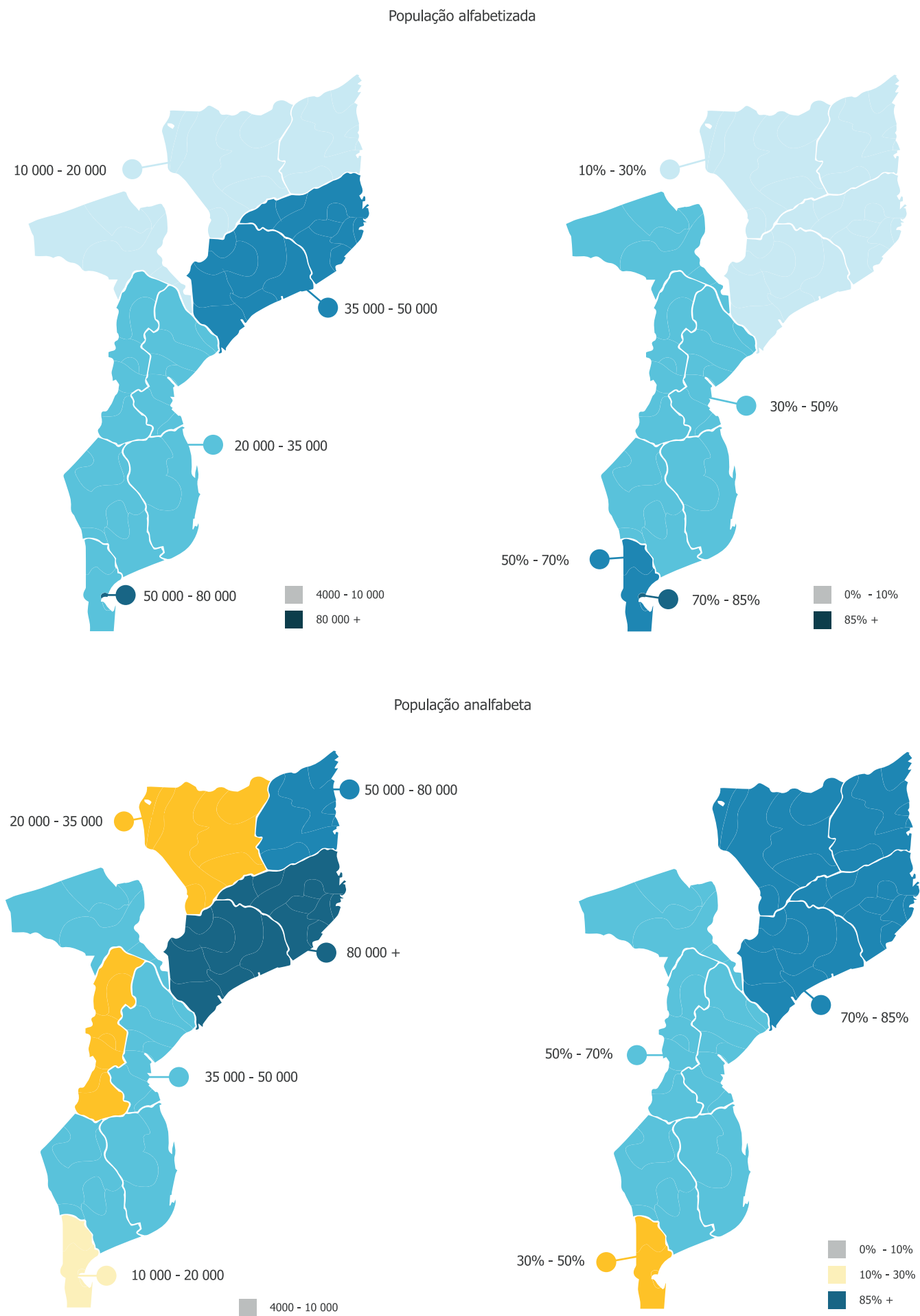
As diferenças regionais na parcela alfabetizada da população podem ser vistas nos mapas expostos nas Figuras 1, 2 e 3 a seguir. É possível perceber que há considerável vantagem das províncias do sul quanto ao nível de alfabetização. Conforme é possível observar no Quadro 3, a maior percentagem de alfabetizados em 1997 era encontrado na Cidade de Maputo, seguida pelas províncias de Maputo e Gaza, com percentuais de alfabetizados de 83,8%, 64,5 % e 46%, respectivamente.

Quadro 3: População analfabeta por província com 15 anos e mais, Moçambique, 1997, 2007, 2017.

Província	1997				2007				2017			
	Sabe ler e escrever (%)		Não sabe ler e/ou escrever (%)		Sabe ler e escrever (%)		Não sabe ler e/ou escrever (%)		Sabe ler e escrever (%)		Não sabe ler e/ou escrever (%)	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Niassa	12 420	28,7%	30 911	71,3%	23 667	38,1%	38 422	61,9%	41 495	49,8%	41 844	50,2%
Cabo Delgado	18 290	22,7%	62 261	77,3%	31 790	32,6%	65 720	67,4%	56 313	47,1%	63 371	53,0%
Nampula	46 526	26,0%	132 391	74,0%	83 518	37,0%	142 152	63,0%	140 607	51,1%	134 383	48,9%
Zambézia	46 373	27,2%	124 433	72,9%	77 404	36,9%	132 207	63,1%	130 442	52,9%	116 265	47,3%
Tete	19 265	30,1%	44 790	69,9%	41 904	43,1%	55 354	56,9%	72 673	55,2%	58 942	44,8%
Manica	23 062	41,0%	33 135	59,0%	44 807	56,8%	34 087	43,2%	65 366	68,8%	29 587	31,2%
Sofala	33 327	42,2%	45 628	57,8%	53 412	56,4%	41 347	43,6%	76 737	65,4%	40 589	34,6%
Inhambane	31 005	44,5%	38 724	55,5%	44 017	58,2%	31 683	41,9%	57 070	69,5%	25 093	30,5%
Gaza	30 059	46,0%	35 224	54,0%	43 866	61,2%	27 840	38,8%	54 700	71,2%	22 116	28,8%
Maputo	33 220	64,6%	18 229	35,4%	59 880	77,6%	17 339	22,5%	103 159	87,7%	14 455	12,3%
Cidade de Maputo	52 348	83,8%	10 127	16,2%	68 896	90,1%	7 606	9,9%	68 611	93,3%	4 949	6,7%
Total	345 895	37,5%	575 853	62,5%	573 161	49,1%	593 757	50,9%	867 173	61,1%	551 594	38,9%

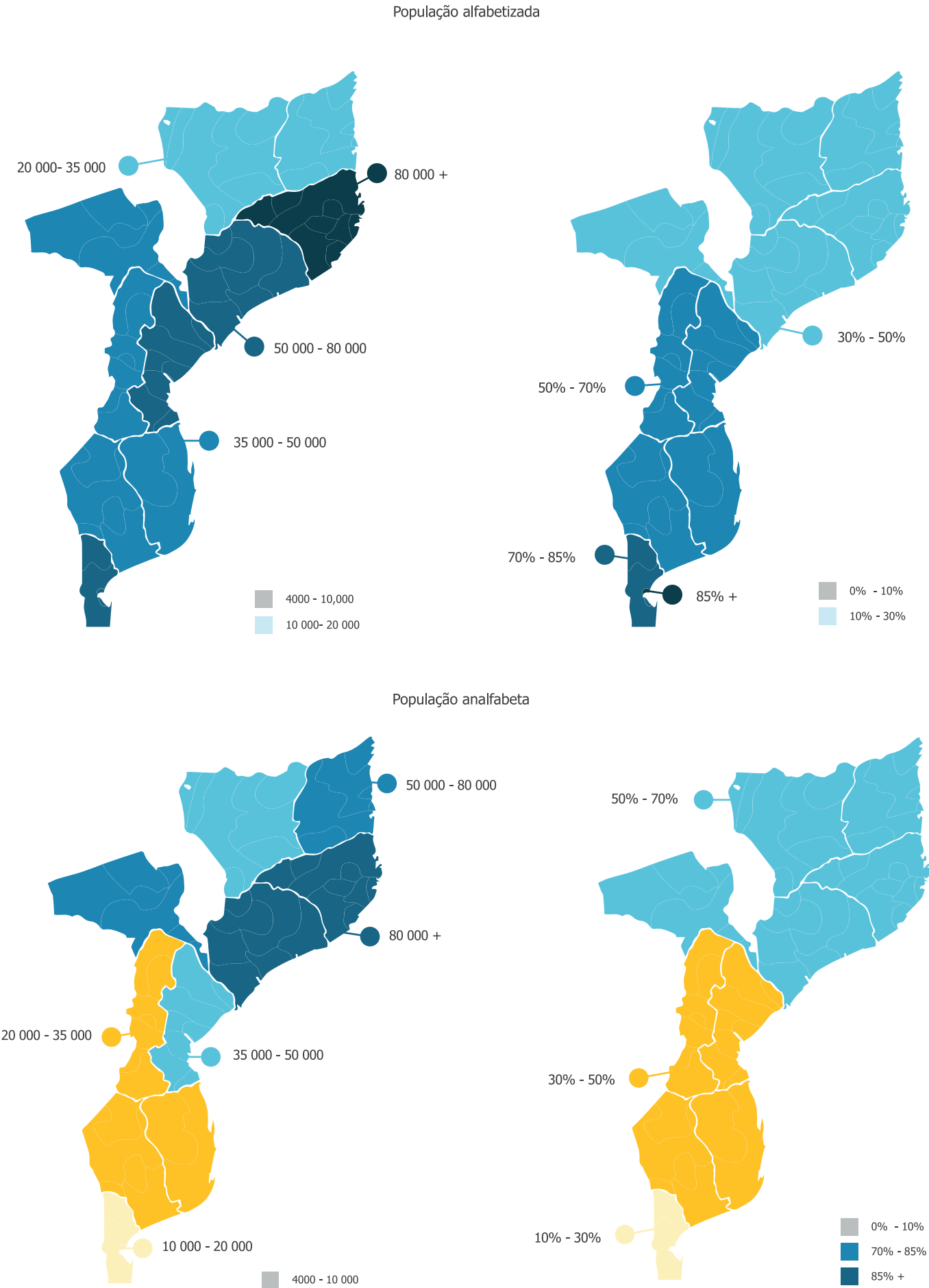
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Figura 1: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais, Moçambique 1997.



Fonte: INE, Censo 1997.

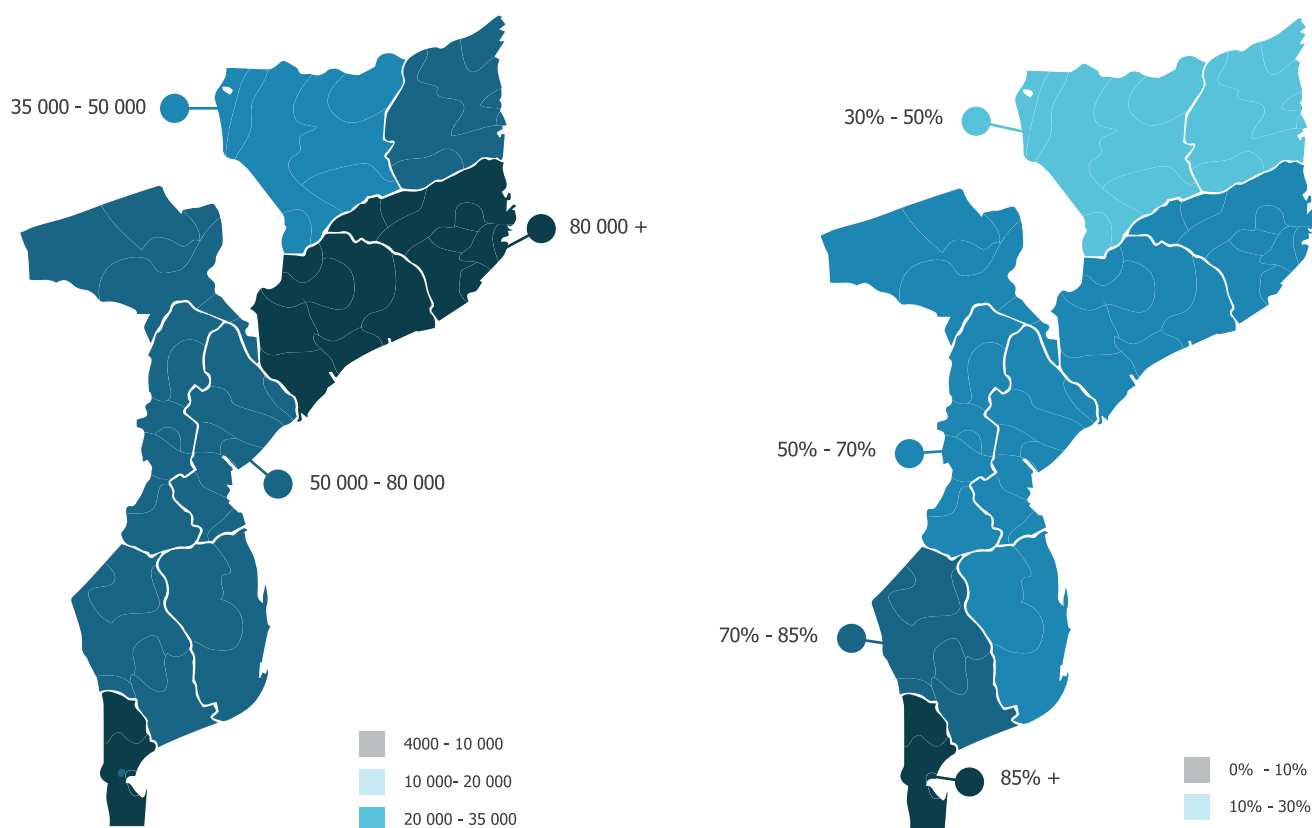
Figura 2: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais, Moçambique 2007.



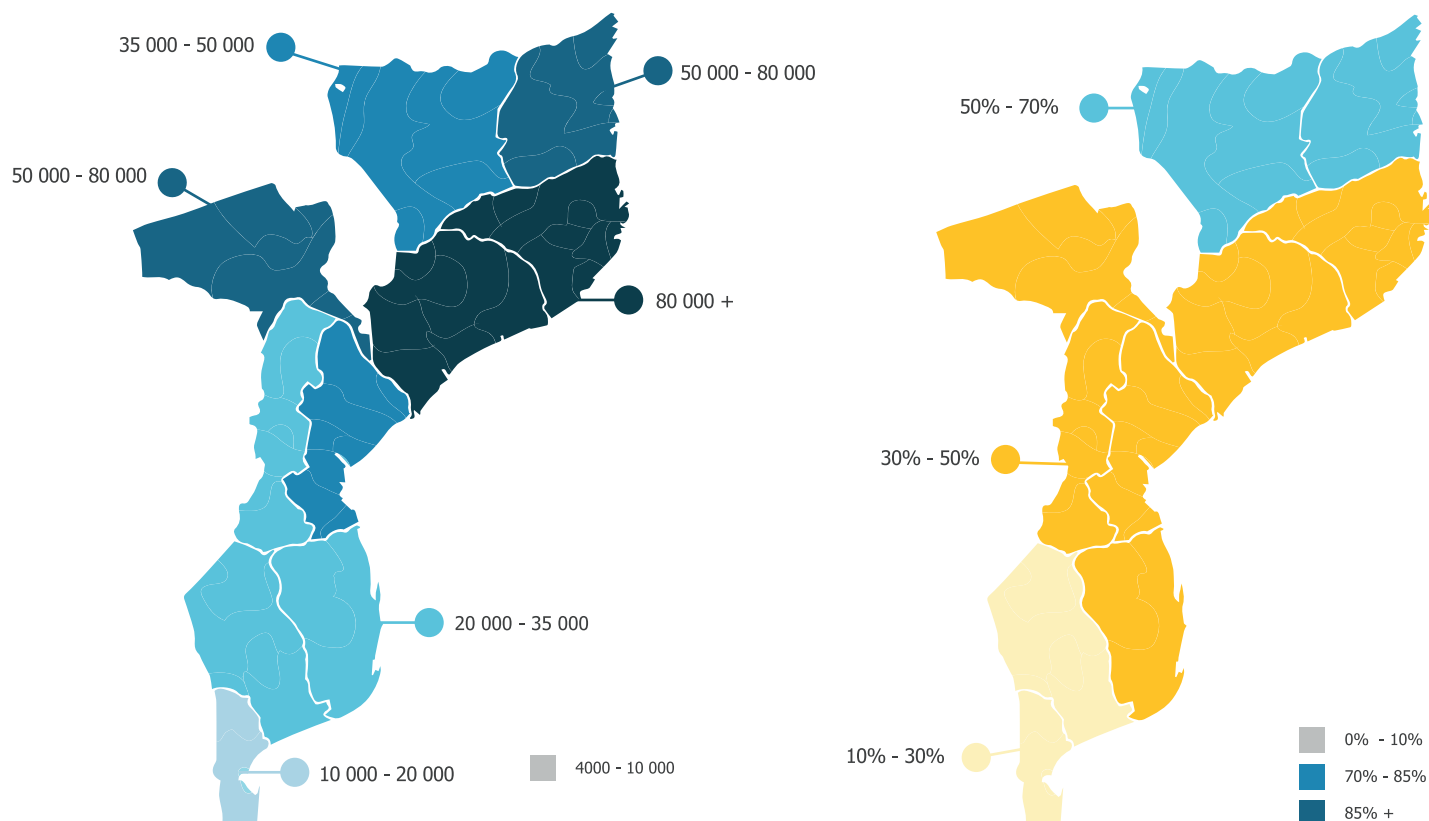
Fonte: INE, Censo 2007.

Figura 3: População alfabetizada e analfabeta com 15 anos e mais, Moçambique 2017.

População alfabetizada



População analfabeta



Fonte: INE, Censo 2017.

Por sua vez, Cabo Delgado e Nampula tinham a menor proporção e alfabetizados em 1997, cerca de 22,7% e 26% respectivamente. Em 2017, as desigualdades regionais na proporção de alfabetizados permaneceram semelhantes ao cenário relatado em 1997. No entanto, o nível de alfabetização se elevou consideravelmente em todas as províncias. Em Cabo Delgado, a proporção de alfabetizados mais que dobrou em duas décadas, passando a 47% em 2017. Um crescimento de igual dimensão pode ser observado em Nampula, que passou a ter cerca de 50% de alfabetizados em 2017. As províncias de Maputo e Gaza alcançaram 87% e 71% de alfabetizados em 2017, respectivamente. Na Cidade de Maputo, cerca de 93% da população acima de 15 anos estava alfabetizada em 2017.

O Quadro 4 abaixo apresenta a distribuição da população com mais de 15 anos segundo a condição quanto à alfabetização, por sexo e província em 2017. Nela é

possível observar que a desigualdade por sexo nos níveis de alfabetização varia consideravelmente entre as províncias. Cabo Delgado apresenta a maior disparidade relativa na taxa de alfabetização por sexo, sendo a taxa feminina cerca de 43% menor que a masculina. Nesta província, a percentagem de homens alfabetizados é de cerca de 60,4%, enquanto o de mulheres é de apenas 34,5%. Cenário parecido quanto à desigualdade de gênero na alfabetização pode ser observado nas províncias de Niassa, Zambézia, Nampula e Sofala, nas quais a taxa alfabetização feminina é em torno de 40% menor que a masculina. Entre as províncias com elevado grau de alfabetização da população total, a disparidade entre os sexos é consideravelmente menor, possivelmente em razão do acesso mais amplo ao sistema educacional, reduzindo as barreiras impostas por estruturas de gênero desfavoráveis à participação feminina. Em Maputo Província, a taxa de alfabetização feminina é apenas 10% menor que a masculina.

Quadro 4: Percentagem da população analfabeta e alfabetizada com 15 anos e mais, por sexo, segundo província, Moçambique 2017.

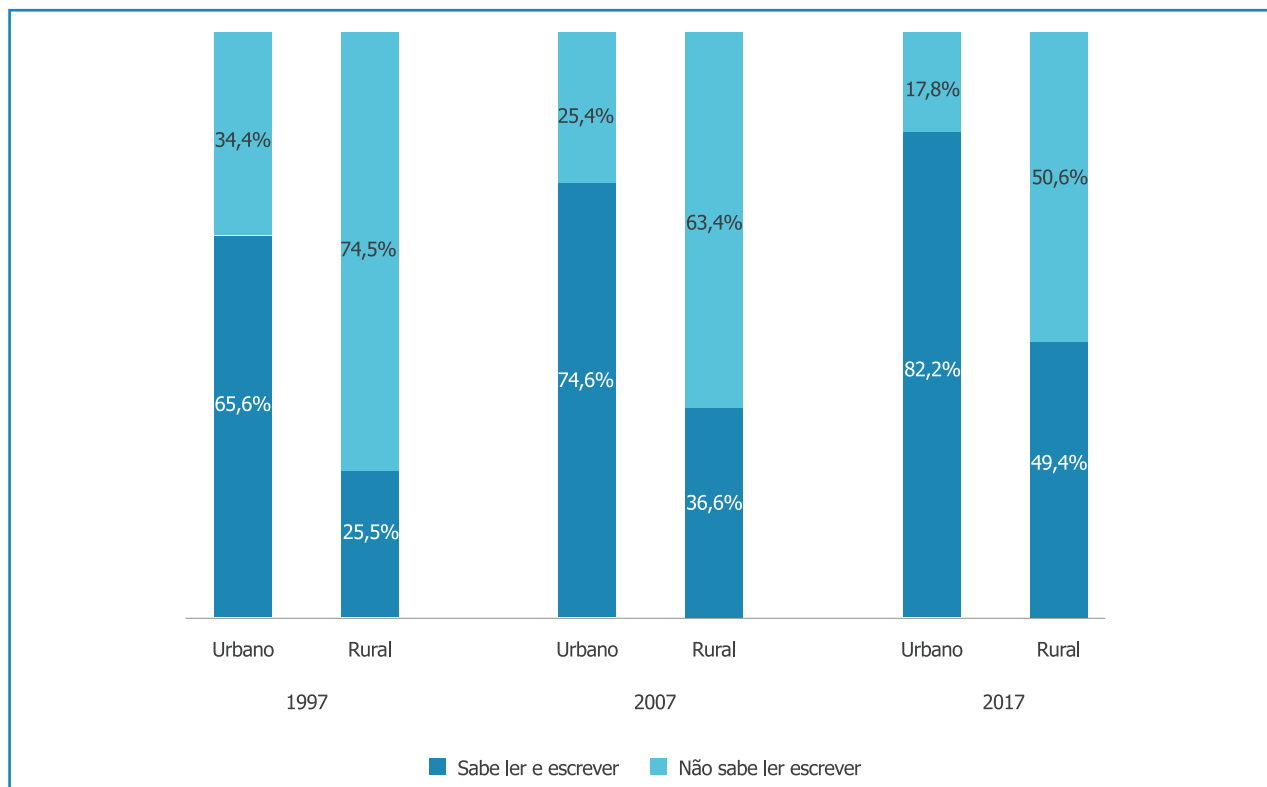
Província	Homens		Mulheres	
	Sabe ler e escrever (%)	Não sabe ler e/ou escrever (%)	Sabe ler e escrever (%)	Não sabe ler e/ou escrever (%)
Niassa	61,8	38,2	38,5	61,5
Cabo Delgado	60,4	39,6	34,5	65,5
Nampula	63,8	36,2	39,1	60,9
Zambézia	67,9	32,1	39,4	60,7
Tete	67,5	32,5	43,2	56,8
Manica	83,0	17,1	55,8	44,2
Sofala	81,2	18,8	50,5	49,5
Inhambane	80,8	19,2	59,4	40,6
Gaza	80,4	19,6	63,4	36,6
Maputo	92,8	7,2	82,7	17,3
Cidade de Maputo	96,7	3,3	89,8	10,2

Fonte: INE, Censo 2017.

A taxa de analfabetismo apresenta importantes diferenças quanto à localização da população. O Gráfico 4 a seguir apresenta a evolução da percentagem de alfabetizados e analfabetos nas áreas rural e urbana entre 1997 e 2017. A área rural teve o maior crescimento de pessoas alfabetizadas nos 20 anos considerados. Nela, a proporção de alfabetizados passou de 25,5% para 49,4%, o que significou um crescimento de 94% na população alfabetizada. Por sua vez, as áreas urbanas também

apresentaram considerável crescimento na proporção de alfabetizados, passando de 65,6% para 82,2% entre 1997 e 2017. É importante notar que, ao longo do tempo, houve uma concentração da população não-alfabetizada na área rural. Mesmo com os avanços na alfabetização da população fora das áreas urbanas, cerca de 84% da população analfabeta residia nas áreas rurais de Moçambique em 2017.

Gráfico 4: Taxas de analfabetismo para pessoas acima de 15 anos por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A análise multivariada nos permite discutir a importância de cada uma das características de interesse nas chances do indivíduo ser alfabetizado. O Quadro 5 a seguir apresenta os resultados da regressão logística para a chance de ser alfabetizado em Moçambique segundo os dados do recenseamento de 2017. Entre os determinantes da alfabetização, foram consideradas as seguintes características, apresentadas na análise descritiva feita anteriormente: sexo, idade, local de residência e província. No Quadro 5, é possível observar as razões de chance calculadas a partir dos resultados da regressão logística. As razões de chance (odds ratio) informam como a chance de ser alfabetizado apresentando determinada característica se compara em relação a outra, que se chama de estado ou categoria de referência. Os resultados dos parâmetros e ajuste do modelo estimado estão apresentados no Anexo deste trabalho. É importante salientar que os resultados apresentados no Quadro 11 representam as razões de chances de um indivíduo ser alfabetizado controlando por um conjunto limitado de características, mais especificamente, aquelas que são de interesse deste estudo e que foram discutidas anteriormente. Dessa forma, o modelo de regressão apresentado não inclui todas as características potencialmente associadas à

probabilidade de alfabetização, e, por isso, as razões de chance não devem ser interpretadas fora do escopo deste estudo e das características aqui consideradas. Ainda assim, ele permite que analisemos de forma sintética a associação entre cada uma das características de interesse com as chances de ser alfabetizado em 2017, sem a interferência das demais características incluídas.

Conforme apontado pela análise descritiva, a chance de ser alfabetizado é maior entre os homens. Mulheres têm cerca de 72% a menos chances de serem alfabetizadas em comparação com homens, controlando pelas demais características consideradas no modelo de regressão. Em relação ao padrão etário da alfabetização, vê-se que a maior probabilidade de estar alfabetizado ocorre no grupo mais jovem, 15-19 anos. Todas as razões de chance de grupos etários subsequentes são inferiores a 1, indicando a menor probabilidade de literacia nestes grupos em relação aos mais jovens. É importante ressaltar que as razões de chance por idade apresentam uma queda consistente ao longo dos grupos quinquenais, indicando o aumento progressivo da escolaridade formal entre as diferentes coortes. Como visto anteriormente, a expansão educacional ocorrida em Moçambique nas últimas duas décadas se deu de forma consistente e

continua atingindo principalmente a população em idade escolar neste período.

Em relação aos determinantes locais e regionais, indivíduos com residência em área urbana apresentam chances quase três vezes maior de serem alfabetizados em relação aos moradores da área rural, controlando pelas demais características incluídas no modelo de regressão. Há, ainda, diferenças consideráveis nas chances de ser alfabetizado entre as provinciais, conforme apontado anteriormente pelos mapas apresentados nas Figuras 1,2 e 3. Tomando como referência a Província de Niassa,

cuja taxa de alfabetização era de apenas 49% em 2017, uma das mais baixas do País, vê-se que indivíduos que residem nesta província apresentam chances superiores de serem alfabetizados apenas que os residentes de Cabo Delgado. Com exceção desta, todas as demais províncias apresentam maior probabilidade de alfabetização da população acima dos 15 anos, controlando por diferenças na composição etária, sexo, e residência rural urbana. Indivíduos residentes na Província de Gaza possuem mais que o dobro de chances de serem alfabetizados, enquanto na Província de Maputo essa vantagem é de aproximadamente cinco vezes mais.

Quadro 5: Razões de chance para a probabilidade de ser alfabetizado segundo características, Moçambique 2017.

	Razão de chance	P-valor
Mulher (referência: homens)	0,28	0,000
Grupos de idade		
15-19 anos (referência)		
20-24 anos	0,95	0,000
25-29 anos	0,75	0,000
30-34 anos	0,54	0,000
35-39 anos	0,42	0,000
40-44 anos	0,38	0,000
45-49 anos	0,35	0,000
50-54 anos	0,31	0,000
55-59 anos	0,26	0,000
60-64 anos	0,18	0,000
65-69 anos	0,15	0,000
70-74 anos	0,12	0,000
75-79 anos	0,11	0,000
Acima de 80 anos	0,10	0,000
Urbano (referência: rural)	3,97	0,000
Província		
Niassa (referência)		
Cabo Delgado	0,98	0,021
Nampula	1,01	0,493
Zambézia	1,31	0,000
Tete	1,40	0,000
Manica	2,40	0,000
Sofala	1,71	0,000
Inhambane	3,32	0,000
Gaza	3,47	0,000
Maputo	6,41	0,000
Cidade de Maputo	7,22	0,000

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.2 Frequência Escolar Actual e Passada da População

A análise da PARTE II é feita usando as respostas à pergunta P22 formulada do modo seguinte: P22 - Diga se: 1- Atualmente está a frequentar uma escola 2- Alguma vez frequentou uma escola 3 – Nunca frequentou uma escola. Esta parte da análise avalia a cobertura escolar total, presente e passada no momento dos Censos, assim como a sua evolução de 1997 a 2017.

5.2.1 Frequência actual e passada da população de 5 anos de idade e mais.

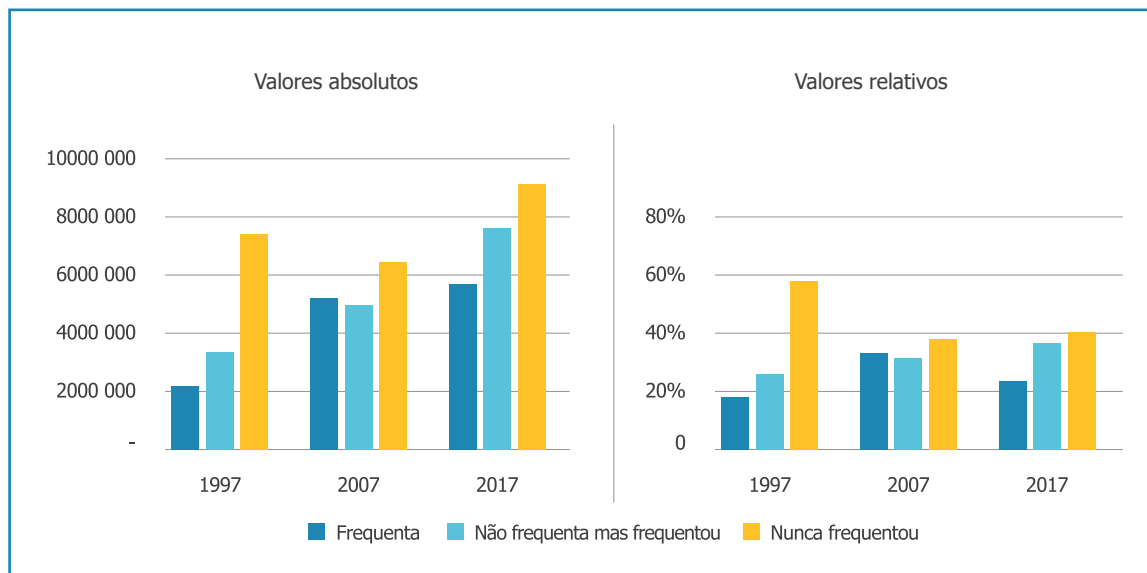
Segundo os dados do Censo de 2017, o total das pessoas que estão a frequentar uma escola é de 5,6 milhões, os que não estão a frequentar mas frequentaram no passado é de 7,7 milhões e aqueles que nunca foram à escola é de 8,9 milhões, ou seja, 25%, 35% e 40% do total da população com 5 anos e mais (ver Quadro 6 e Gráfico 5).

Quadro 6: Número e percentagem de pessoas com 5 anos e mais que frequentam, não frequentam, mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, 1997, 2007, 2017.

	Valores absolutos			Valores relativos		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017
Está a frequentar uma escola	2 085 410	5 094 830	5 623 000	16,6	31,1	25,3
Não frequenta mas frequentou no passado	3 221 440	4 993 840	7 744 637	25,7	30,5	34,8
Nunca frequentou uma escola	7 240 980	6 289 910	8 873 961	57,7	38,4	39,9
Total	12 547 830	16 378 580	22 241 598	100	100	100

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 5: Número e percentagem de pessoas com 5 anos e mais que frequentam, não frequentam mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, Moçambique 1997, 2007, 2017

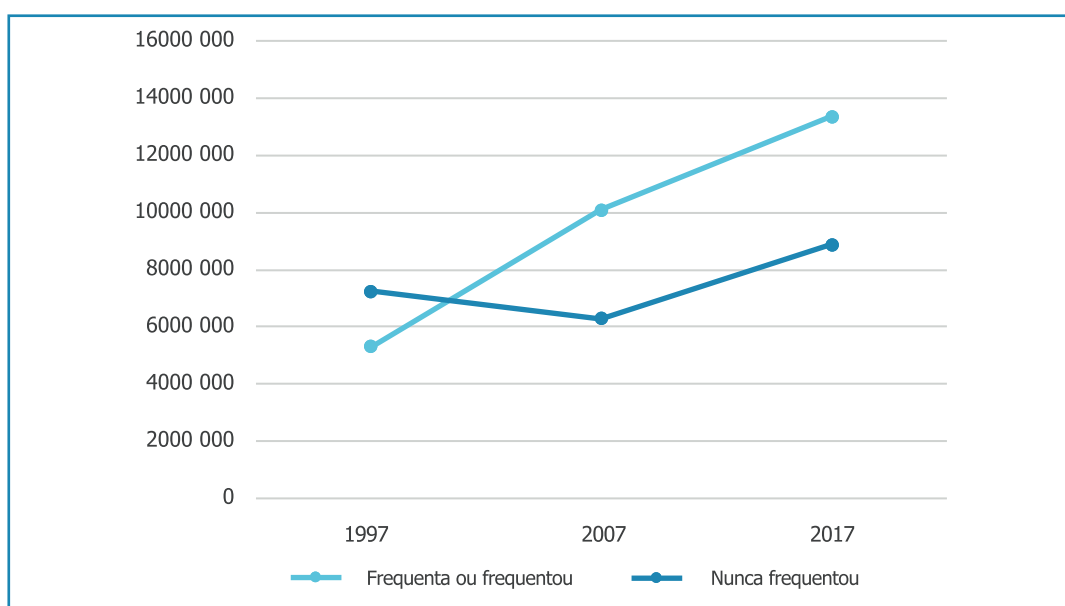


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Neste Quadro e nestes Gráficos estão também presentes os valores absolutos e relativos referentes à frequência escolar da população de 5 anos e mais de acordo com os dados dos Censos de 1997 e 2007. De 1997 a 2007, a percentagem de pessoas que frequentam a escola quase que duplicou de 17% a 31% e o número de pessoas cresceu duas vezes e meia, de 2 milhões para 5 milhões. No entanto, de 2007 para 2017, embora o número de pessoas que frequentam a escola tenha aumentado significativamente de 5,1 milhões para 5,6 milhões, a correspondente percentagem decresceu drasticamente de 31% para 25%. Além disso, nesse período, o número de pessoas que nunca foi à escola aumentou consideravelmente de 6,3 para 8,9 milhões.

No entanto, o aumento significativo do número de pessoas que frequentou a escola no passado e o facto de no passado o atendimento escolar ser extremamente baixo, conduz a um crescimento contínuo do estoque educacional da população Moçambicana em número, e também em percentagem (ver Gráfico 6), mesmo se as taxas de frequência escolar se reduzam consideravelmente num determinado período. Na verdade o ritmo do crescimento do estoque desacelerou e o número dos que nunca frequentaram a escola aumentou (ver Gráfico 6). Esta situação deve-se fundamentalmente ao crescimento populacional que não está a ser acompanhado com um crescimento de estudantes correspondentemente.

Gráfico 6: Número e percentagem de pessoas com 5 anos e mais que frequentam, não frequentam mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, Moçambique 1997, 2007, 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.2.1.1 Urbano versus rural

Em 2017, 33,2% de todas as pessoas das áreas urbanas e 21,3% das pessoas das áreas rurais frequentavam a escola, continuando a tendência de diferenciação entre as duas regiões nos censos nas décadas anteriores. Esta tendência de as áreas urbanas terem maior percentagem de pessoas a frequentar a escola tinha diminuído significativamente de 1997 a 2007, mas na década seguinte a diferença urbano/rural manteve-se (ver Quadro 7 e Gráfico 7). Do ponto de vista percentual, o decréscimo no atendimento escolar de 2007 para 2017 é

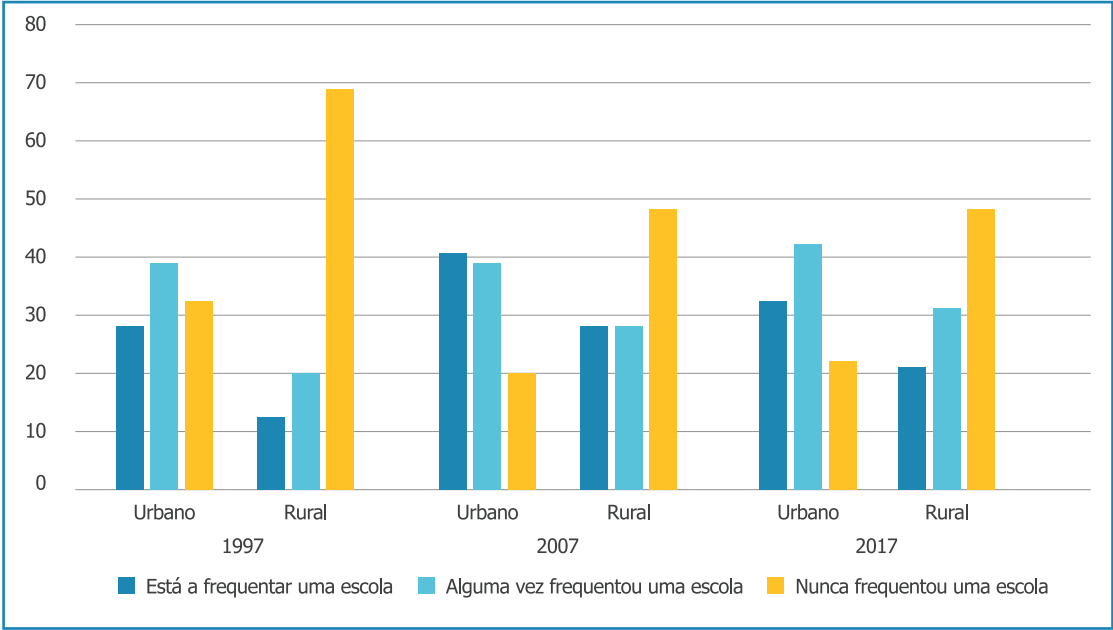
sensivelmente o mesmo, ambas percentagens decrescem em cerca de 20%, mas nas áreas urbanas houve um decréscimo de 8 pontos percentuais enquanto nas áreas rurais o decréscimo foi apenas de 5 pontos percentuais. Assim, pode verificar-se que entre 1997 e 2007 houve um grande aumento de frequência escolar e uma aproximação entre o urbano e rural, mas de 2007 a 2017 houve um decréscimo das taxas de frequência escolar e a relação entre o urbano e rural manteve-se sensivelmente a mesma.

Quadro 7: Percentagem das pessoas de 5 anos e mais que frequentam a escola, não frequentam, mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por região urbana e rural, Moçambique 1997, 2007, 2017.

	1997		1997		1997	
	Urbano %	Rural %	Urbano %	Rural %	Urbano %	Rural %
Está a frequentar uma escola	27,7	11,9	41,1	26,5	33,2	21,3
Alguma vez frequentou uma escola	39,4	19,8	39,1	26,5	42,6	30,9
Nunca frequentou uma escola	32,9	68,4	19,8	47	24,2	47,9
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 7: Percentagem de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola, não estão a frequentar mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por região urbana e rural, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.2.1.2 Frequência escolar por sexo

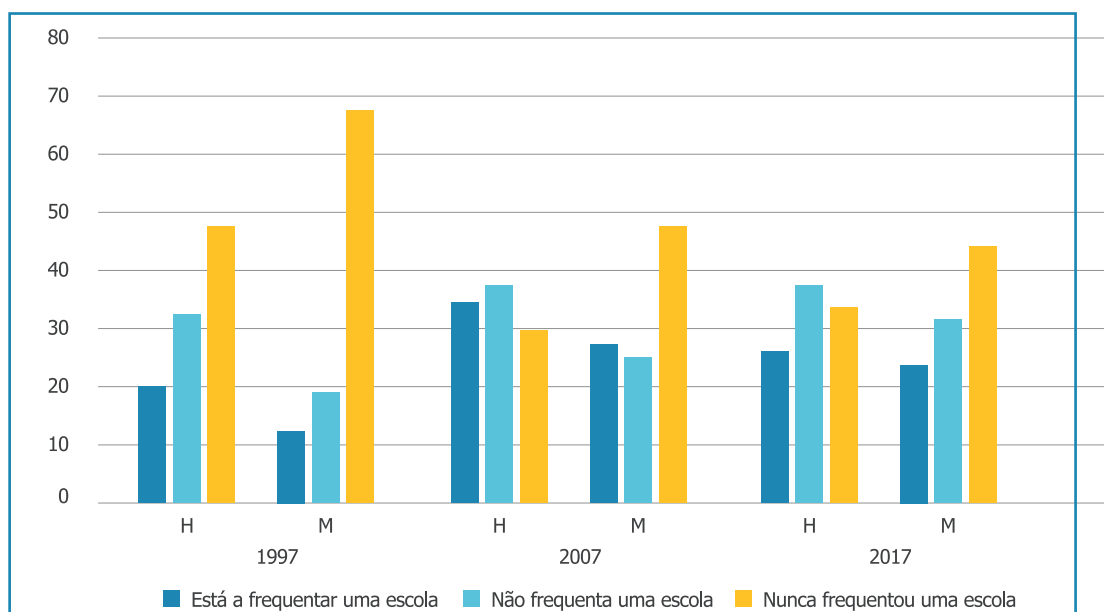
No Quadro 8 e no Gráfico 8 pode ver-se a distribuição percentual da frequência escolar por sexo. Como se vê, a percentagem de escolarização, quer actual, quer passada, para homens é mais elevada do que para mulheres. No entanto, desde 1997 que as taxas de escolarização por sexo têm vindo a aproximar-se mais, o que significa um aumento da participação da mulher na escola. Em particular, mesmo que as taxas de 2017 sejam inferiores às de 2007, a diferença entre homens e mulheres diminuiu nesse período.

Quadro 8: Percentagem das pessoas de 5 anos e mais que frequentam a escola, não frequentam, mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

	1997		2007		2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Está a frequentar uma escola	20,2	13,4	34,6	27,9	27,1	23,6
Não frequenta uma escola	33	19,1	36,2	25,2	38,4	31,6
Nunca frequentou uma escola	46,9	67,5	29,2	46,8	34,5	44,8
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censos de 1997, 2007 e 2017

Gráfico 8: Percentagem de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola, não estão a frequentar mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.2.1.3 Frequência escolar por província

Os resultados do Censo de 2017 da frequência escolar por província mostram uma realidade muito diferente de província para província, como se pode observar no Quadro 9 e nos Gráficos 9 e 10. Neste Quadro e nestes Gráficos estão indicadas as percentagens de pessoas com cinco anos e mais que frequentam a escola em cada província, em relação à população total da província. Por exemplo, em 2017 o valor mínimo destas percentagens é de 17% em Cabo Delgado, enquanto que na cidade de Maputo, essa percentagem, a mais alta, é de 34%.

Quadro 9: Percentagens de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola, não estão a frequentar, mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por província, Moçambique 1997, 2007, 2017.

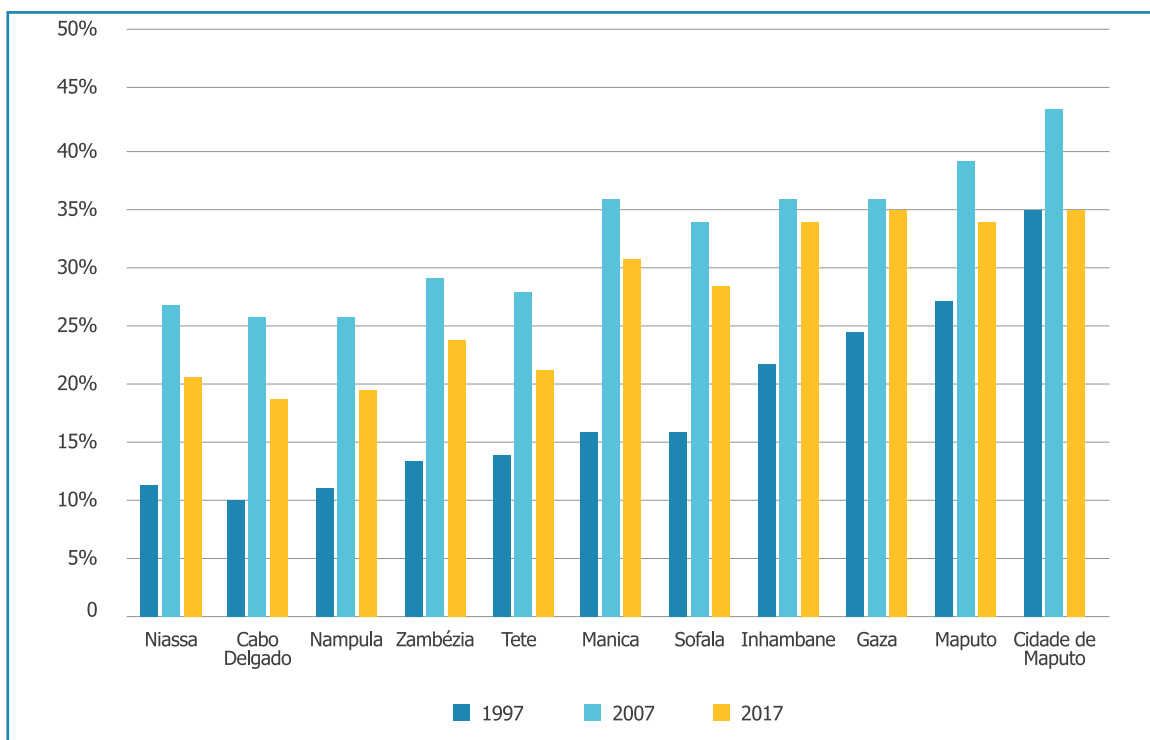
Província	Está a frequentar (%)			Não frequenta, mas já frequentou (%)			Nunca frequentou (%)		
	1997	2007	2017	1997	1997	2017	1997	1997	2017
Niassa	12	27	19	21	25	25	67	48	56
Cabo Delgado	10	26	17	21	26	28	69	48	56
Nampula	11	26	18	23	28	29	66	46	53
Zambézia	13	29	22	22	28	29	65	44	49
Tete	14	28	20	17	24	28	69	48	53
Manica	16	36	28	25	29	33	59	35	38
Sofala	16	34	26	26	30	32	57	36	41
Inhambane	22	36	32	28	31	35	50	33	33
Gaza	24	36	33	28	36	36	49	29	31
Maputo	27	39	33	40	45	46	33	17	21
Cidade de Maputo	35	43	34	48	49	51	17	9	16

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Estas diferenças eram ainda mais elevadas em 1997, o valor mínimo era também Cabo Delgado com apenas 10%, enquanto em Maputo, o valor máximo, tinha 35% de pessoas a frequentar uma escola.

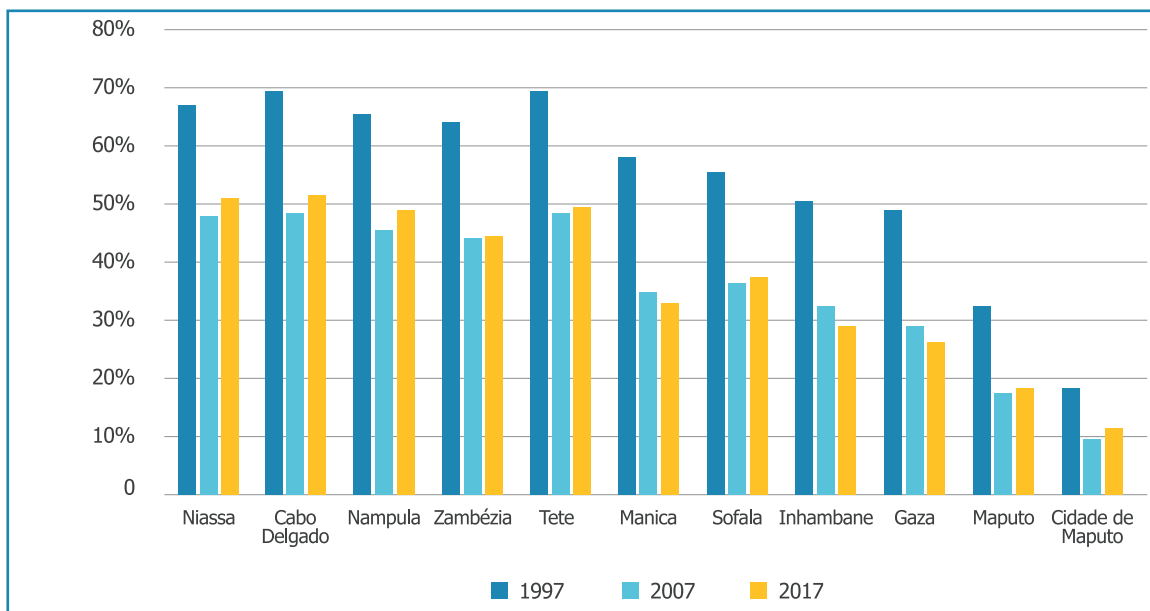
É, no entanto, comum a todas as províncias a estrutura da evolução ao longo dos anos: percentagens de frequência escolar muito baixas em 1997, um crescimento significativo em 2007 e um posterior decréscimo em 2017. Embora tendo havido algumas melhorias nas Províncias com menor escolarização, o acumular de pessoas que nunca foram à escola, agravado pelo crescimento populacional diferenciado por província, faz com que em 2017 as diferenças entre as províncias no que se refere às pessoas que nunca foram à escola ainda sejam muito elevadas (ver Gráfico 10).

Gráfico 9: Percentagem de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola, por província, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 10: Percentagem de pessoas de 5 anos e mais que nunca frequentaram a escola por província, Moçambique 1997, 2007, 2017.

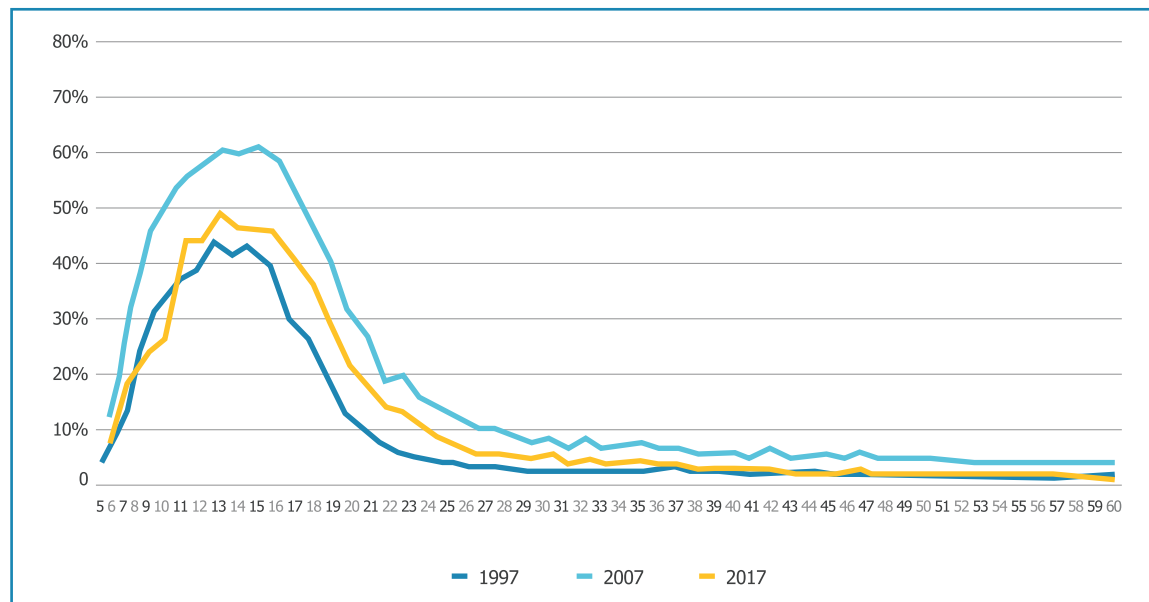


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.2.1.4 Frequência escolar por idade

O Gráfico 11 apresenta as percentagens de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola, em relação à população da mesma idade.

Gráfico 11: Percentagem de e pessoas de 5 anos e mais que frequentam a escola por idade, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Para além de se verificar uma vez mais uma evolução de 1997 a 2017 como a descrita anteriormente, é de notar que a diminuição das percentagens de atendimento escolar ocorre fundamentalmente até aos 17 anos de idade, com uma particular quebra dos 6 aos 9 anos de idade.

5.2.2 Análise da frequência escolar actual (1997, 2007 e 2017) das pessoas de 5-24 anos de idade.

No sub-capítulo anterior analisou-se a frequência actual e passada no geral e neste sub-capítulo será analisada a frequência actual no momento dos censos de 1997, 2007 e 2017.

5.2.2.1 Urbano versus rural

No Quadro 10 estão apresentadas as percentagens de atendimento escolar actual das crianças e jovens em relação ao total da população da sua idade, diferenciada urbano/rural.

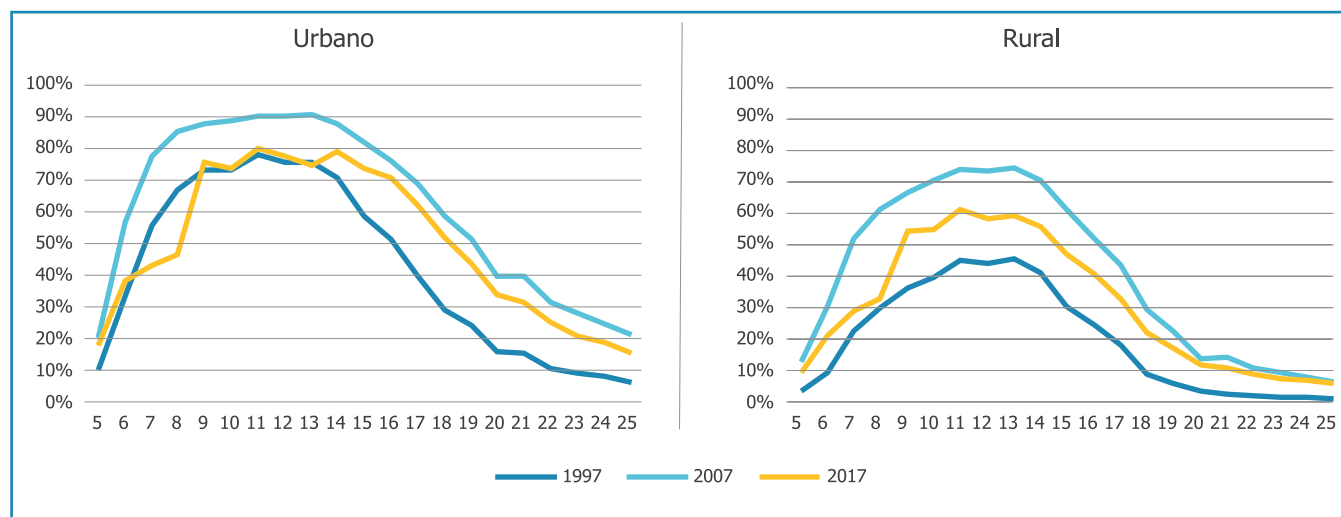
Quadro 10: Percentagens das crianças e jovens de 5-24 anos que frequentam a escola, por urbano e rural, 1997, 2007 e 2017.

Idade	1997		2007		2017	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
5	10%	3%	20%	12%	17%	9%
6	33%	9%	56%	30%	37%	21%
7	55%	22%	77%	52%	42%	29%
8	66%	30%	84%	61%	45%	33%
9	72%	36%	87%	66%	74%	54%
10	72%	39%	87%	70%	73%	55%
11	77%	45%	89%	73%	79%	61%
12	74%	44%	89%	73%	77%	58%
13	74%	45%	89%	74%	73%	59%
14	70%	41%	87%	70%	78%	55%
15	58%	30%2	81%	61%	73%	47%
16	51%	4%	75%	52%	70%	40%
17	39%	18%	68%	43%	61%	32%
18	28%	9%	58%	29%	51%	22%
19	23%	6%	50%	22%	43%	17%
20	15%	3%	39%	14%	33%	12%
21	15%	2%	39%	14%	30%	11%
22	10%	2%	31%	10%	24%	9%
23	8%	1%	27%	9%	20%	7%
24	8%	1%	24%	8%	18%	6%
25	6%	1%	20%	6%	15%	6%

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A evolução da frequência escolar deste grupo etário ao longo dos anos nas áreas urbanas é diferente da evolução nas áreas rurais, como pode ser observado nos Gráficos 12 e 13. Efectivamente, o crescimento do atendimento escolar de 1997 para 2007 foi significativamente mais acentuado nas áreas rurais do que nas áreas urbanas, embora inicialmente, em 1997, as áreas urbanas tivessem um nível de atendimento escolar muito mais elevado.

Gráfico 12: Percentagens das crianças e jovens de 5-24 anos que frequentam a escola, por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017

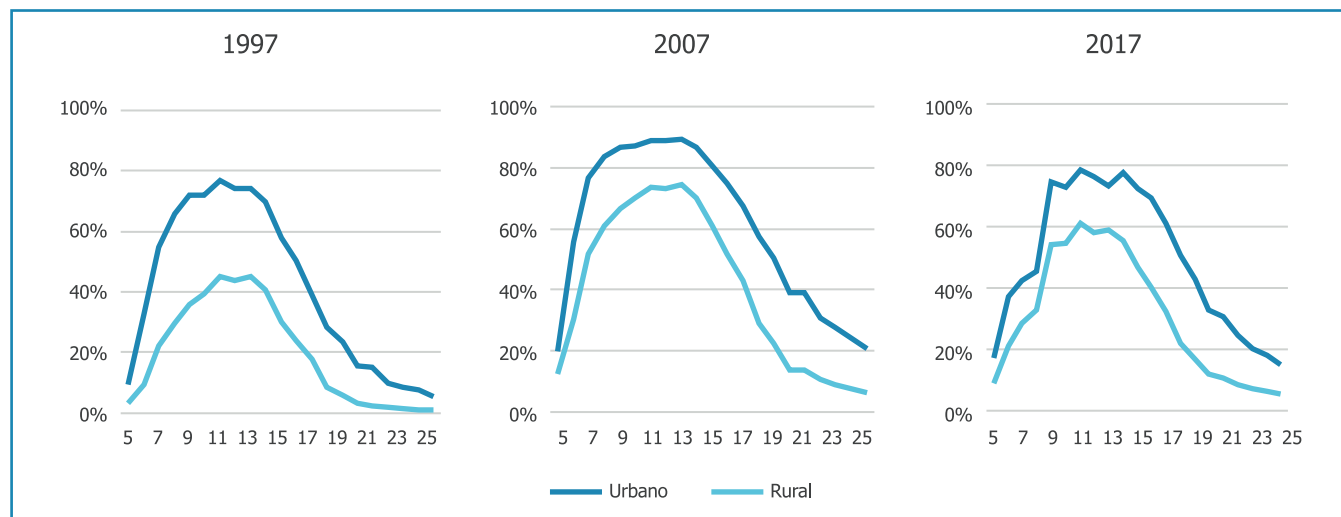


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Como se pode observar nestes Gráficos representando as percentagens de frequência escolar de 1997, 2007 e 2017 comparando urbano e rural, verifica-se que:

- As diferenças entre urbano e rural relativamente a 1997 são as mais significativas dos três períodos;
- As diferenças entre urbano e rural em 1997 são acentuadas em todas as idades, mas em 2007 e em 2017 a frequência escolar em idades mais avançadas é mais acentuada, particularmente em 2017.

Gráfico 13: Percentagens das crianças e jovens de 5-24 anos que frequentam a escola, por área de residência para cada ano, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.2.2.2 Sexo

A desagregação por idade dos diferenciais por sexo das percentagens das crianças e jovens que frequentam actualmente uma escola podem ser vistos no Quadro 11 assim como a sua representação nos Gráficos 14 e 15, para os anos 1997, 2007 e 2017. No Quadro 12 encontra-se a desagregação por província dos diferenciais por sexo das percentagens das crianças e jovens que frequentam actualmente uma escola.

Quadro 11: Percentagens das pessoas que frequentam a escola por sexo e idades, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Idade	Homens			Mulheres		
	1997	2007	2017	1997	2007	2017
5	5	14	11	4	14	12
6	16	37	25	14	36	26
7	34	60	33	29	57	33
8	43	68	36	38	66	37
9	50	73	60	44	71	61
10	52	76	60	46	74	60
11	60	79	66	52	78	68
12	58	79	63	49	77	64
13	61	81	64	50	78	64
14	57	79	64	44	73	62
15	47	73	58	31	61	53
16	44	70	56	24	51	46
17	35	64	50	16	42	36
18	23	54	41	9	27	25
19	18	46	34	7	23	20
20	11	32	25	4	15	15
21	10	31	22	4	18	16
22	7	23	17	3	14	12
23	5	20	13	2	13	11
24	4	17	12	2	12	11
25	3	12	9	1	10	9

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017

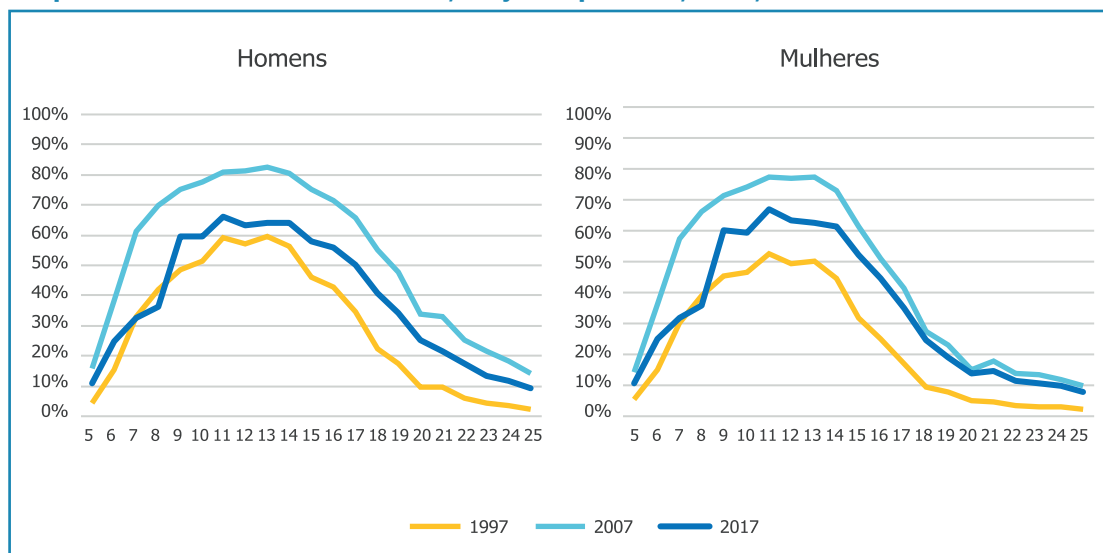
Quadro 12: Percentagens de pessoas de 5 anos e mais que estão a frequentar a escola, não estão a frequentar, mas já frequentaram no passado e nunca frequentaram uma escola, por província, Moçambique 2017.

Província	Frequenta (%)		Não frequenta mas frequentou (%)		Nunca frequentou (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Niassa	20,2	17,2	28,2	22,7	51,6	60,1
Cabo Delgado	17,9	15,4	32,0	23,4	50,1	61,2
Nampula	19,0	16,5	32,7	25,3	48,3	58,2
Zambézia	23,8	19,5	32,4	26,1	43,8	54,4
Tete	21,0	18,3	30,9	24,3	48,0	57,4
Manica	31,2	25,6	36,5	30,5	32,3	43,8
Sofala	28,7	23,8	37,3	27,9	34,0	48,3
Inhambane	34,1	30,1	37,7	32,6	28,1	37,3
Gaza	35,2	31,4	37,3	35,5	27,5	33,2
Maputo	33,6	32,2	47,1	44,5	19,3	23,3
Cidade de Maputo	34,1	33,4	51,7	49,4	14,2	17,2
País	25,0	21,9	35,1	29,0	39,9	49,1

Fonte: INE, Censo 2017

Na verdade, observando os Gráficos 14 e 15, vê-se que o acréscimo na frequência escolar de 1997 para 2007 é mais acentuado nas mulheres que nos homens e, inversamente, o decréscimo da frequência escolar de 2007 para 2017 é mais acentuado nos homens que nas mulheres.

Gráfico 14: Percentagens de pessoas por idade que actualmente frequentam a escola, separadamente homens e mulheres, Moçambique 1997, 2007, 2017.



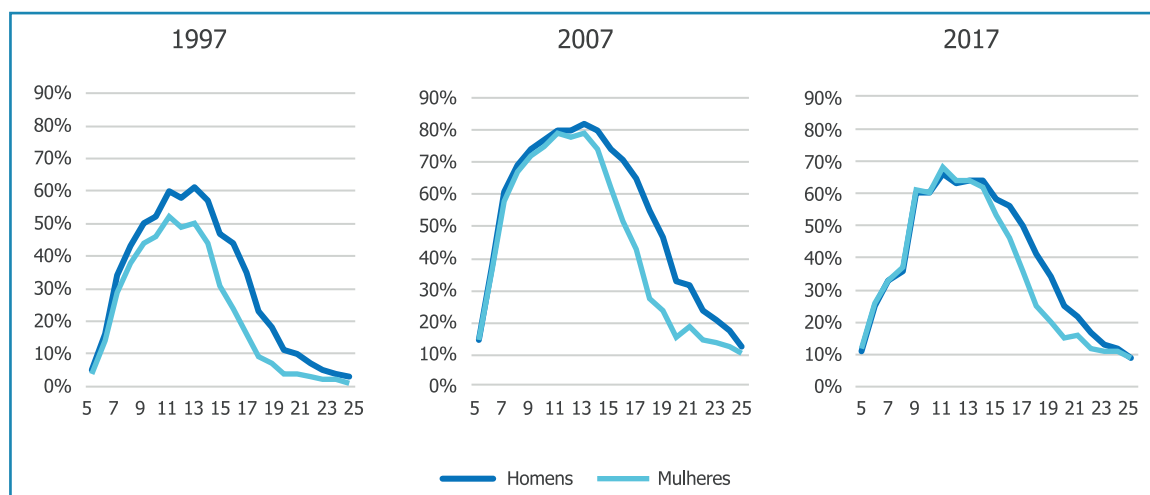
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Nos Gráficos 15 estão representados os gráficos da frequência escolar por idades, em 1997, 2007 e 2017, e por sexo. Pode-se ver que em 1997, o atendimento escolar é significativamente mais elevado para os homens do que para as mulheres, diferencial esse agravado a partir dos 13-14 anos de idade. Em 2007, a diferenciação de atendimento escolar inicia-se mais cedo, a partir dos 12 anos de idade e vai-se acentuando com a idade: aos 18 anos, a frequência de homens é 54% enquanto das mulheres é de 27% e aos 19 anos as frequências

de atendimento escolar são respectivamente 46% e 23%. No geral, nota-se que há uma melhoria na igualdade de género de 1997 a 2007, mas particular atenção deve ser dada à frequência escolar das raparigas a partir do início da adolescência.

Em 2017, praticamente não há diferenças de atendimento escolar dos rapazes e raparigas até aos 14 anos de idade. Dos 15 aos 20 anos de idade as diferenças são significativas, com frequência dos rapazes mais elevada, mas vão diminuindo a partir dos 21 anos de idade.

Gráfico 15: Percentagens de pessoas por idade que actualmente frequentam a escola por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.2.2.3 Províncias

No Gráfico 16 estão vários gráficos representando as percentagens de frequência escolar em cada uma das províncias nos três períodos 1997, 2007 e 2017.

Verifica-se que no período de 1997 a 2007 houve um crescimento em todas as províncias na percentagem de pessoas a frequentar escolas. O maior crescimento das percentagens verificou-se em Cabo Delgado, Manica e Sofala, e o menor nas províncias do Sul, nomeadamente Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza e de certo modo Inhambane. De 2007 a 2017, registou-se em geral um decrescimento nas percentagens de frequência escolar, embora tenha sido bastante desigual: as Províncias do Sul, nomeadamente Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza e Inhambane, assim como Manica sofreram um decrescimento menor, enquanto que nas restantes Províncias o decrescimento foi mais acentuado.

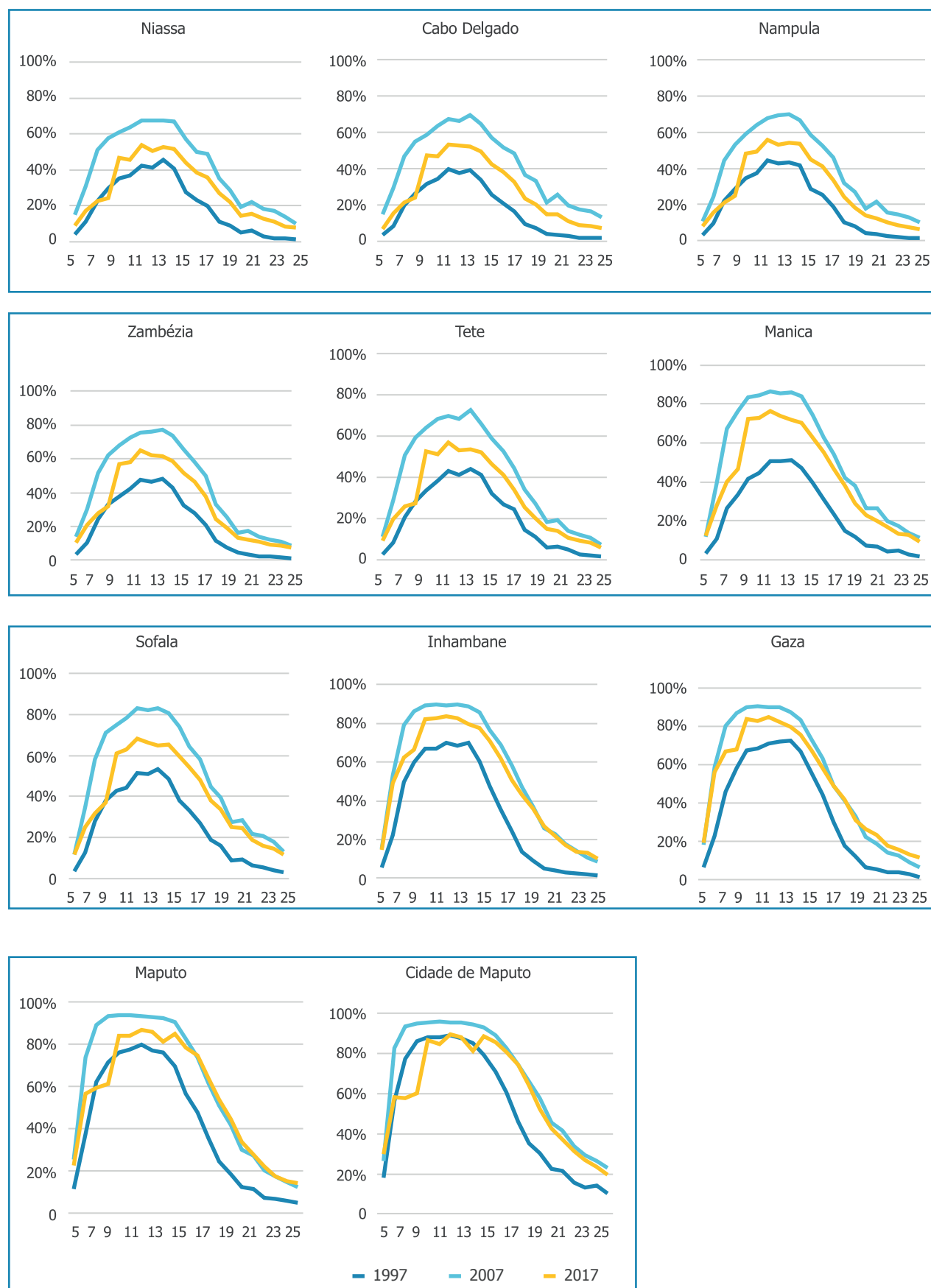
Na verdade, as diferenças nas várias províncias podem, em parte, ser devidas a diferentes taxas de crescimento populacional. Além disso, e possivelmente associado a este último factor, as diferenças entre as várias províncias também poderão, em parte, ser

atribuídas à diferente composição regional (urbano versus rural) das várias províncias. É de notar que a percentagem de pessoas que frequentam a escola nas áreas urbanas do País é sensivelmente a mesma da percentagem na cidade de Maputo que só tem população urbana e representa apenas cerca de 10% da população urbana do País.

No Gráfico 17 pode observar-se a comparação da frequência escolar nas várias províncias, uma em cada ano em estudo.

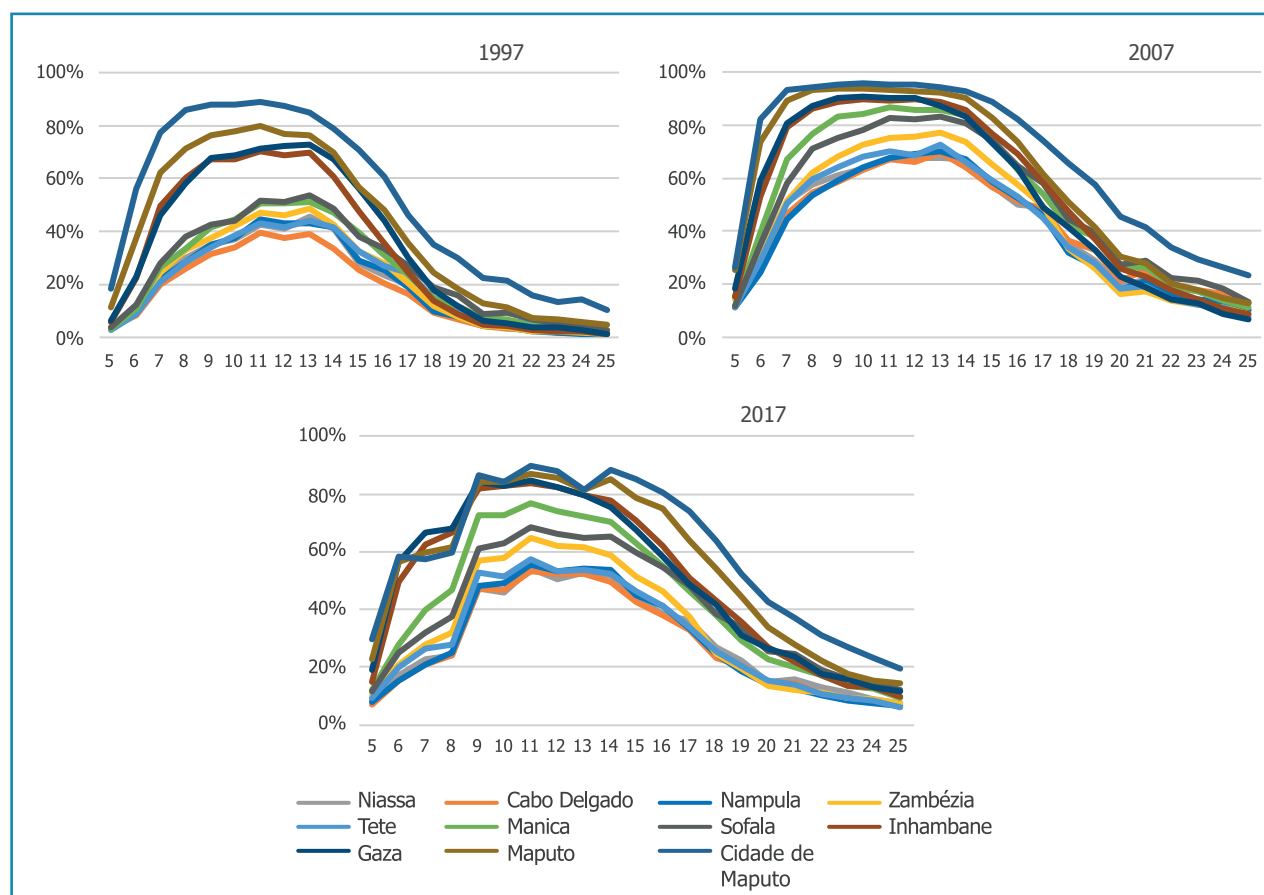
Claramente, em termos percentuais, a diferença de cobertura escolar entre as províncias diminuiu substancialmente de 1997 a 2007, mas aumentou ligeiramente posteriormente. Uma parte do problema poderá ser o facto de o crescimento da população em idade escolar ter sido, ao longo dos dez anos 2007-2017, maior que o esperado por parte das autoridades de educação aos vários níveis. No entanto é notório que em todas as províncias tenha havido um decrescimento significativo na frequência escolar dos primeiros anos, semelhante em todas as províncias.

Gráfico 16: Percentagem das pessoas que frequentam a escola segundo província, por e idades, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 17: Percentagem das pessoas que frequentam a escola segundo província, por idade, segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.3 Nível mais alto que frequenta/frequentou e análise dos níveis de ensino

Neste parágrafo pretende-se analisar a frequência escolar separadamente para cada nível do ensino. Esta análise é realizada com base nas respostas à Pergunta P23, dirigida a todas as pessoas que na Pergunta P22 responderam que estavam a frequentar uma escola na altura do censo ou que não estavam a frequentar nenhuma escola mas que no passado tinham frequentado. A pergunta P23 pretende que o respondente indique o grau de ensino mais elevado que frequenta ou frequentou. Cruzando as respostas a estas duas perguntas pode obter-se o nível mais alto de frequência no momento do censo. Assim, num primeiro sub-parágrafo são incluídas todas as pessoas a partir dos 5 anos de idade e qual o nível mais alto que frequenta ou frequentou, mas a maior parte da análise que se segue refere-se à frequência actual nos momentos dos três Censos (1997, 2007 e 2017).

5.3.1 Análise da frequência actual e passada, em todos os níveis de ensino

5.3.1.1 Distribuição da frequência actual e passada pelos níveis de ensino

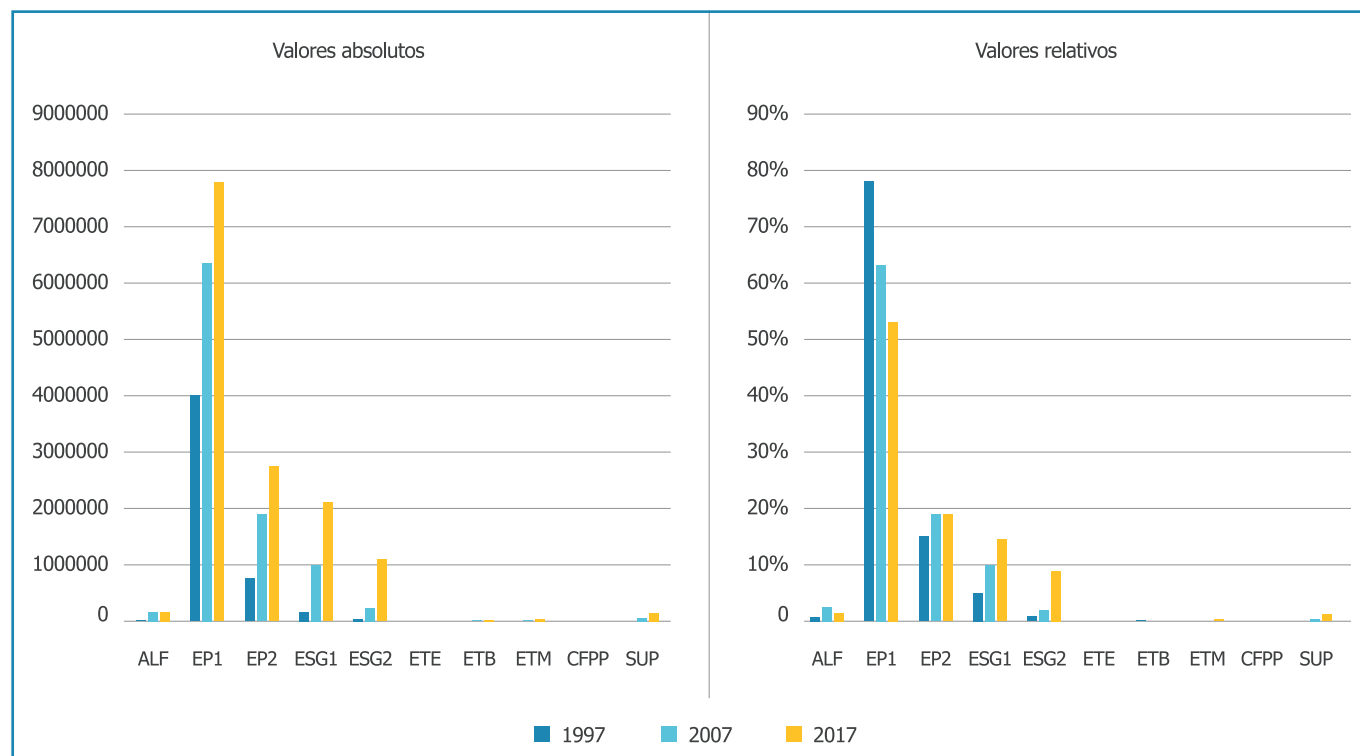
No Quadro 13, está indicada a distribuição das pessoas (absoluta e relativa) com 5 anos e mais, em número e em percentagens, por nível de ensino mais alto que frequenta ou frequentou, nos anos 1997, 2007 e 2017. Em valores absolutos e para quase todos os níveis de ensino pode observar-se que o número de pessoas aumentou ao longos dos últimos 20 anos. No Gráfico 18, onde estão representados os valores absolutos, o total de pessoas cujo nível mais alto que frequenta ou frequentou tem vindo a crescer significativamente ao longo dos anos, inferindo-se assim que há um aumento da frequência escolar na população como um todo.

Quadro 13: Distribuição das pessoas com 5 anos e mais, em número e em percentagens, por nível de ensino mais alto que frequenta ou frequentou, Moçambique 1997, 2007, 2017.

		Valores absolutos			Valores relativos		
		1997	2007	2017	1997	1997	2017
Alfabetização	ALF	58 800	256 840	246 871	1%	3%	2%
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	EP1	4 035 310	6 347 120	7 665 355	76%	64%	53%
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	EP2	754 860	1 859 630	2 658 449	14%	19%	18%
Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)	ESG1	269 970	1 005 970	2 130 469	5%	10%	15%
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	ESG2	67 420	288 970	1 182 786	1%	3%	8%
Ensino Técnico Elementar (ETE)	ETE	6 960	10 480	18 373	0%	0%	0%
Ensino Técnico Básico (ETB)	ETB	28 030	40 770	36 772	1%	0%	0%
Ensino Técnico Médio (ETM)	ETM	22 770	42 270	106 169	0%	0%	1%
Curso de Formação de Professores Primários	CFPP	13 210	30 720	32 933	0%	0%	0%
Superior	SUP	20 740	93 580	312 128	0%	1%	2%
Total		5 278 070	9 976 350	14 390 305	100%	100%	100%

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 18: Distribuição absoluta e distribuição relativa do nível mais alto que frequenta ou frequentou da população com 5 anos e mais, Moçambique 1997, 2007, 2017.



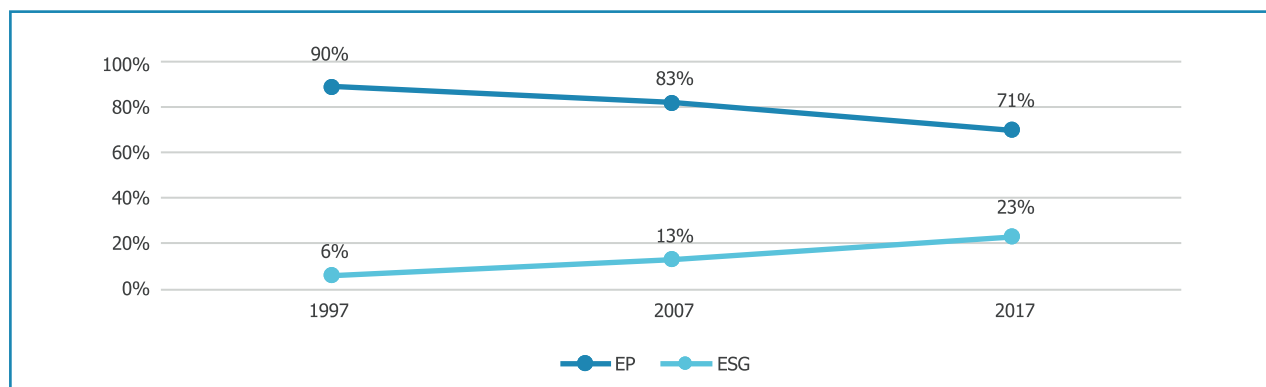
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

É assim um efeito acumulado do processo educativo ao longo de 20 anos, de uma população inicial com níveis educacionais extremamente baixos.

É também evidente a partir do Quadro 13 que o número de pessoas cujo nível mais alto que frequenta ou frequentou foi o ensino primário, representa mais de dois terços do total de pessoas que frequenta ou frequentou algum nível de ensino, para cada ano censitário. Em particular,

a frequência do Ensino Primário do 1º Grau é muito elevada. Além disso é ainda interessante verificar-se que o peso relativo dos níveis do ensino primário e do ensino secundário geral tem vindo a alterar-se, decrescendo para os níveis mais baixos e crescendo para os níveis mais altos. No Gráfico 19, pode ver-se como o peso do ensino primário no seu todo (EP1 + EP2) diminuiu no seu todo e o do ensino secundário aumentou.

Gráfico 19: Peso do ensino primário e do ensino secundário no total do nível de ensino mais elevado que frequenta ou frequentou das pessoas com mais de cinco anos de idade, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.3.1.2 Distribuição da frequência actual pelos níveis de ensino

No Quadro 14 encontra-se a distribuição absoluta e a distribuição relativa das pessoas com 5 anos e mais que estão a frequentar a escola na altura dos Censos de 1997, 2007 e 2017, por nível de ensino. De modo semelhante ao analisado no sub-parágrafo anterior, o peso específico do ensino primário, em particular do Ensino Primário do 1º Grau é muito elevado em todos os anos censitários, mas vai-se reduzindo com o tempo (ver Gráfico 20). No entanto, embora tenha havido um crescimento considerável do número de alunos do Ensino Primário do 1º Grau de 1997 para 2007, no período seguinte o número total de alunos diminuiu ligeiramente.

Já o número de alunos do Ensino Primário do 2º Grau teve um crescimento contínuo ao longo das duas décadas assim como em ambos níveis do ensino secundário.

Somando os efectivos escolares no EP1 e no EP2 relativos a 2007 e a 2017, respectivamente 4 125 e 4 122, se verifica que o total do número de estudantes no ensino primário nestes dois períodos é praticamente o mesmo.

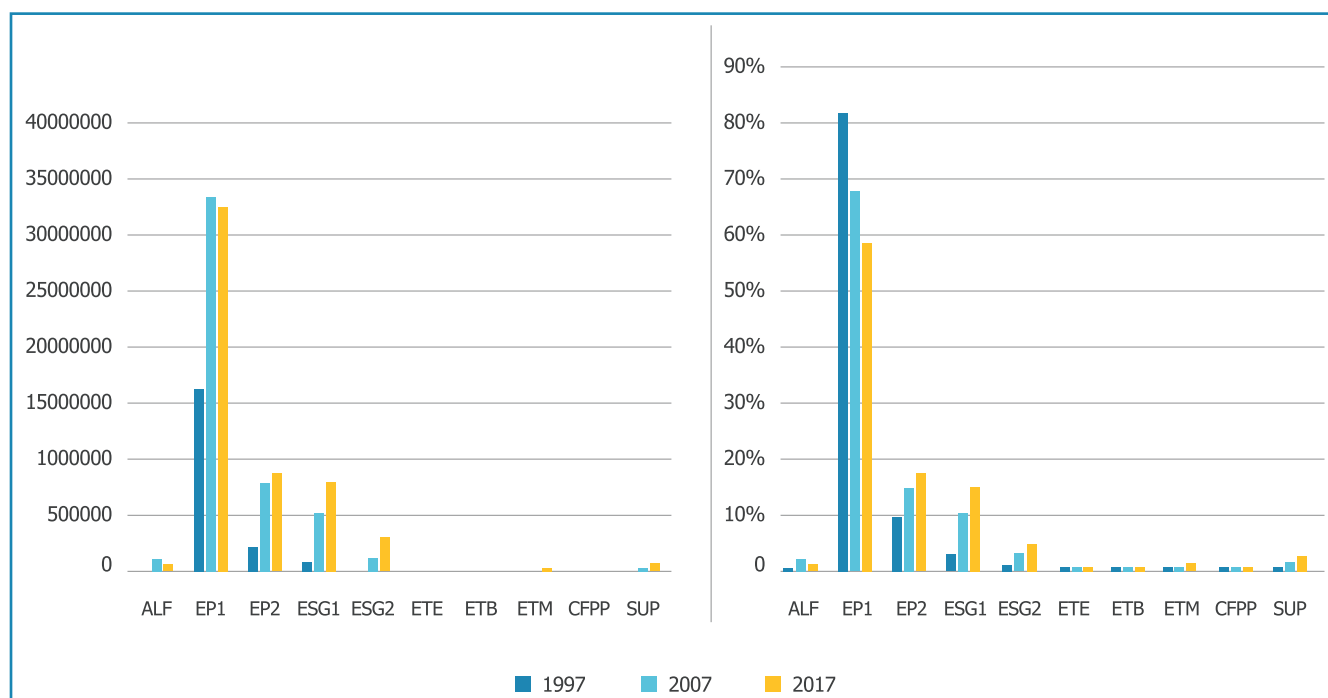
É ainda de realçar que os efectivos escolares totais foram crescendo ao longo destas três datas, eram 2,07 milhões em 1997, 5,03 em 2007 e 5,58 em 2017.

Quadro 14: Distribuição das pessoas com 5 anos e mais, em número e em percentagem, por nível de ensino que frequenta, Moçambique 1997, 2007, 2017.

		Valores absolutos			Valores relativos		
		1997	2007	2017	1997	1997	2017
Alfabetização	ALF	5 450	133 000	63 908	0%	3%	1%
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	EP1	1 713 020	3 350 620	3 240 780	83%	67%	58%
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	EP2	210 460	774 220	881 503	10%	15%	16%
Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)	ESG1	91 400	533 120	817 857	4%	11%	15%
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	ESG2	21 260	130 060	363 470	1%	3%	7%
Ensino Técnico Elementar (ETE)	ETE	2 290	4 800	6 696	0%	0%	0%
Ensino Técnico Básico (ETB)	ETB	12 090	18 850	14 656	1%	0%	0%
Ensino Técnico Médio (ETM)	ETM	6 390	16 740	41 765	0%	0%	1%
Curso de Formação de Professores Primários	CFPP	2 550	10 580	7 978	0%	0%	0%
Superior	SUP	7 110	57 740	136 410	0%	1%	2%
Total		2 072 020	5 029 730	5 575 023	100%	100%	100%

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 20: Distribuição das pessoas com 5 anos e mais, valores absolutos e valores relativos, por nível de ensino que frequenta, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.3.2 Análise do Ensino Primário (EP).

Tal como visto anteriormente, o ensino primário tem um grande peso específico no sistema de educação, em particular o primeiro grau do ensino primário. Além disso, o ensino primário completo é obrigatório e gratuito e consequentemente necessita de uma análise mais aprofundada. O que segue é uma análise separada dos dois graus de ensino primário.

5.3.2.1 Ensino Primário do 1º Grau (EP1)

No Quadro 15 apresenta o número total de alunos de 5-24 anos que no momento do Censo frequentam o Ensino Primário do 1º Grau, assim como as suas percentagens em relação à população da mesma idade, para os anos 1997, 2007 e 2017. Nos Gráficos 21 e 22 estão representados os valores do Quadro 15, o primeiro Gráfico representando o número de alunos e o segundo as percentagens em relação à população.

O número de alunos a estudar no EP1, quase que duplicou de 1997 para 2007, de 1,7 milhões para 3,3 milhões. No entanto, de 2007 para 2017 esse número total diminuiu ligeiramente, de 3,3 milhões para 3,1 milhões. No entanto, este decréscimo não ocorreu em todas as idades, como se pode observar quer no Quadro

15 quer no Gráfico 21. Na verdade, o decréscimo ocorreu fundamentalmente na faixa de 6-8 anos, onde é mais significativo, mas nas idades de 9 e 10 anos o número de alunos aumentou um pouco. Nas restantes idades, os números em 2007 e 2017 são muito próximos.

É de notar, porém, que a percentagem de alunos até aos 13 anos de idade que frequenta o EP1 diminuiu bastante entre 2007 e 2017, como se pode visualizar nos Gráficos 27 e 28. O decréscimo das percentagens de atendimento é particularmente relevante dos 6 aos 8 anos.

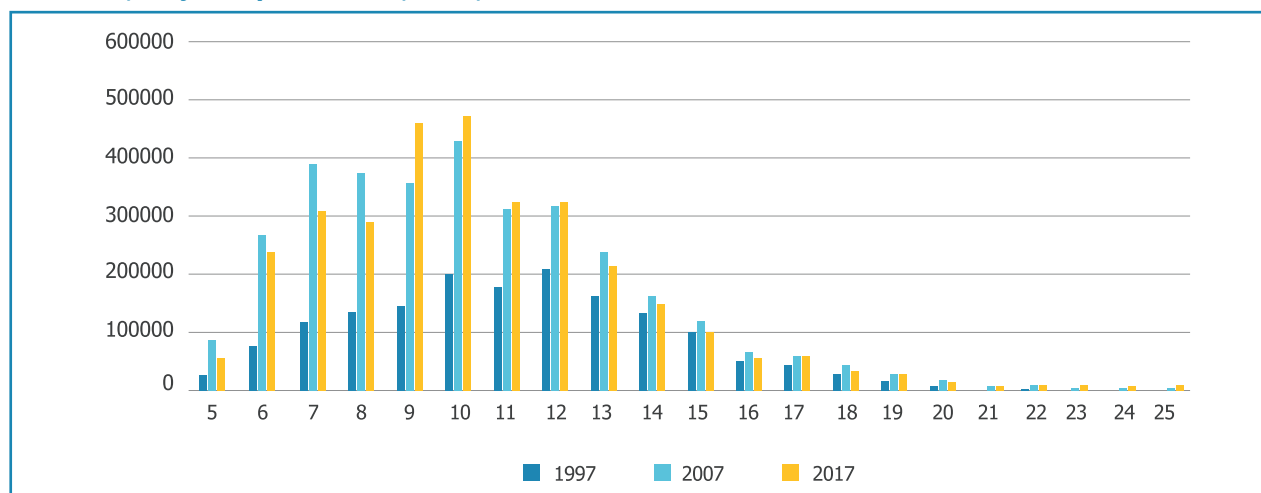
Nos três momentos censitários, uma parte considerável dos alunos do EP1 têm idades superiores à idade mínima de frequência, no caso do Ensino Primário do 1º Grau deveria ser frequentado por crianças de 6-10 anos de idade. No entanto, em 2017, dos alunos todos do EP1, 57% têm idades nesta faixa etária, 33% têm idades de 11-14 anos e os restantes 10% têm mais do que 15 anos de idade. Note-se ainda que entre os alunos de 6-10 anos, muitos provavelmente frequentam as primeiras classes.

Quadro 15: Número de alunos que frequenta o Ensino Primário do 1º Grau, com idades de 5-24 anos, e percentagens em relação ao total da população de cada idade, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Número de alunos que frequenta o EP1				Percentagens em relação à população dessa idade		
Idade	1997	2007	2017	1997	2007	2017
5	24 580	91 640	58 487	5%	14%	6%
6	76 170	270 480	235 291	15%	35%	25%
7	144 610	387 840	307 341	31%	57%	32%
8	156 770	380 660	293 252	40%	65%	36%
9	163 400	373 000	464 921	47%	69%	60%
10	205 480	419 220	475 143	48%	70%	56%
11	180 140	312 880	315 863	54%	68%	52%
12	206 790	313 070	323 886	50%	60%	42%
13	158 890	236 670	206 644	49%	52%	34%
14	135 500	163 770	146 717	40%	39%	25%
15	101 970	128 580	99 577	27%	29%	17%
16	53 440	66 820	56 842	18%	18%	11%
17	38 110	45 590	46 731	12%	13%	7%
18	19 030	30 910	25 550	5%	7%	4%
19	8 950	16 240	16 207	3%	5%	3%
20	6 090	14 800	14 143	2%	3%	2%
21	2 880	6 680	7 052	1%	2%	2%
22	3 130	6 810	8 694	1%	2%	2%
23	2 240	5 240	6 941	1%	2%	1%
24	1 500	4 530	4 899	1%	2%	1%
25	1 790	5 410	6 692	1%	1%	1%
Total	1 691 460	3 280 840	3 120 873			

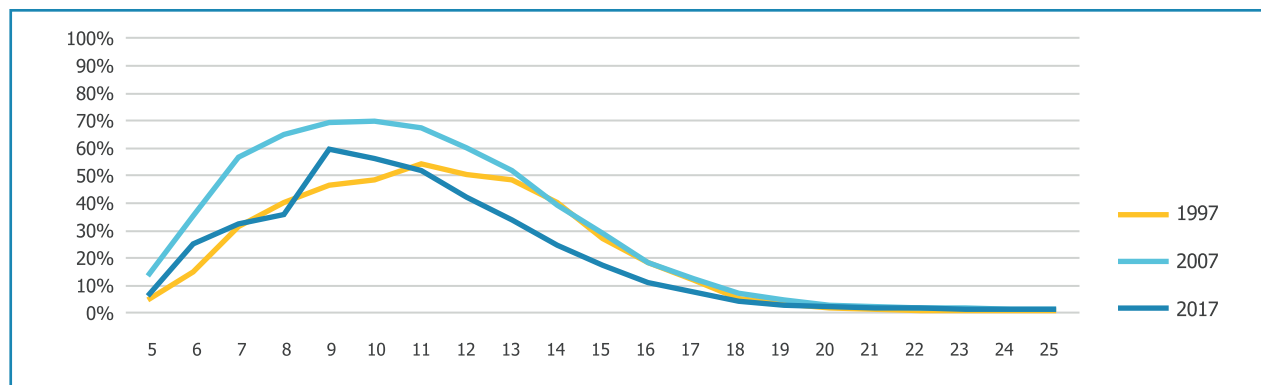
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 21: Número de alunos que frequenta o ensino primário do primeiro grau, com idades de 5-24 anos, Moçambique em 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 22: Percentagem de alunos que frequenta o ensino primário do primeiro grau em relação ao total da população da mesma idade, com idades de 5-24 anos, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

No Quadro 16 e no Gráfico 23, podem ver-se os números de crianças de 6-10 anos que frequentam e os que não frequentam o EP1 em 1997, 2007 e 2017. Este Quadro e o correspondente gráfico mostram as grandes variações de frequência escolar, em número, para cada idade deste grupo etário. Em particular mostram como

o número de crianças que não vai à escola manteve-se praticamente o mesmo entre 1997 e 2007, mas teve um grande acréscimo em 2017. No total deste grupo etário, o número de crianças que não frequenta o EP1 foi de 1,4 milhões em 1997, 1,3 milhões em 2007 e 2,5 milhões em 2017.

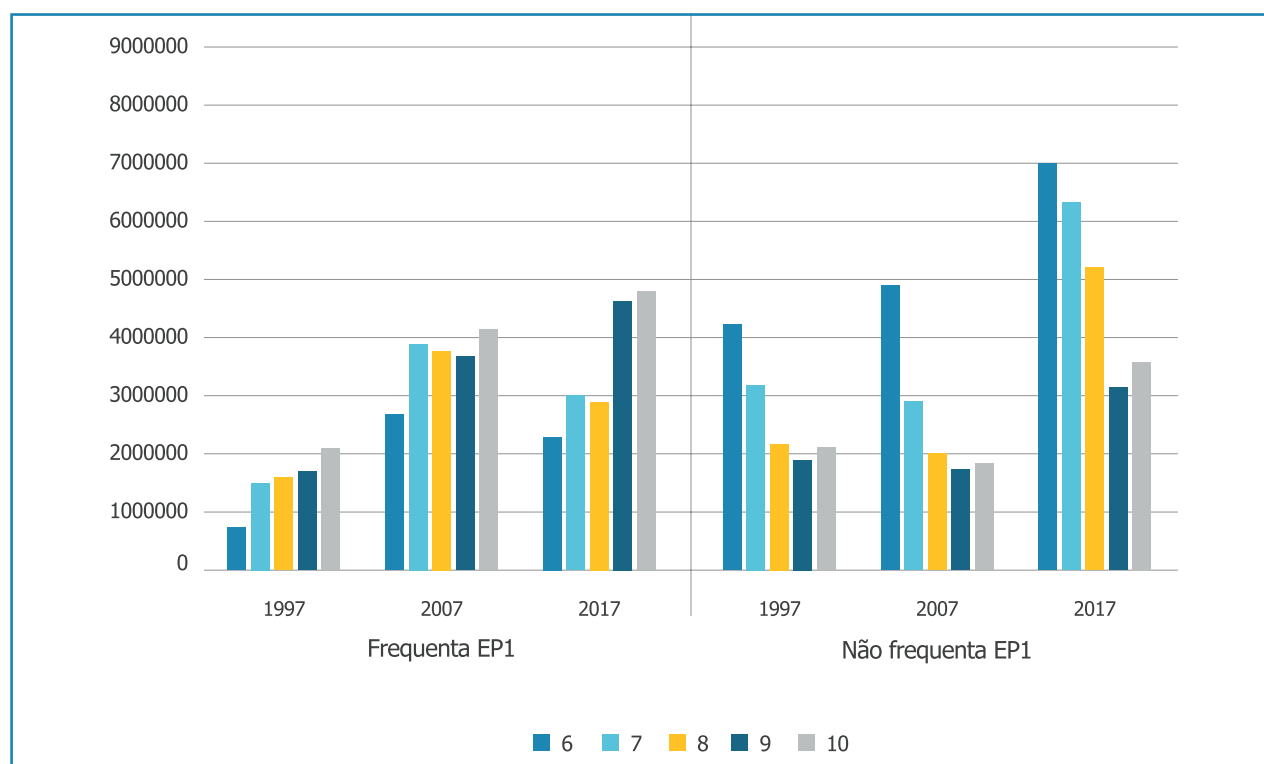
“O NÚMERO DE CRIANÇAS QUE NÃO VAI À ESCOLA MANTEVE-SE PRÁTICAMENTE O MESMO ENTRE 1997 E 2007”.

Quadro 16: Número de crianças de 6-10 anos que frequentam e os que não frequentam o EP1, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Frequenta EP1				Não frequenta EP1		
Idade	1997	2007	2017	1997	2007	2017
6	76 170	270 480	235 291	428 600	497 090	697 898
7	144 610	387 840	307 341	316 530	296 250	645 720
8	156 770	380 660	293 252	232 900	207 120	521 597
9	163 400	373 000	464 921	187 070	166 550	312 562
10	205 480	419 220	475 143	219 380	180 790	368 371
Total	746 430	1 831 200	1 775 948	1 384 480	1 347 800	2 546 148

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 23: Número de crianças de 6-10 anos que frequentam e os que não frequentam o EP1, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Uma das principais razões desta situação é o crescimento populacional. Na verdade, este grupo etário teve um grande crescimento nos últimos 20 anos. No Quadro 17, pode ver-se a dimensão da população em cada idade do grupo etário 6-10 anos, que cresceu de 2,1 milhões em 1997 para mais do dobro, 4,3 milhões em 2017.

Quadro 17: Número total de crianças de cada idade no grupo etário 6-10 anos, Moçambique 1997, 2007, 2017.

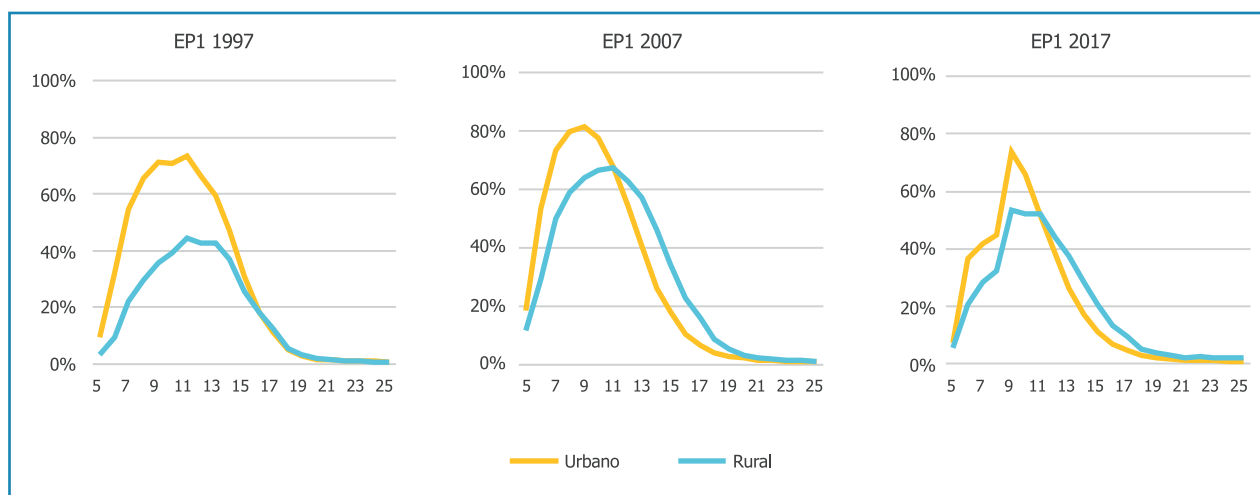
Idade	1997	2007	2017
6	504 770	767 570	933 189
7	461 140	684 090	953 061
8	389 670	587 780	814 849
9	350 470	539 550	777 483
10	424 860	600 010	843 514
Total	2 130 910	3 179 000	4 322 096

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

As características da frequência do EP1 por idade entre áreas urbanas e rurais em 1997, 2007 e 2017, podem ser resumidas no modo seguinte (ver Gráfico 24):

- As diferenças entre áreas urbanas e rurais vão diminuindo de 1997 a 2017
- De 1997 para 2007, a curva referente às áreas urbanas sobe e torna-se mais estreita, sugerindo um ligeiro aumento de percentagens de atendimento escolar assim como uma diminuição das idades.
- De 1997 para 2007 o aumento nas áreas rurais é mais intenso do que nas áreas urbanas.
- De 2007 para 2017, ambas as áreas, rural e urbana, têm uma quebra de frequência nos primeiros anos, e um pico de crescimento aos 9 anos o que deve ter sido causado por um atraso generalizado no ingresso escolar.

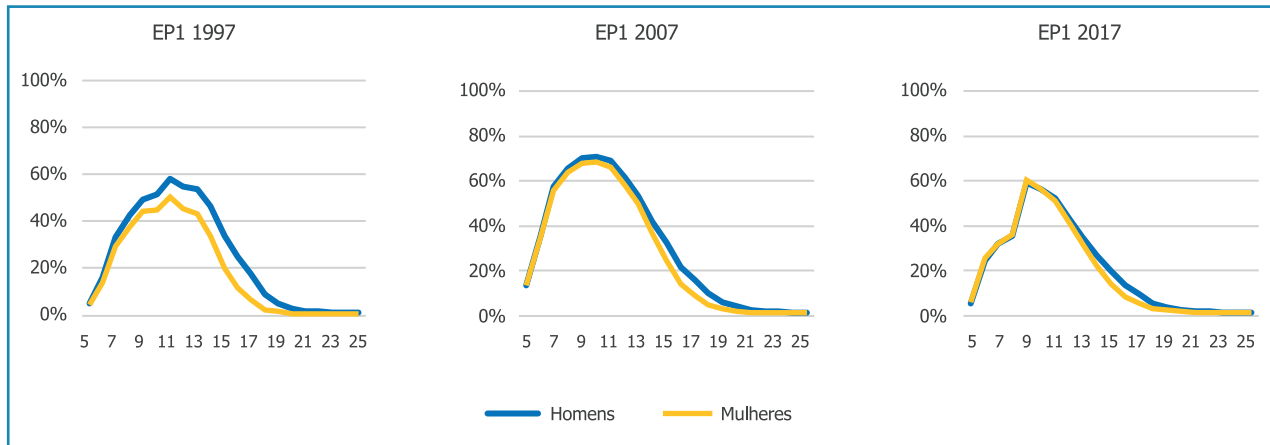
Gráfico 24: Percentagens de frequência escolar no EP1 por idade de crianças e jovens de 5-24 anos, por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Observando o Gráfico 25, onde estão representadas as percentagens de frequência de EP1 por sexo e idade nos anos 1997, 2007 e 2017, verifica-se que as diferenças por sexo eram pouco acentuadas. Além disso, essas diferenças ainda ficaram mais reduzidas ao longo dos anos, e em 2017 apenas dos 12 aos 18 anos de idade uma pequena diferença é visível.

Gráfico 25: Percentagens de frequência escolar por idade de crianças e jovens de 5-24 anos, por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Na verdade, a participação de crianças na frequência do Ensino Primário do 1º Grau não é muito diferenciada por sexo, em todo o país a percentagem de estudantes do sexo masculino a frequentar o EP1 é de 50,8%, enquanto que do sexo feminino é 49,2%. Desagregando a participação na frequência no EP1 por sexo e por província, verifica-se que essas percentagens são quase as mesmas por província, com muito ligeiras diferenças (Quadro 18).

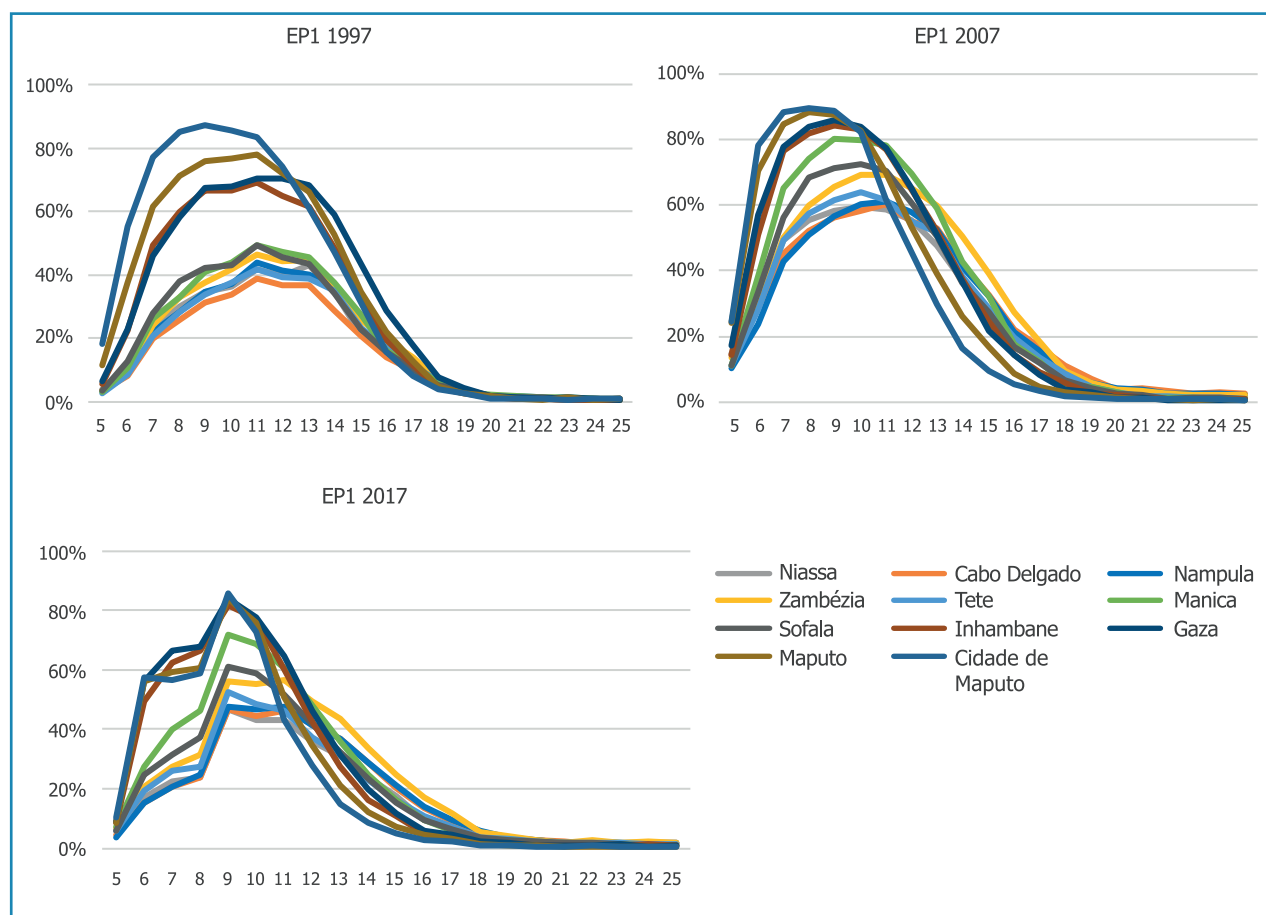
Quadro 18: Percentagens de crianças de cada sexo a frequentar o EP1, por província, Moçambique 2017.

Província	Homens	Mulheres	Total
Niassa	50,9	49,1	100,0
Cabo Delgado	50,7	49,3	100,0
Nampula	50,6	49,4	100,0
Zambézia	51,5	48,5	100,0
Tete	50,7	49,3	100,0
Manica	50,5	49,5	100,0
Sofala	51,7	48,3	100,0
Inhambane	50,1	49,9	100,0
Gaza	49,8	50,2	100,0
Maputo	51,1	48,9	100,0
Cidade de Maputo	50,5	49,5	100,0
País	50,8	49,2	100,0

Fonte: INE, Censo 2017

Há uma tendência geral de maior concentração da frequência em idades mais baixas, na maioria das províncias, como se pode ver no Gráfico 26, onde as percentagens de frequência no Ensino Primário do 1º Grau estão representadas por idade e por província nos três anos censitários.

Gráfico 26: Percentagens de frequência no EP1 de crianças e jovens de 5-24 anos, por idades e por províncias, Moçambique 1997, 2007, 2017.

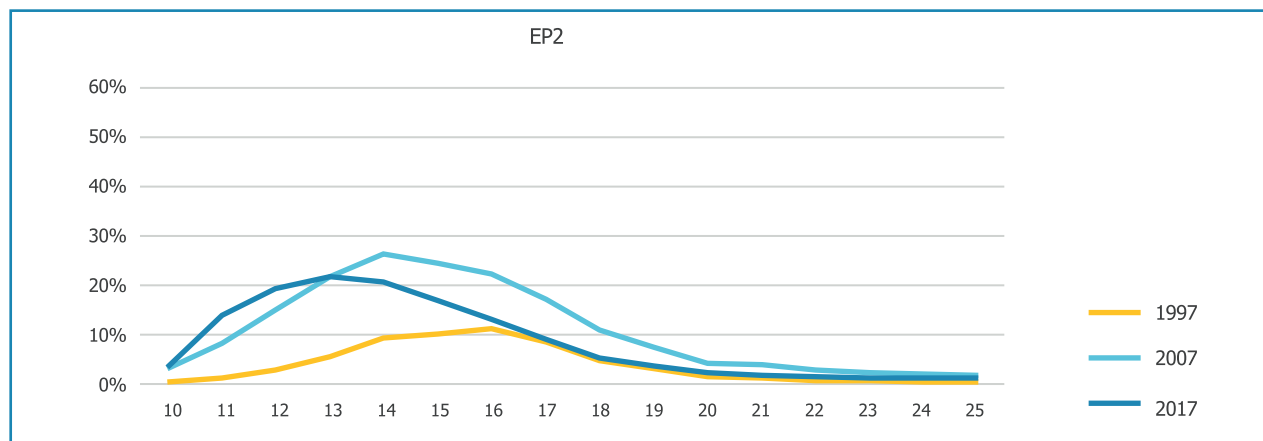


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.3.2.2 Ensino Primário do 2º Grau (EP2)

O Ensino Primário do 2º Grau inclui apenas dois anos, enquanto o Ensino Primário do 1º Grau tem a duração de 5 anos. Com base nos dados do Quadro 12, verifica-se que o peso específico do Ensino Primário do 2º Grau no total do ensino primário aumentou continuamente de 10% em 1997 para 15% em 2007 e para 16% em 2017. As percentagens de atendimento em relação à população no grupo dos 10-24 anos (engloba a quase totalidade dos alunos do EP2), foram de 3%, 7% e 9% respectivamente em 1997, 2007 e 2017. No Gráfico 27, podem observar-se as percentagens, para cada idade, de frequência no EP2 em relação ao total da população de cada idade. Pode observar-se que houve uma maior frequência em idades mais jovens de 2007 para 2017.

Gráfico 27: Percentagem de crianças e jovens que frequentam o EP2 em relação à população de cada idade, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

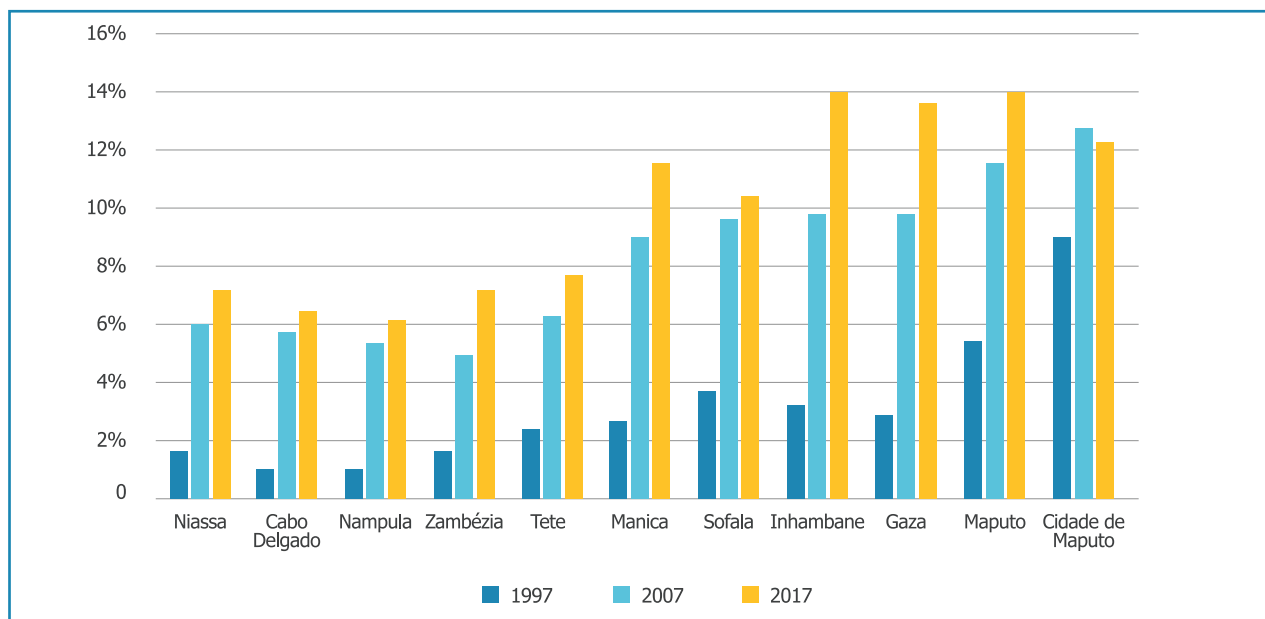
Existe uma variação significativa entre províncias, referente à frequência escolar no EP2 (ver Quadro 19 e Gráfico 28), mas de um modo geral, a percentagem aumentou consideravelmente de 1997 para 2007, e, embora mais moderadamente, continuou a aumentar de 2007 para 2017.

Quadro 19: Percentagens de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 segundo Província, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Província	1997	2007	2017
Niassa	2	6	7
Cabo Delgado	1	6	6
Nampula	1	5	6
Zambezia	2	5	7
Tete	2	6	8
Manica	3	9	12
Sofala	4	9	10
Inhambane	3	10	14
Gaza	3	10	14
Maputo	5	12	14
Cidade de Maputo	9	13	13

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 28: Percentagem de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 segundo Província, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

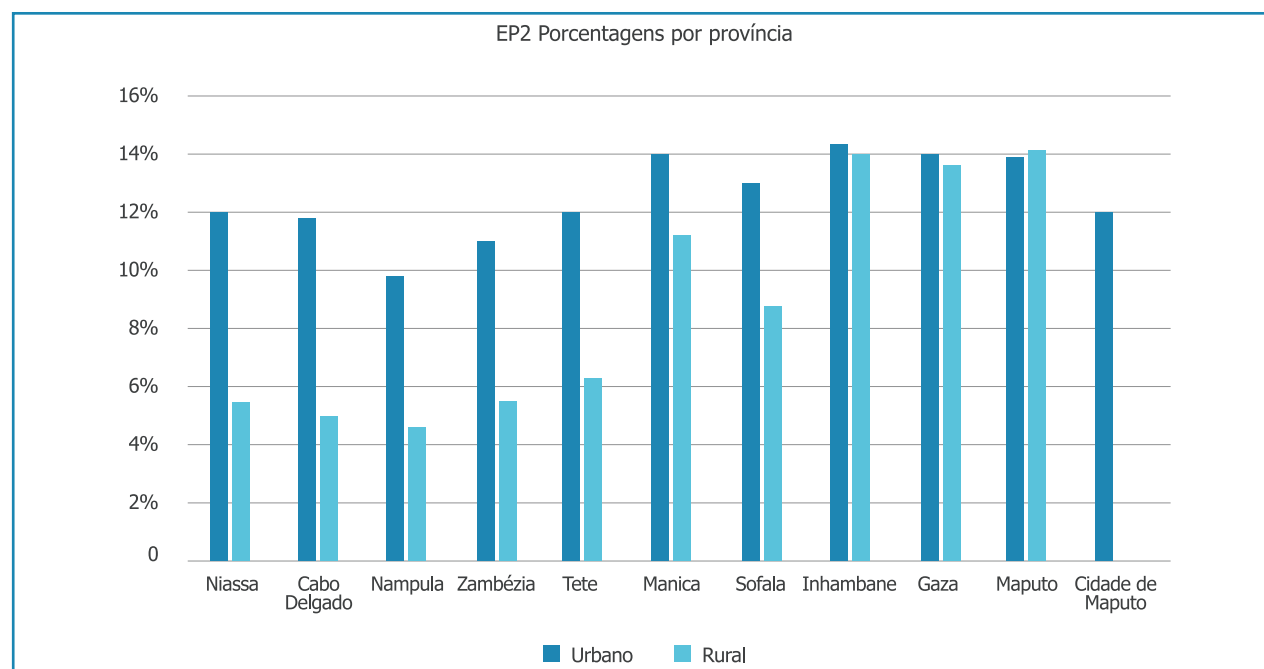
No Quadro 20 e no Gráfico 29, onde se encontram as percentagens de crianças e jovens com idades de 10-24 anos que frequentam o EP2 segundo província, por área de residência, em 2017, pode-se observar a variação da frequência escolar no EP2 por província, separando o urbano do rural. Verifica-se que as percentagens nas áreas urbanas das várias províncias do País não variam muito entre si, mas as das áreas rurais variam muito significativamente. É de realçar que as percentagens de atendimento no EP2 nas áreas rurais nas províncias do norte do País, que representam uma grande parte da população Moçambicana, são muito baixas.

Quadro 20: Percentagem de crianças e jovens de 10-24 anos de idade que frequentam o EP2 por área de residência, segundo Província, Moçambique 2017.

Província	Urbana	Rural	Total
Niassa	11	6	7
Cabo Delgado	11	5	6
Nampula	10	4	6
Zambézia	11	6	7
Tete	11	7	8
Manica	14	10	12
Sofala	13	9	10
Inhambane	14	14	14
Gaza	14	13	14
Maputo	14	14	14
Cidade de Maputo	13		13
Total	12	7	9

Fonte: INE, Censo 2017.

Gráfico 29: Percentagem de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por área de residência, segundo província, 2017.



Fonte: INE, Censo 2017.

De facto, tal como se pode observar no Quadro 21 e no Gráfico 30, a relação entre o número de pessoas que frequentam o EP2 por província e por região urbana/rural, é muito diferente do que se passa com as percentagens acabadas de analisar. Estas análises dos diferenciais urbano/rural, sugerem que as diferenças entre as províncias se deva em grande medida ao seu tamanho e à sua composição urbano/rural. Ou seja, as províncias

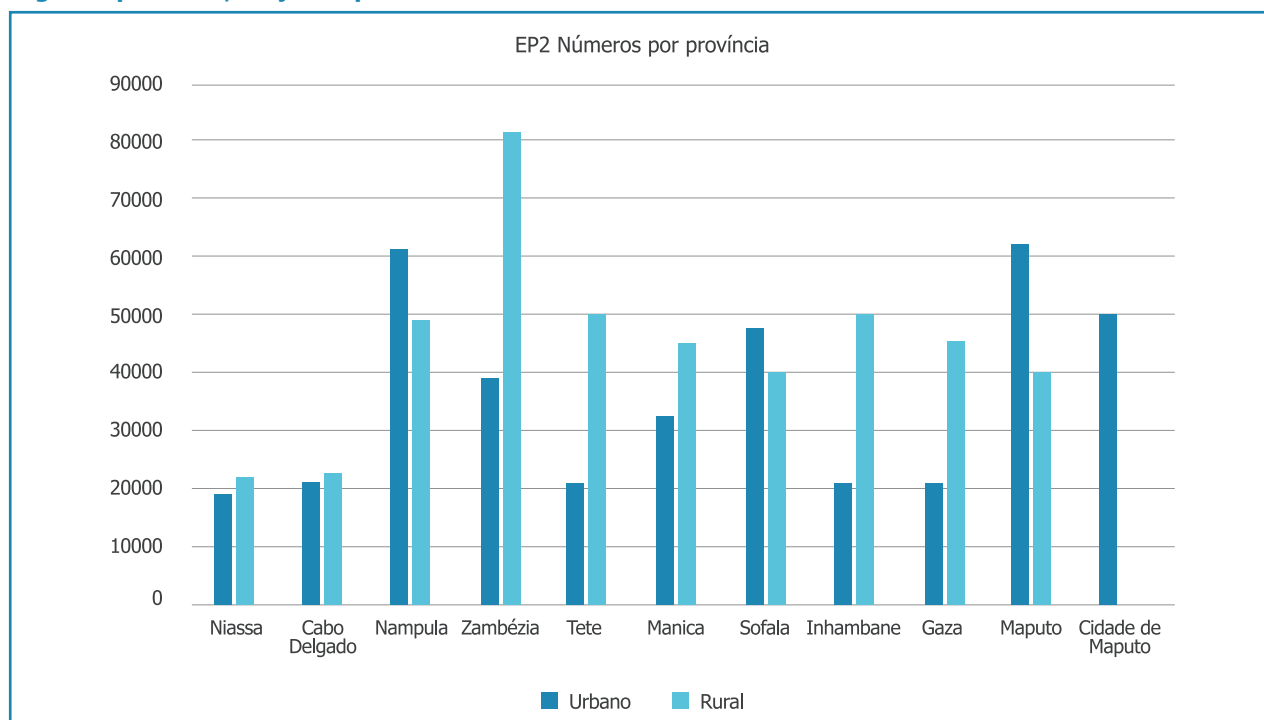
com uma componente rural muito elevada, tendem a ter percentagens de atendimento escolar no EP2 mais baixas do que as outras. De facto, nas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo Província (Maputo cidade não tem área rural), que são províncias com menos população e mais urbanizadas, as percentagens de atendimento escolar urbano/rural são quase iguais.

Quadro 21: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por área de residência, segundo província, Moçambique 2017

Província	Urbana	Rural	Total
Niassa	18 250	23 378	41 628
Cabo Delgado	21 429	24 535	45 964
Nampula	60 621	47 990	108 611
Zambézia	37 077	81 423	118 500
Tete	20 932	49 348	70 280
Manica	33 987	44 327	78 314
Sofala	45 321	40 442	85 763
Inhambane	21 526	49 937	71 463
Gaza	21 880	44 953	66 833
Maputo	62 952	30 788	93 740
Cidade de Maputo	49 196	-	49 196
Total	393 171	437 121	830 292

Fonte: INE, Censo 2017.

Gráfico 30: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por área de residência, segundo província, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo 2017.

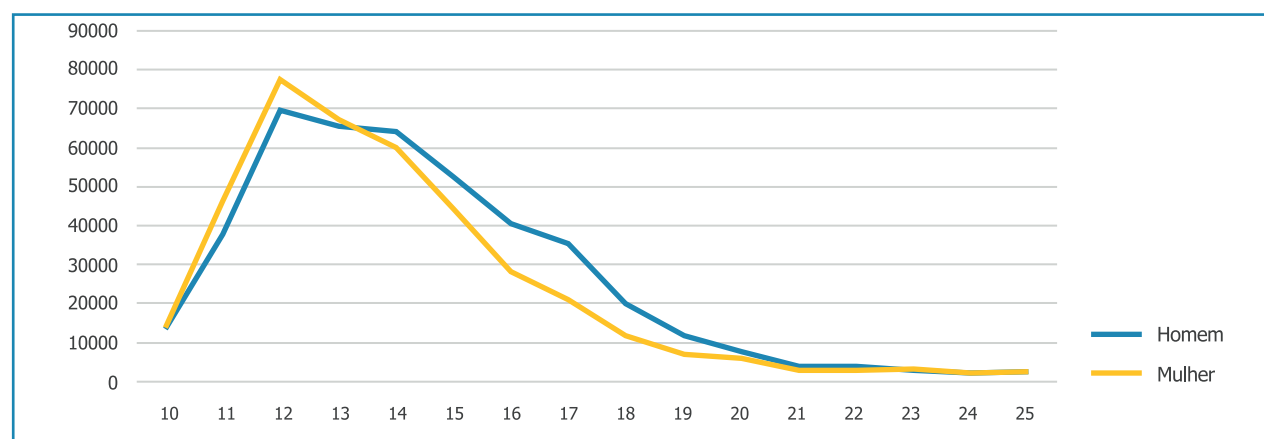
No Quadro 22 e no Gráfico 31 estão registados o número de crianças e jovens dos 10-24 anos que frequentam o EP2, por idade e sexo. É interessante notar que a participação das raparigas no EP2 até aos 15 anos de idade é sensivelmente a mesma que a dos rapazes. No entanto, a partir desta idade, a frequência dos rapazes é mais alta que a das raparigas.

Quadro 22: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por idade e sexo, Moçambique 2017.

	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	Total
H	13 371	37 874	69 508	65 520	64 031	52 535	40 496	35 389	19 868	11 631	7 774	3 987	3 978	2 955	2 064	2 645	433 626
M	13 973	46 381	77 551	67 189	60 102	44 227	28 189	20 934	11 623	6 944	5 801	2 996	3 046	3 076	2 104	2 525	396 661
Total	27 344	84 255	147 059	132 709	124 133	96 762	68 685	56 323	31 491	18 575	13 575	6 983	7 024	6 031	4 168	5 170	830 287

Fonte: INE, Censo 2017.

Gráfico 31: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por idade e sexo, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo 2017.

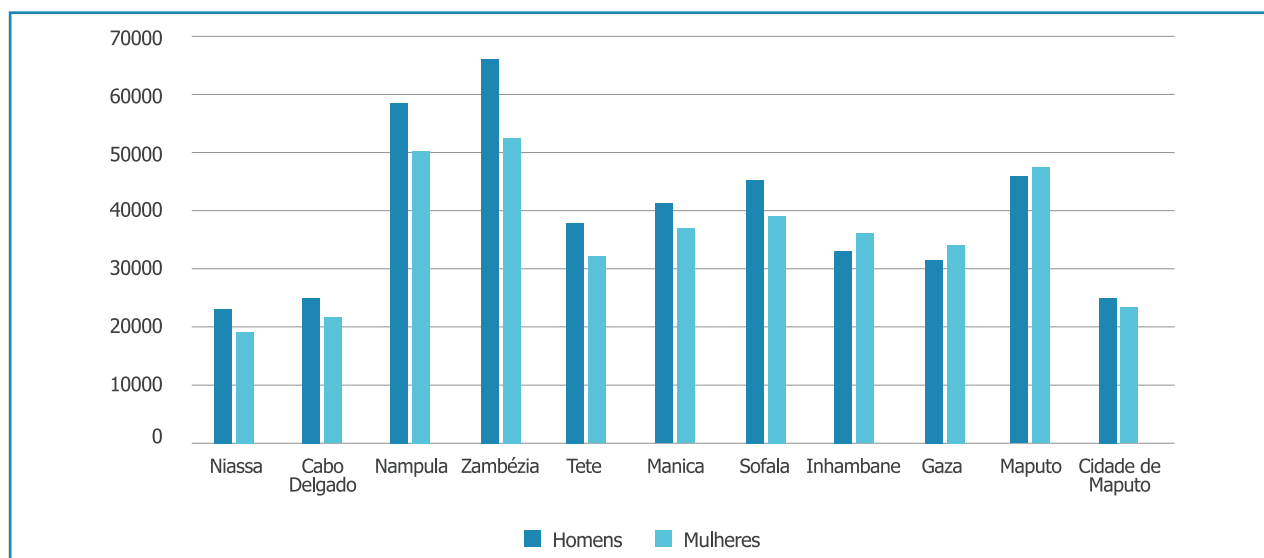
No entanto, analisando os diferenciais de participação no EP2 por sexo e por província (ver Quadro 23 e Gráfico 32) verifica-se que a participação dos rapazes é muito mais elevada que a das raparigas, nas províncias do norte e do centro do país. Só em Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade as diferenças são quase inexistentes.

Quadro 23: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por sexo, segundo província, Moçambique 2017.

Província	Homens	Mulheres	Total	H/M
Niassa	22 255	19 374	41 629	1,15
Cabo Delgado	24 738	21 227	45 965	1,17
Nampula	58 280	50 330	108 610	1,16
Zambézia	65 622	52 877	118 499	1,24
Tete	37 913	32 366	70 279	1,17
Manica	41 486	36 828	78 314	1,13
Sofala	46 298	39 464	85 762	1,17
Inhambane	34 065	37 398	71 463	0,91
Gaza	31 617	35 215	66 832	0,9
Maputo	46 213	47 527	93 740	0,97
Cidade de Maputo	25 140	24 056	49 196	1,05
Total	433 627	396 662	830 289	1,09

Fonte: INE, Censo 2017.

Gráfico 32: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por sexo, segundo província, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo 2017.

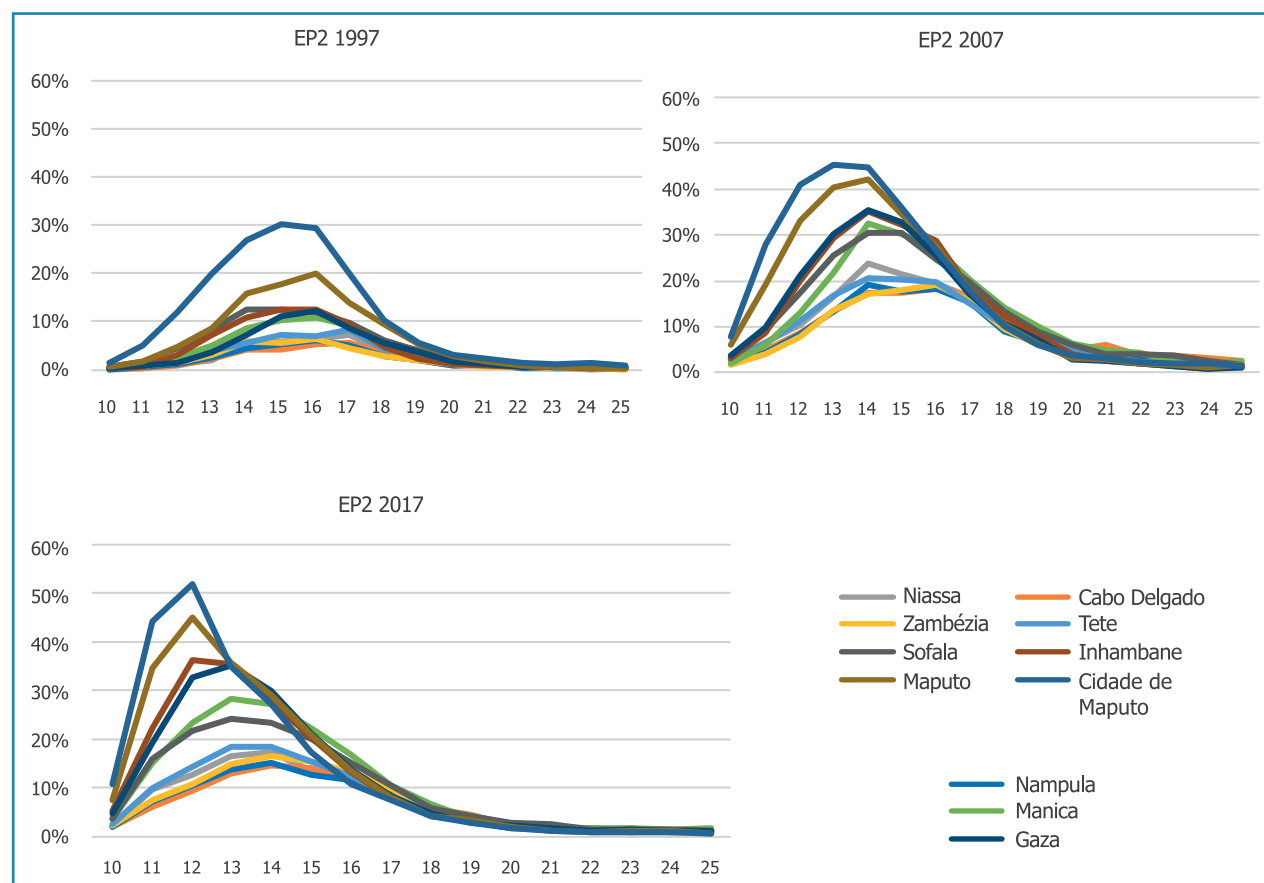
O rácio homem/mulher por religião, na frequência do EP2 (ver Quadro 24), mostra algumas diferenças entre os dois sexos em relação ao número que frequenta o EP2. São diferenças da ordem de 10 a 20%, à excepção dos que declararam não ter nenhuma religião. Este grupo, é provavelmente constituído maioritariamente por animistas, ou seja, pessoas menos sujeitas à influência das outras religiões. Se assim for, são pessoas que habitarão áreas rurais mais remotas.

Quadro 24: Número de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2 por sexo, segundo religião, Moçambique 2017.

Religião	Homens	Mulheres	Total	H/M
Católica	111 745	104 839	216 584	1,07
Anglicana	7 206	7 237	14 443	1,00
Islâmica	61 995	52 111	114 106	1,19
Zione/Sião	81 154	81 636	162 790	0,99
Evangélica/Pentecostal	84 107	83 908	168 015	1,00
Sem religião (animista)	48 635	30 861	79 496	1,58
Outra	13 578	13 398	26 976	1,01
9	25 207	22 673	47 880	1,11
Total	433 627	396 663	830 290	1,09

Fonte: INE, Censo 2017.

Gráfico 33: Percentagens de crianças e jovens de 10-24 anos que frequentam o EP2, por idade, segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Da análise destes gráficos, verifica-se que:

- Há diferenças consideráveis por província, uma vez mais entre as províncias do norte e as províncias do sul;
- Houve uma melhoria considerável ao longo de 20 anos em todas as províncias
- A idade de frequência no EP2 tende a ser mais baixa.

5.3.3 Análise do Ensino Secundário

Uma grande parte dos números referentes ao atendimento do ensino secundário são bastante pequenos e consequentemente a probabilidade de não corresponderem à situação real, em particular quando desagregados em outras variáveis, é bastante elevada. Como referido no Capítulo 3, os dados disponíveis constituem uma amostra de 10% da população total.

5.3.3.1 Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1)

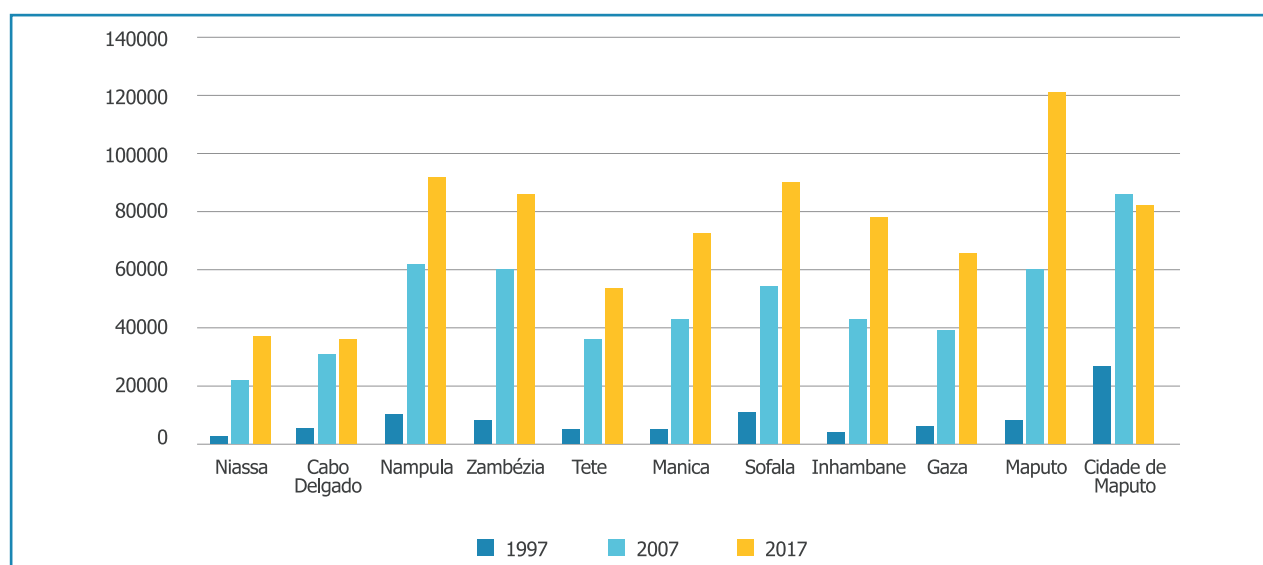
No Quadro 25 e no Gráfico 34 estão apresentadas e representadas as distribuições absolutas e relativas dos estudantes que estudam no Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1), por província nos anos 1997, 2007 e 2017.

Quadro 25: Número de estudantes no Ensino Secundário do 1º Ciclo, por província, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Província	Ano		
	1997	2007	2017
Niassa	2 560	23 750	36 633
Cabo Delgado	3 260	29 830	35 005
Nampula	8 390	62 130	91 570
Zambézia	7 430	60 180	88 555
Tete	5 360	34 190	54 216
Manica	4 710	43 900	71 633
Sofala	11 190	54 370	87 306
Inhambane	4 990	42 330	77 735
Gaza	5 500	37 980	66 833
Maputo	9 590	59 640	121 801
Cidade de Maputo	28 310	84 820	81 422
Total	91 290	533 120	812 709

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 34: Número de estudantes no Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1), por província Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Como se pode ver, em 1997 o número de estudantes do ESG1 em todas as províncias era consideravelmente baixo. Na verdade, como indicado no sub-capítulo 3.2, representava apenas 4% de todos os estudantes em 1997. Em seguida, verificou-se um crescimento considerável passando de um total de 91 290 em 2007 para 533 120 em 2007 e continuou a crescer, a um ritmo mais lento, para 812 709 em 2017. No entanto, como se pode observar no Gráfico 34, o crescimento foi desigual de província para província, quer em valores absolutos quer em termos de percentagens de crescimento.

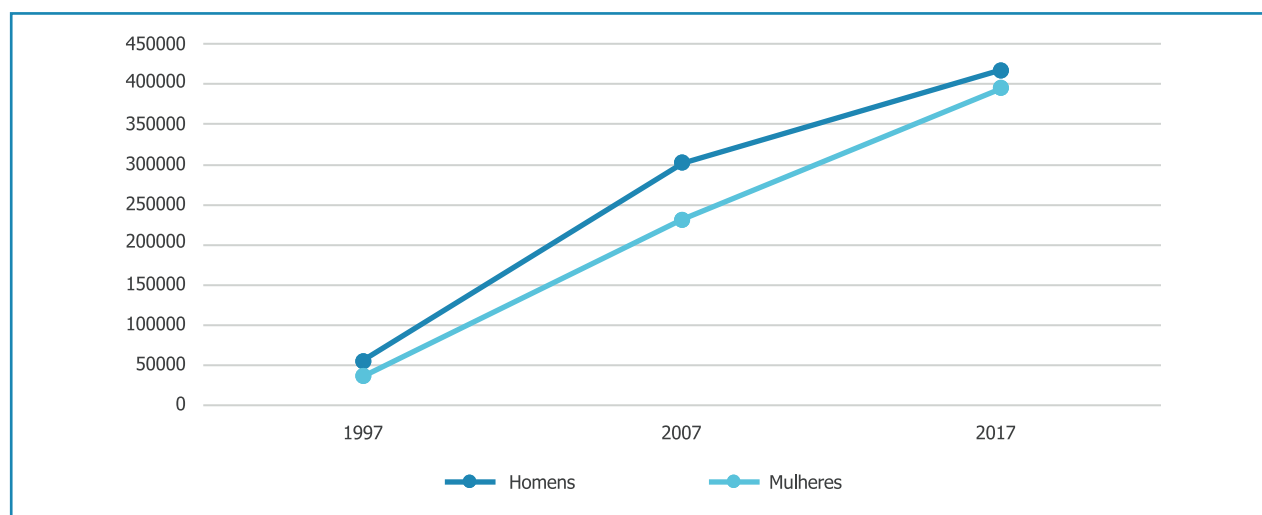
No Quadro 26 e no Gráfico 35 ver-se a distribuição do número de estudantes do ESG1 por sexo e no Gráfico 36 vê-se a distribuição do número de estudantes do ESG1 por sexo e idade, nos anos 1997, 2007 e 2017.

Quadro 26: Número total de estudantes e percentagens no ESG1 por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Números absolutos			Percentagens		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1997	54 880	36 410	91 290	60%	40%	100%
2007	301 840	231 280	533 120	57%	43%	100%
2017	417 438	395 290	812 728	51%	49%	100%

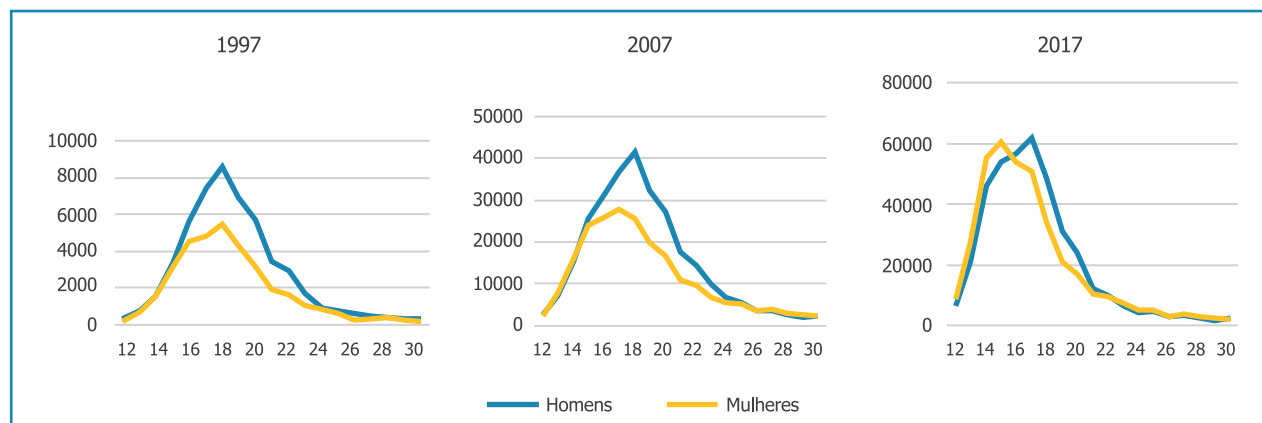
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 35: Número total de estudantes no ESG1 por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 36: Número total de estudantes no ESG1 idades, dos 12 aos 30 anos, e por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Neste Quadro e nestes Gráficos pode ver-se que de 1997 a 2007, o crescimento foi mais acentuado nos homens que nas mulheres, mas de 2007 a 2017 o crescimento mais acentuado foi nas mulheres. Além disso, as estruturas da distribuição do número de estudantes em 1997 e em 2007 são muito semelhantes, ou seja, a distribuição por idades e por sexo mantêm-se semelhante, mas a de 2017 é bastante diferente. Em 2017 nota-se uma maior concentração de estudantes femininas nas idades mais jovens em comparação com as dos homens.

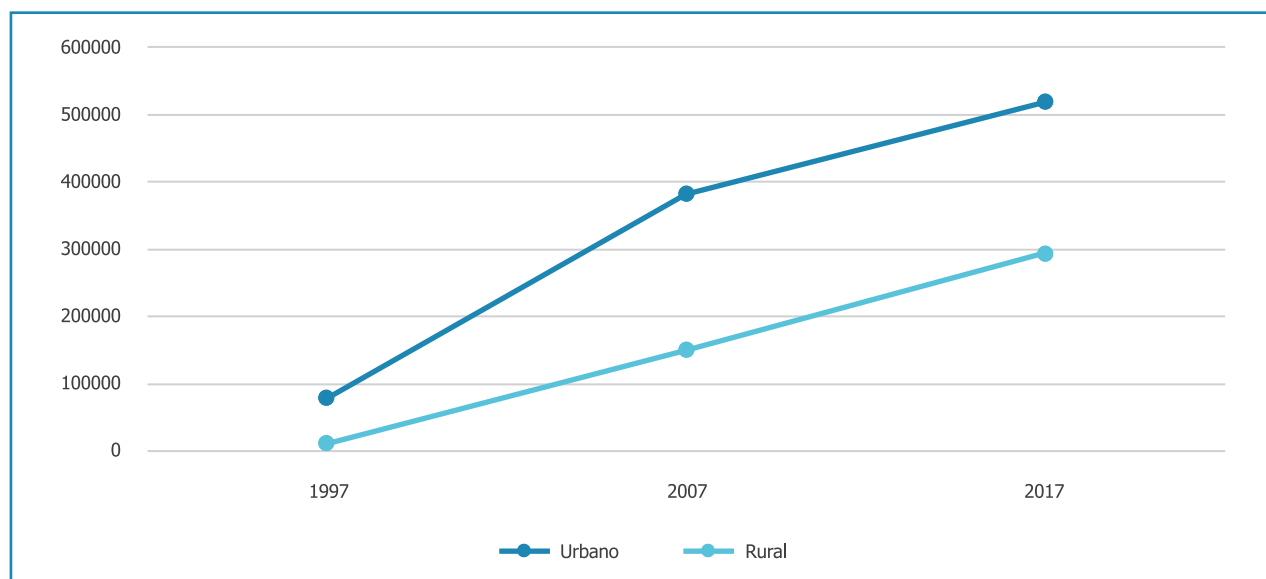
No Quadro 27 e no Gráfico 27 pode ver-se a distribuição do número de estudantes do ESG1 por região urbana e rural. No Gráfico 38 vê-se a distribuição do número de estudantes do ESG1 por região urbana e rural e idade, nos anos 1997, 2007 e 2017.

Quadro 27: Número total de estudantes e percentagens no ESG1 por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
1997	78 990	12 300	91 290	87%	13%	100%
2007	382 100	151 020	533 120	72%	28%	100%
2017	518 429	294 296	812 725	64%	36%	100%

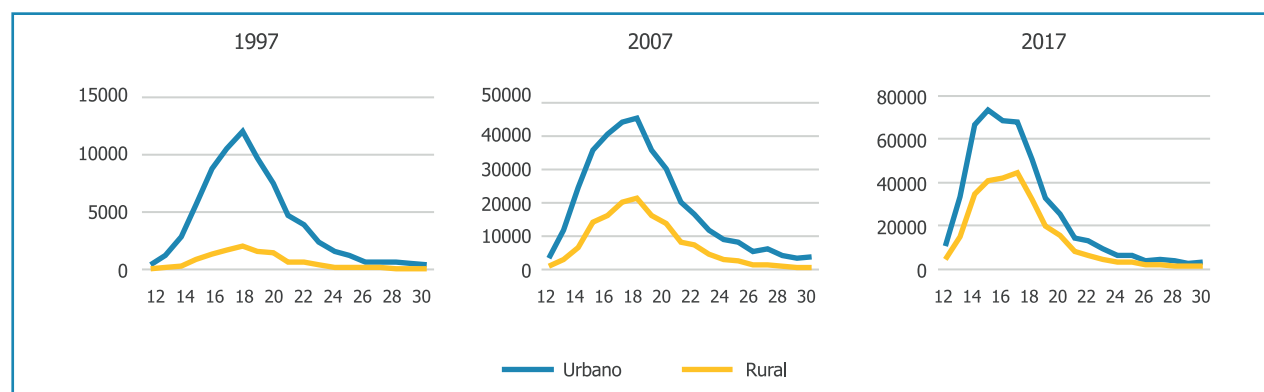
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 37: Número total de estudantes e percentagens no ESG1 por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 38: Número total de estudantes no ESG1 idades, entre 12 e 30 anos, por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A escolarização no Ensino Secundário do 1º Ciclo nas áreas urbanas cresceu mais rapidamente no período 1997-2007 do que nas áreas rurais, mas no período seguinte o ritmo de crescimento foi semelhante. As diferenças entre áreas rurais e áreas urbanas têm vindo a atenuar-se ao longo destes 20 anos, mas em 2017 ainda são consideráveis.

5.3.3.2. Ensino Secundário do 2º Ciclo (ESG 2)

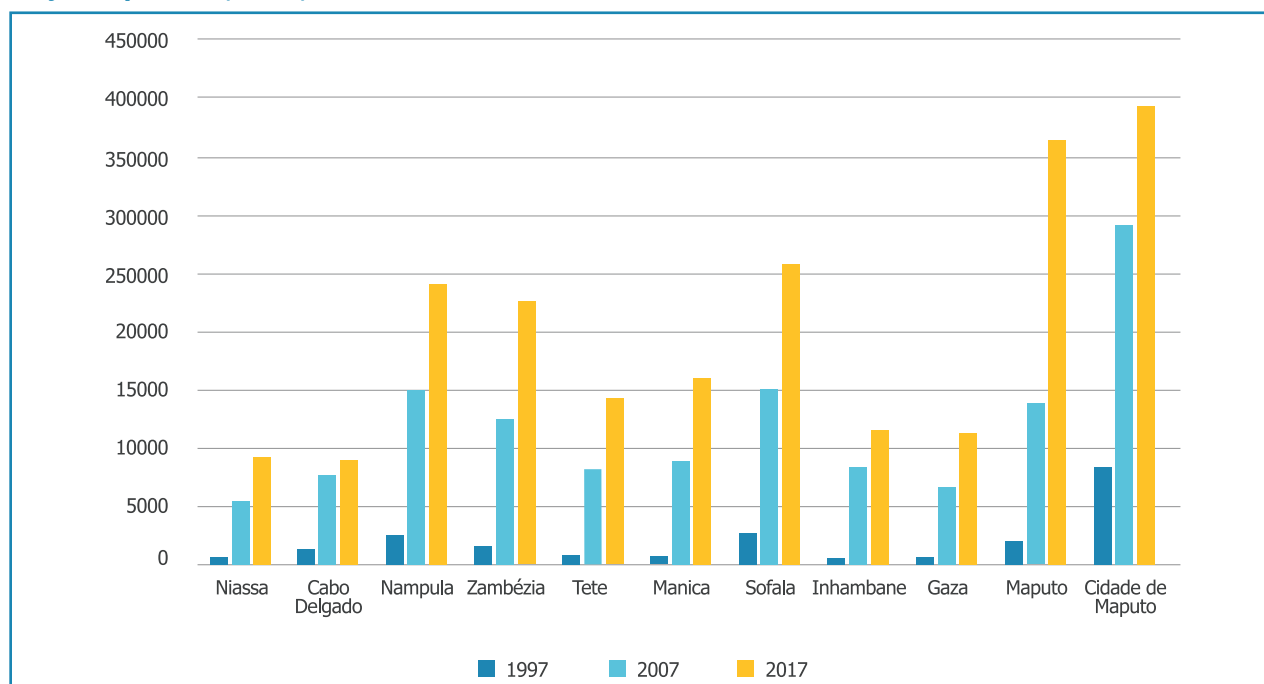
Como seria de esperar, o número de estudantes do Ensino Secundário do 2º Ciclo (ESG2) é inferior ao do número do ESG1, mas tal como o ESG1, o ESG2 tem vindo a crescer dramaticamente ao longo dos últimos 20 anos (ver Quadro 28 e Gráfico 39). E também no caso do ESG2 o ponto de partida em 1997 era de uma frequência muitíssimo baixa, mas cresceu consideravelmente em todas as províncias, embora com intensidades diferentes.

Quadro 28: Número de estudantes no Ensino Secundário do 2º Ciclo, segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Província	Ano		
	1997	2007	2017
Niassa	570	5 590	9 040
Cabo Delgado	900	6 460	9 266
Nampula	2 070	15 210	24 430
Zambézia	1 590	12 980	22 765
Tete	1 010	7 770	14 158
Manica	940	8 560	16 282
Sofala	2 360	14 760	25 828
Inhambane	660	8 340	11 933
Gaza	670	6 980	11 881
Maputo	2 270	14 410	37 420
Cidade de Maputo	8 220	29 000	39 016
Total	21 260	130 060	222 019

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 39: Número de estudantes no Ensino Secundário do 1º Ciclo, segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

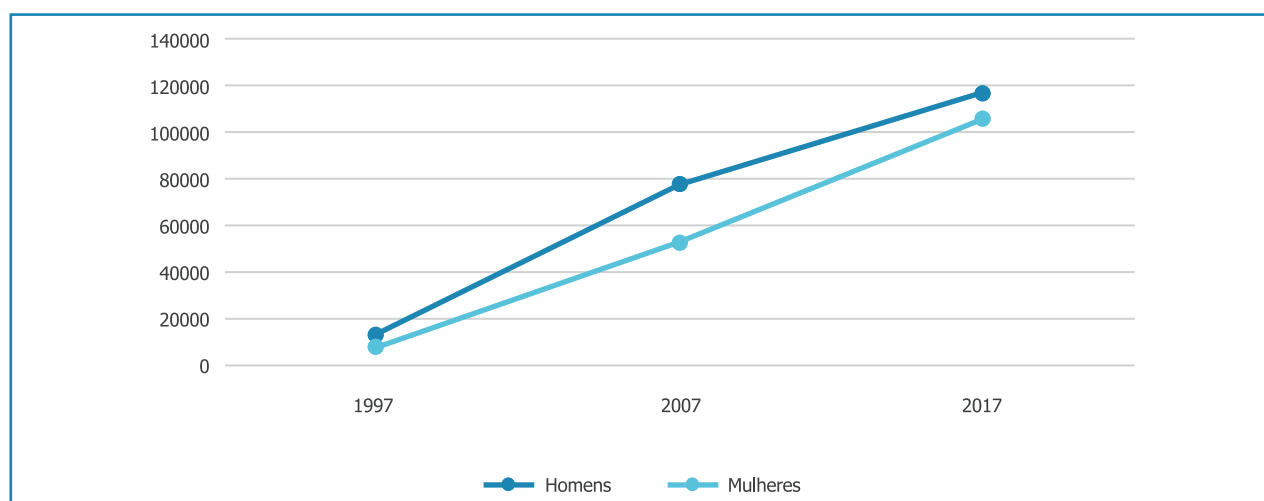
No Quadro 35 e no Gráfico 40 pode ver-se a distribuição do número de estudantes do ESG2 por sexo e no Quadro 30 assim como no Gráfico 41, pode ver-se a distribuição do número de estudantes do ESG2 por áreas urbanas e áreas rurais.

Quadro 29: Número total de estudantes no ESG2 e percentagens por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1997	13 360	7 900	21 260	63%	37%	100%
2007	77 440	52 620	130 060	60%	40%	100%
2017	116 557	105 470	222 027	52%	48%	100%

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 40: Número total de estudantes no ESG2 por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.



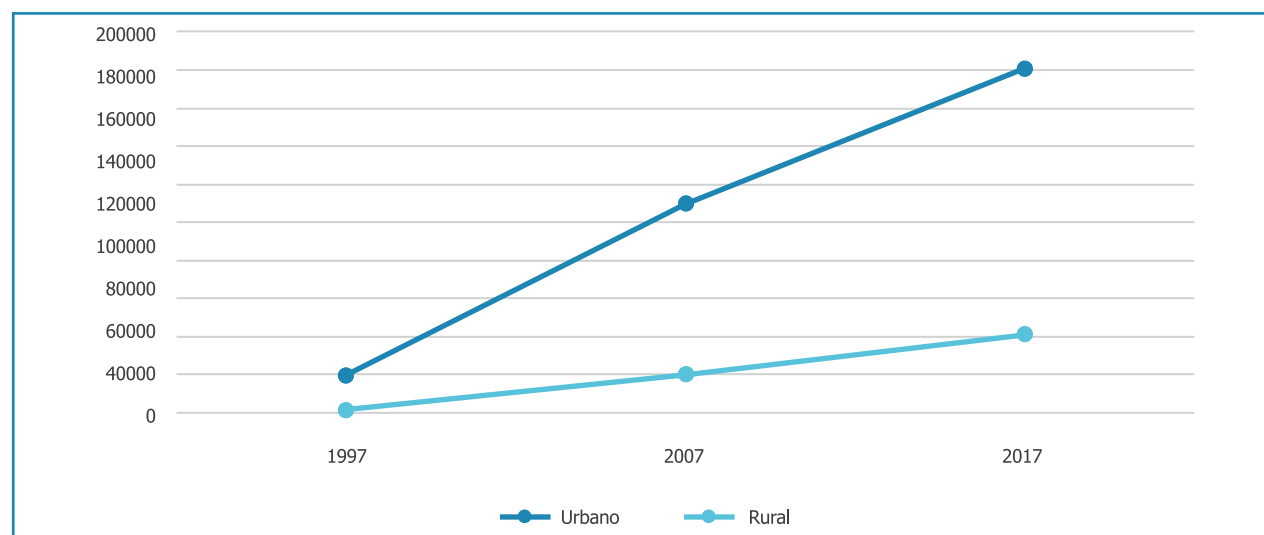
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 30: Número total de estudantes no ESG2 por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
1997	19 760	1 500	21 260	93%	7%	100%
2007	109 870	20 190	130 060	84%	16%	100%
2017	181 007	41 025	222 032	82%	18%	100%

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 41: Número total de estudantes no ESG2 por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

As estruturas das distribuições dos alunos do ESG2 por sexo e área de residência mostram o seguinte:

- As diferenças de sexo não são muito pronunciadas, mas o crescimento de 1997 a 2007 foi mais intenso nos homens do que as mulheres, mas no período seguinte foi ao contrário;
- As diferenças entre áreas rurais e urbanas é considerável, e o crescimento nas áreas urbanas é consideravelmente maior do que nas áreas rurais ao longo de todo o período 1997-2017.

5.3.4 Análise do Ensino Técnico Profissional

De acordo com o Quadro 14 do sub-Capítulo 5.3.2, a frequência escolar na altura de cada um dos Censos de 1997, 2007 e 2017, cada um dos níveis do ensino técnico profissional é na sua maioria menos de 1% dos estudantes totais do País, e em dois casos é 1%. Estes factos realçam como o ensino técnico profissional é ainda muito incipiente no País. Nos Quadros 31 a 36 e nos Gráficos 42-47 estão apresentados os efectivos escolares e os seus diferenciais por sexo e por área de residência urbana/rural, para cada um dos níveis do ensino técnico profissional.

Da observação destes Quadros e Gráficos conclui-se que:

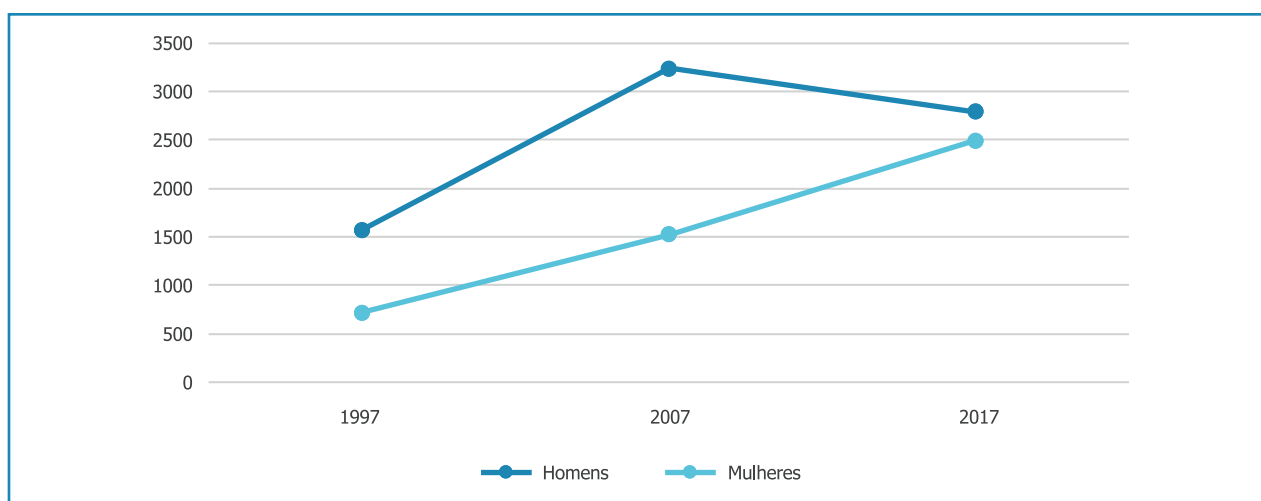
- De 1997 a 2017, os efectivos de todos os níveis do ensino técnico profissional cresceram. O Ensino Técnico Elementar (ETE) e o Ensino Técnico Médio (ETM) tiveram um crescimento contínuo, mas o Ensino Técnico Básico (ETB) teve um crescimento significativo entre 1997 e 2007, mas de seguida decresceu significativamente. O crescimento mais notável foi do ETM que cresceu quase 4 vezes de 1997 para 2017.
- Há diferenças significativas de atendimento escolar por parte de homens e mulheres, mas tendem a diminuir com o tempo.
- O ETB e o ETM são quase inexistentes no meio rural, a grande maioria dos alunos encontra-se nas áreas urbanas. No ETE houve uma aproximação entre os valores das áreas rurais e das áreas urbanas em 2017, mas o número de alunos é muito incipiente.

Quadro 31: Número total de estudantes no ETE por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Homens	Mulheres	Total
1997	1 570	720	2 290
2007	3 240	1 520	4 760
2017	2 793	2 491	5 284

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 42: Gráfico do número total de estudantes no ETE por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

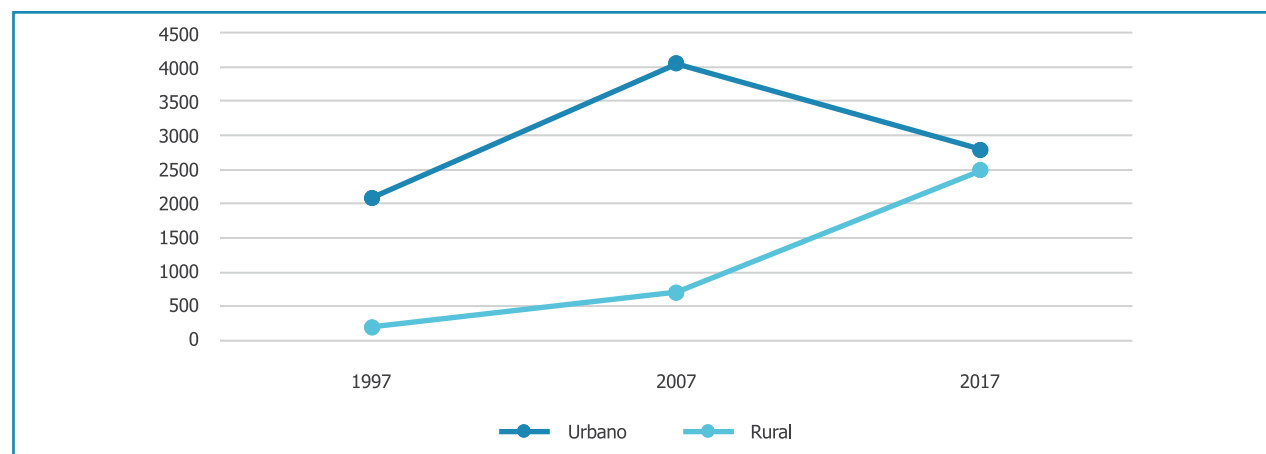


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 32: Número total de estudantes no ETE por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Urbano	Rural	Total
1997	2 090	200	2 290
2007	4 050	710	4 760
2017	2 793	2 491	5 284

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

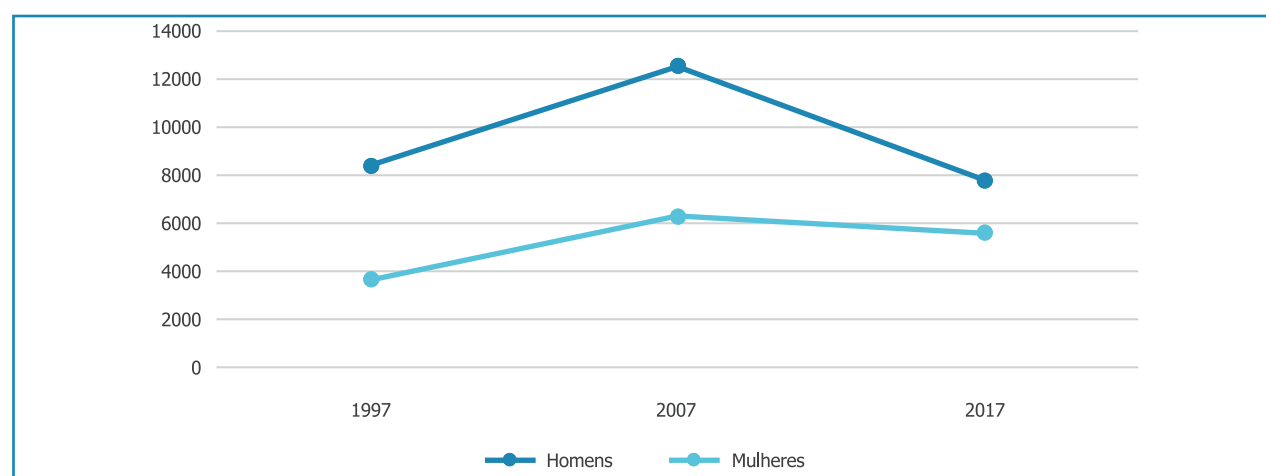
Gráfico 43: Número total de estudantes no ETE por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 33: Número total de estudantes no ETB por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Homens	Mulheres	Total
1997	8 420	3 670	12 090
2007	12 540	6 310	18 850
2017	7 806	5 620	13 426

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

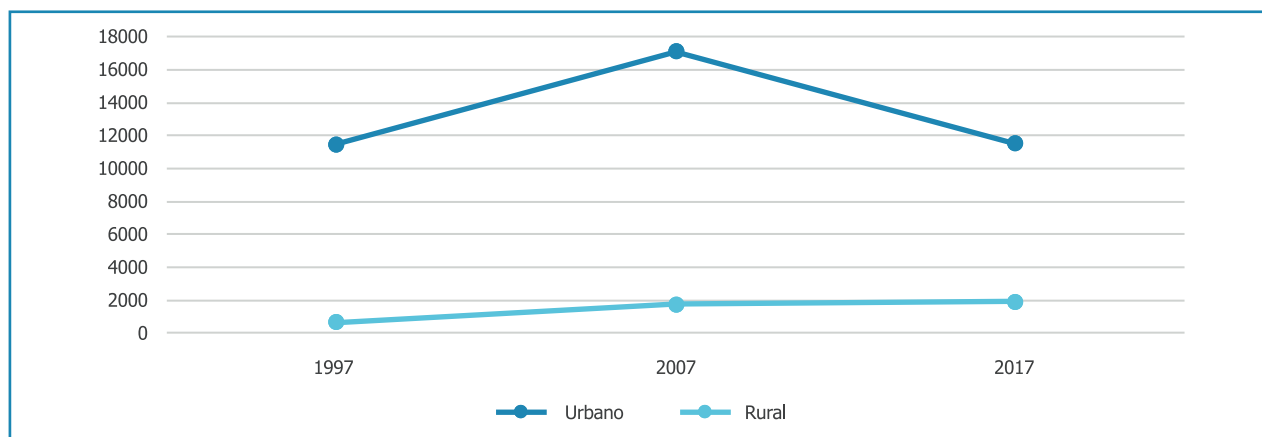
Gráfico 44: Número total de estudantes no ETB por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 34: Número total de estudantes no ETB por área de residência, nos anos 1997, 2007 e 2017.

Ano	Urbano	Rural	Total
1997	11 460	630	12 090
2007	17 090	1 760	18 850
2017	11 526	1 900	13 426

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

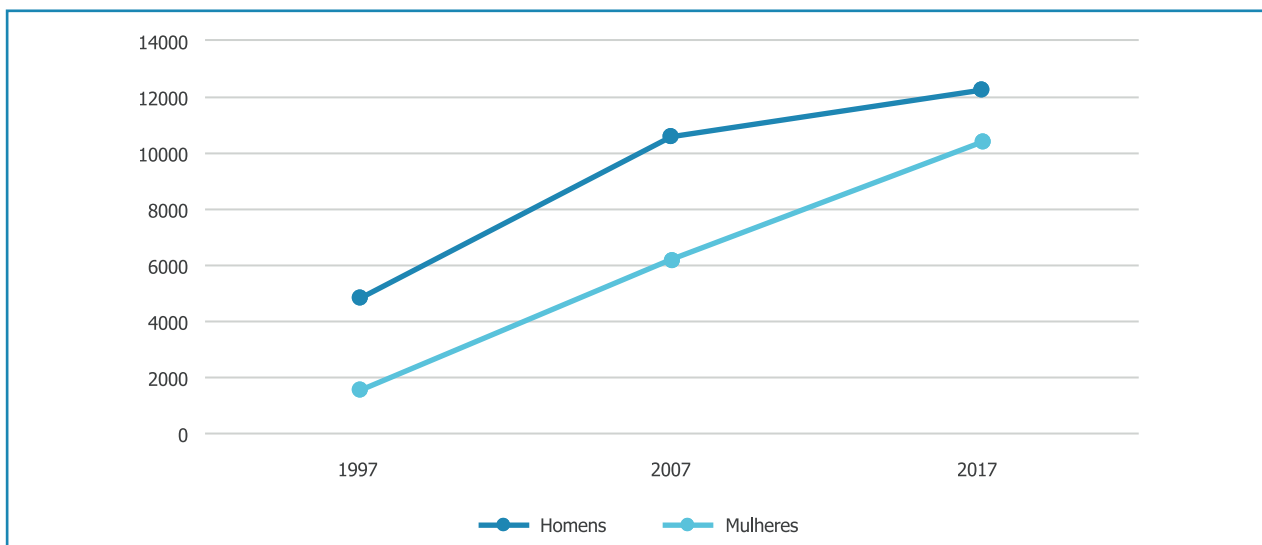
Gráfico 45: Número total de estudantes no ETB por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Fonte: Censos de 1997, 2007 e 2017

Quadro 35: Número total de estudantes no ETM por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Homens	Mulheres	Total
1997	4 830	1 560	6 390
2007	10 560	6 180	16 740
2017	12 247	10 397	22 644

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 46: Número total de estudantes no ETM por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

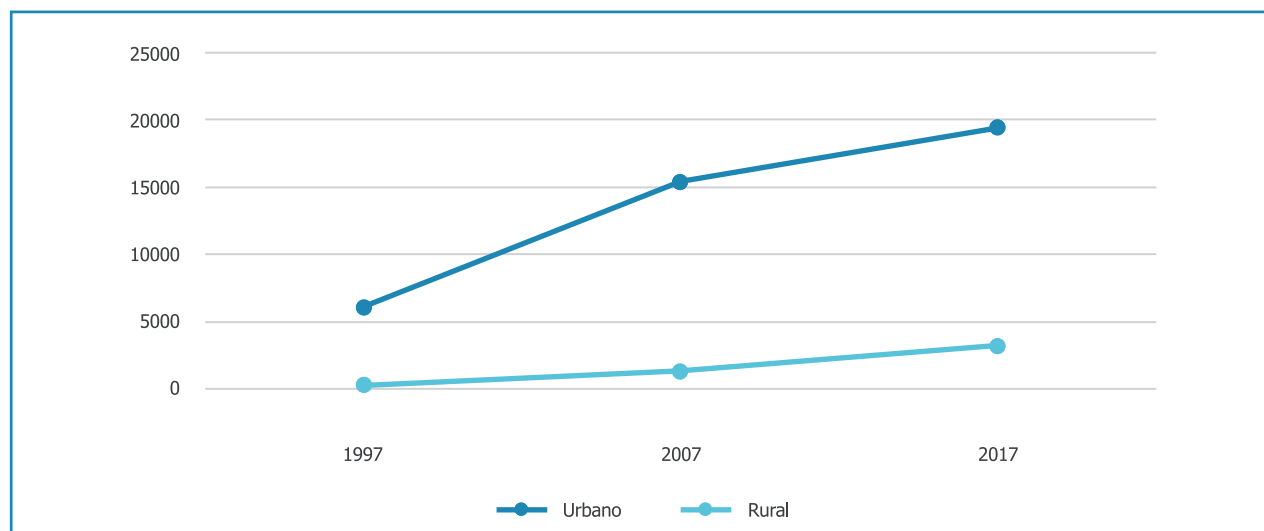
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 36: Número total de estudantes no ETM por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Urbano	Rural	Total
1997	6 110	280	6 390
2007	15 410	1 330	16 740
2017	19 416	3 224	22 640

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 47: Número total de estudantes no ETM por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.3.5 Análise dos Cursos de Formação de Professores

O número total de estudantes que frequentam o Curso de Formação de Professores Primários em 2017 é de 7 978, menos que em 2007 e mais do que em 1997 (ver Quadro 14). O número total de pessoas que frequenta ou frequentaram um curso de Formação de Professores do Ensino Primário em 2017 era de 32 933 (ponderação da amostra, ver Quadro 13), enquanto que os Quadros publicados pelo INE indicavam que 25 278 pessoas frequenta ou frequentou no passado esse curso. Mesmo considerando o valor mais elevado de pessoas que frequentou o curso ou o está a frequentar, dificilmente serão suficientes para ensinar aos 4,1 milhões de pessoas que declararam estar a frequentar o ensino primário.

A distribuição dos estudantes pelas províncias está no Quadro 37. A proporção do número de alunos nos cursos por província em relação ao número total de alunos tem bastantes semelhanças com a proporção da população de cada província em relação à população total.

Quadro 37: Número total de estudantes no CFP por província, Moçambique 2017.

	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo
Número alunos Porcentagem em relação ao total	520	291	750	1443	953	793	909	793	543	652	331
Alunos a frequentar Porcentagem da população da	7%	4%	9%	18%	12%	10%	11%	10%	7%	8%	4%
Província em relação ao total	6%	8%	20%	19%	9%	7%	8%	5%	5%	7%	4%

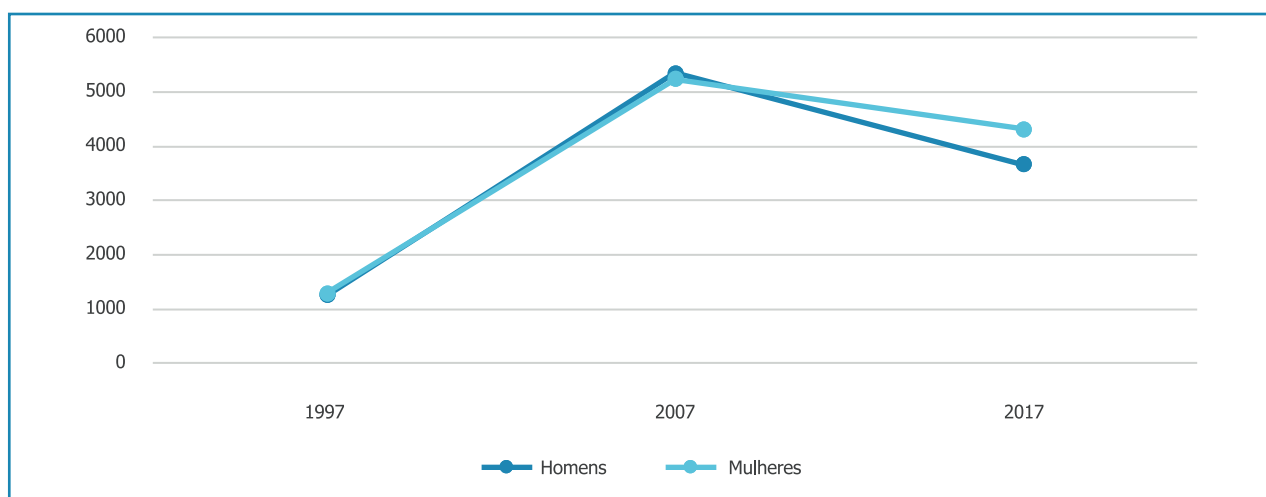
Fonte: INE, Censo 2017.

Nos Quadros 38 e 39 e nos Gráficos 48 e 49 pode ver-se a distribuição dos alunos dos CFPP por sexo e por área de residência. Em 1997 e em 2007, o número de mulheres e o número de homens a estudar no CFPP era praticamente o mesmo, mas em 2017, o número de mulheres foi um pouco mais elevado. A distribuição por região mostra que a grande maioria de estudantes se encontram nas áreas urbanas e é nessas áreas que se regista um grande decréscimo de frequência escolar.

Quadro 38: Número total de estudantes no CFP por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Homens	Mulheres	Total
1997	1 260	1 290	2 550
2007	5 350	5 230	10 580
2017	3 669	4 310	7 978

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

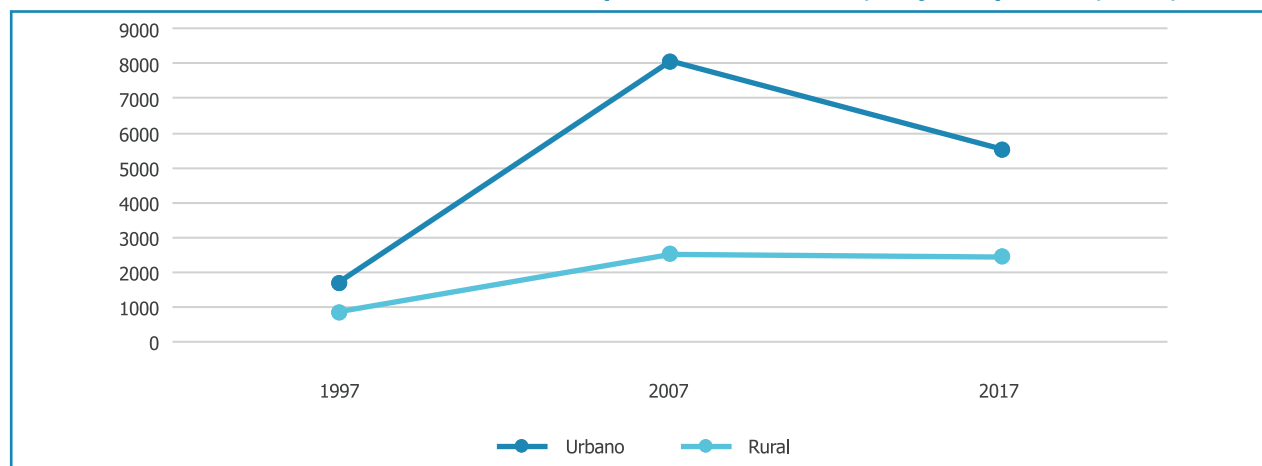
Gráfico 48: Número total de estudantes no CFPP por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 39: Número total de estudantes no CFP por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Urbana	Rural	Total
1997	1 700	850	2 550
2007	8 050	2 530	10 580
2017	5 552	2 426	7 978

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 49: Número total de estudantes no CFPRF por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

5.3.6 Análise do Ensino Superior

Ao contrário da maioria dos outros níveis de ensino, o Ensino Superior cresceu continuamente e a um ritmo considerável desde 1997 como pode ser observado no Quadro 40 e no Gráfico 50 onde se pode ver a distribuição dos alunos do ensino superior pelas províncias. De 1997 a 2017, o efectivo escolar cresceu cerca de 20 vezes. Na verdade, em 2017, o número de alunos é quase o dobro da soma de todos os alunos do ensino técnico profissional, incluindo o curso de formação de professores primários. Uma parte considerável destes estudantes encontra-se a estudar no sul do País, cerca de 40% estudam ou na Cidade de Maputo ou na Província de Maputo, onde em 2017 se encontra apenas 11,1% da população. No entanto, é de salientar como o ensino superior se tem espalhado por todo o País de 1997 a 2017, como pode ser observado no Gráfico 50.

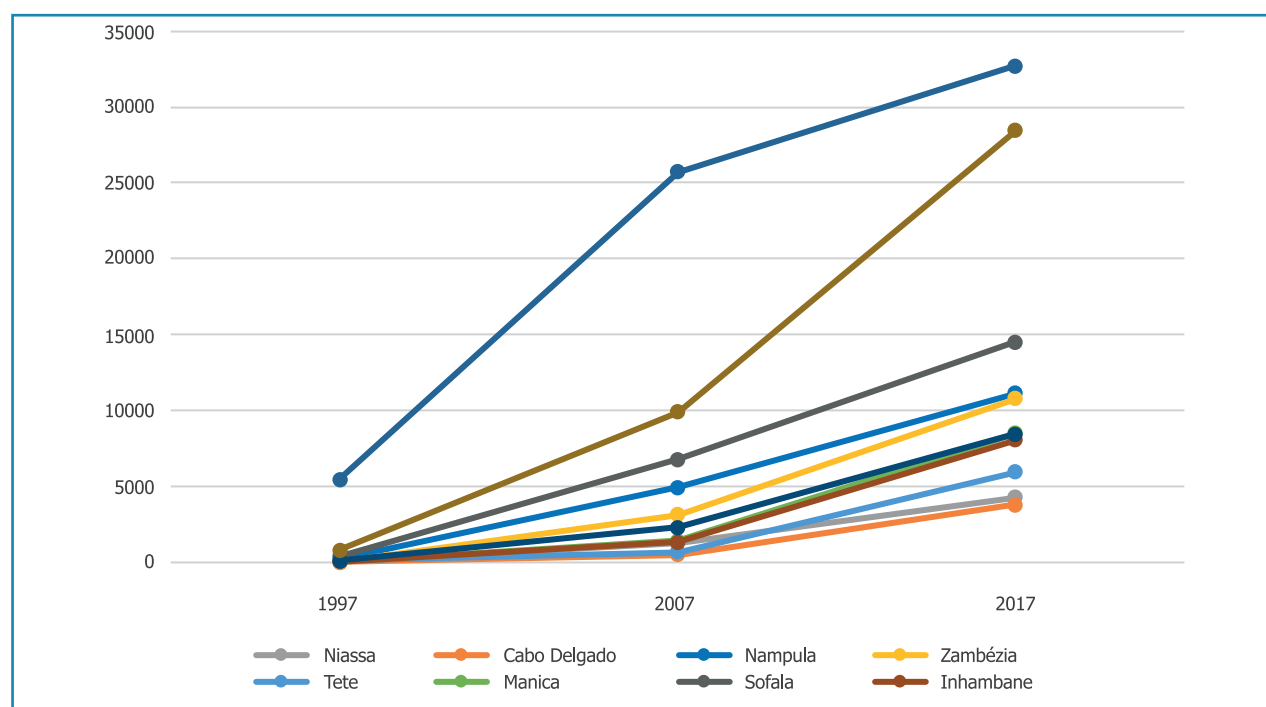
Quadro 40: Número total de estudantes no Ensino Superior segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Província	1997	2007	2017
Niassa	0	1 260	4 270
Cabo Delgado	10	470	3 766
Nampula	190	4 900	11 130
Zambézia	40	3 130	10 761
Tete	90	650	5 926
Manica	50	1 390	8 489
Sofala	370	6 770	14 483
Inhambane	20	1 320	8 019
Gaza	100	2 260	8 420
Maputo	800	9 870	28 441
Cidade de Maputo	5 440	25 720	32 691
Total	7 110	57 740	136 396

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A participação feminina no grupo estudantil é inferior à masculina, em aproximadamente 20% em 2017, significativamente superior à participação feminina em 1997, em que os alunos do sexo masculino eram cerca de 2,5 vezes que as do sexo feminino. Há portanto uma evolução ao longo período 1997-2017 de crescimento considerável da população feminina nas Universidades (ver Quadro 41 e Gráfico 51).

Gráfico 50: Número total de estudantes no ensino superior segundo província, Moçambique 1997, 2007, 2017.

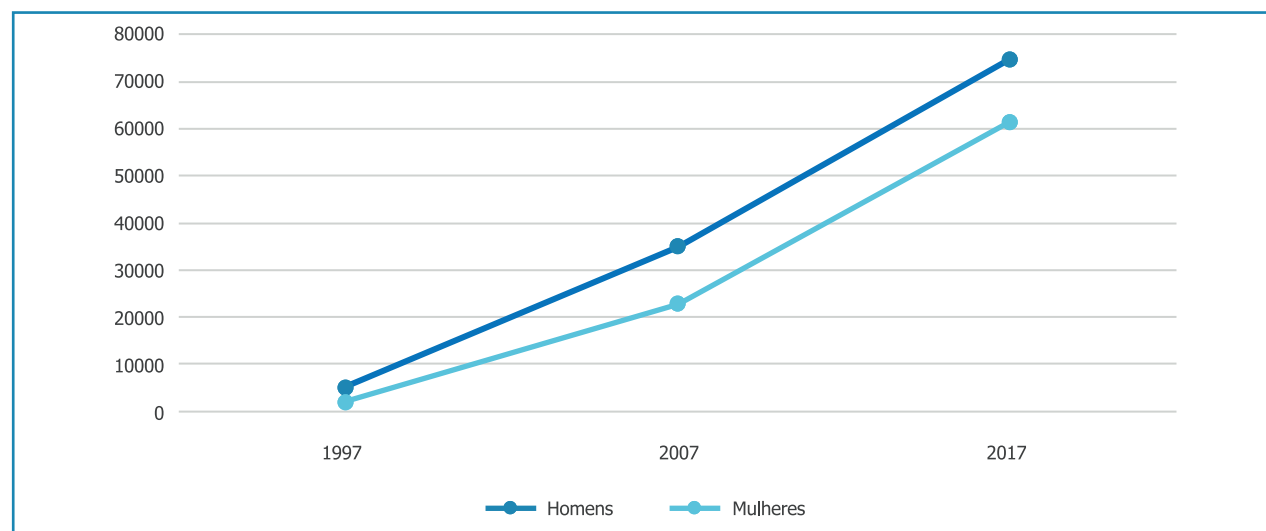


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 41: Número total de estudantes no Ensino Superior por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Homens	Mulheres	Total
1997	5 120	1 990	7 110
2007	35 000	22 740	57 740
2017	74 860	61 549	136 409

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

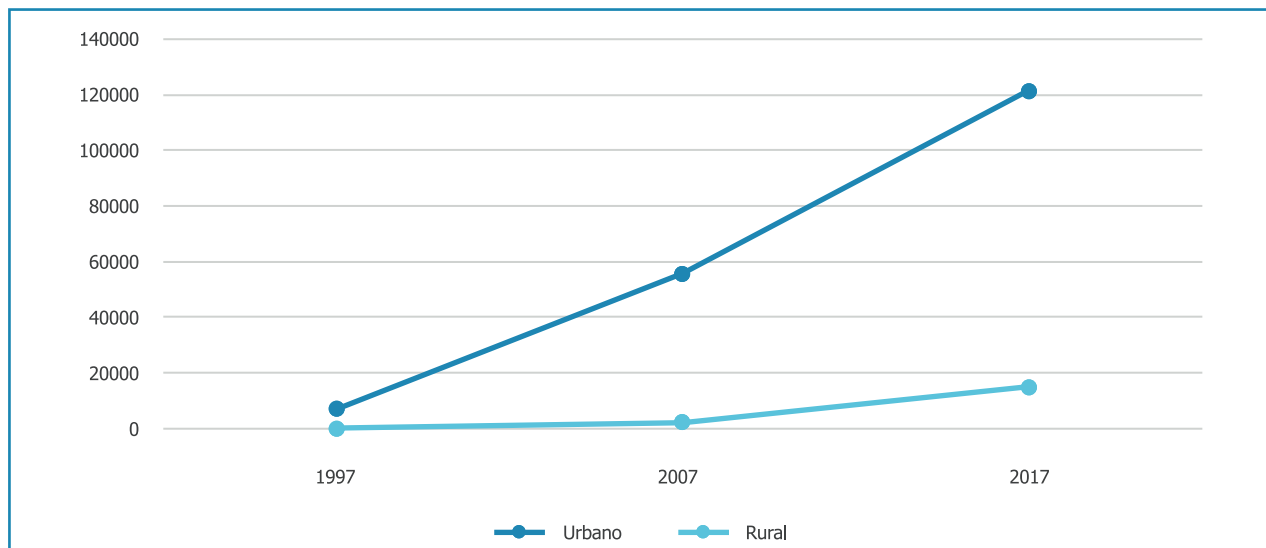
Gráfico 51: Número total de estudantes no Ensino Superior por sexo, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 42: Número total de estudantes no Ensino Superior por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Urbano	Rural	Total
1997	7 040	70	7 110
2007	55 570	2 170	57 740
2017	121 395	15 009	136 404

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 52: Número total de estudantes no Ensino Superior por área de residência, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Como seria de esperar, dada a natureza do ensino superior, a grande maioria das pessoas que frequentam este nível de ensino, encontram-se nas áreas urbanas (ver Quadro 42 e Gráfico 52). É de notar contudo, o considerável crescimento do ensino superior nas áreas rurais, que em 2017 já tinham mais de 10% do total dos alunos no ensino superior.

5.3.7 Taxas de Frequência Escolar

Neste capítulo fazem-se as estimativas de diferentes taxas de frequência e comparam-se com as correspondentes taxas publicadas pelo Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). As principais taxas de educação são as seguintes:

- Taxa Bruta de Admissão (TBA) num grau de ensino: é a razão entre o número total de ingressos nesse grau de ensino e o total da população com a idade adequada de ingresso nesses graus (no caso do EP1, a idade adequada de ingresso é de 6 anos a serem completados até ao dia 30 de Junho). (Esta taxa não será analisada pois as perguntas dos censos não distinguem a classe de um determinado grau ou nível de educação).
- Taxa Líquida de Admissão (TLA) de um grau de ensino: é a razão entre o número de ingressos num grau de ensino com a idade adequada de ingresso, sobre o total da população com essa idade.
- Taxa Bruta de Escolarização (TBE) de um grau de ensino: é a razão entre o número total de matriculados num dado grau de ensino sobre o total da população com a idade adequada de matrícula desse grau (no caso do EP1, a faixa etária adequada é de 6-10 anos).
- Taxa Líquida de Escolarização (TLE) de um grau de ensino: é a razão entre o número total de matriculados num dado grau de ensino com a idade adequada a esse grau, sobre o total da população com essa idade.

O MINEDH publica anualmente algumas taxas de educação, nos Levantamentos Escolares realizados no início do ano lectivo e comparam-se algumas dessas taxas com taxas semelhantes calculadas com os dados dos Censos. Uma vez que o Censo engloba toda a população do País, as

estimativas das taxas usando os seus dados constituem um ponto de referência significativo.

Há que notar, no entanto que ambas as taxas têm várias fontes potenciais de discrepâncias. Para além dos erros próprios quer de um levantamento escolar, quer da realização de um recenseamento, há questões de conceito que devem ser abordadas. As perguntas de frequência escolar nos recenseamentos visam inquirir se no dia 1 de Agosto o respondente frequentava a escola ou não, enquanto que o levantamento escolar inclui aqueles que se matricularam no início do ano lectivo, em princípios de Fevereiro. Um número significativo de estudantes pode, entretanto, ter abandonado a escola. Além disso, o número de anos referente à idade de um estudante na altura da matrícula pode não ser o mesmo que no momento do censo, pois, entretanto, passaram-se cerca de seis meses.

Uma outra potencial discrepância são os efectivos populacionais. As taxas elaboradas pelo MINEDH consideram como efectivos populacionais estimativas, que nem sempre se aproximam dos valores reais. Por exemplo, em 2007, o MINEDH considerou como população de 6 anos de idade na Província de Nampula um total de 106 590 crianças, mas os dados Censo de 2007 mostram um grupo de 163 590. Assim, para evitar discrepâncias desta natureza, as taxas do MINEDH foram recalculadas usando sempre os dados da população dos censos e os efectivos escolares do MINEDH.

Para além desta alteração, para algumas taxas calculadas exclusivamente com dados dos censos, duas versões de idades serão indicadas, por forma a diminuir o efeito dos momentos diferentes dos levantamentos escolares e dos censos.

5.3.7.1 Taxas do Ensino Primário 1º Grau 2007.

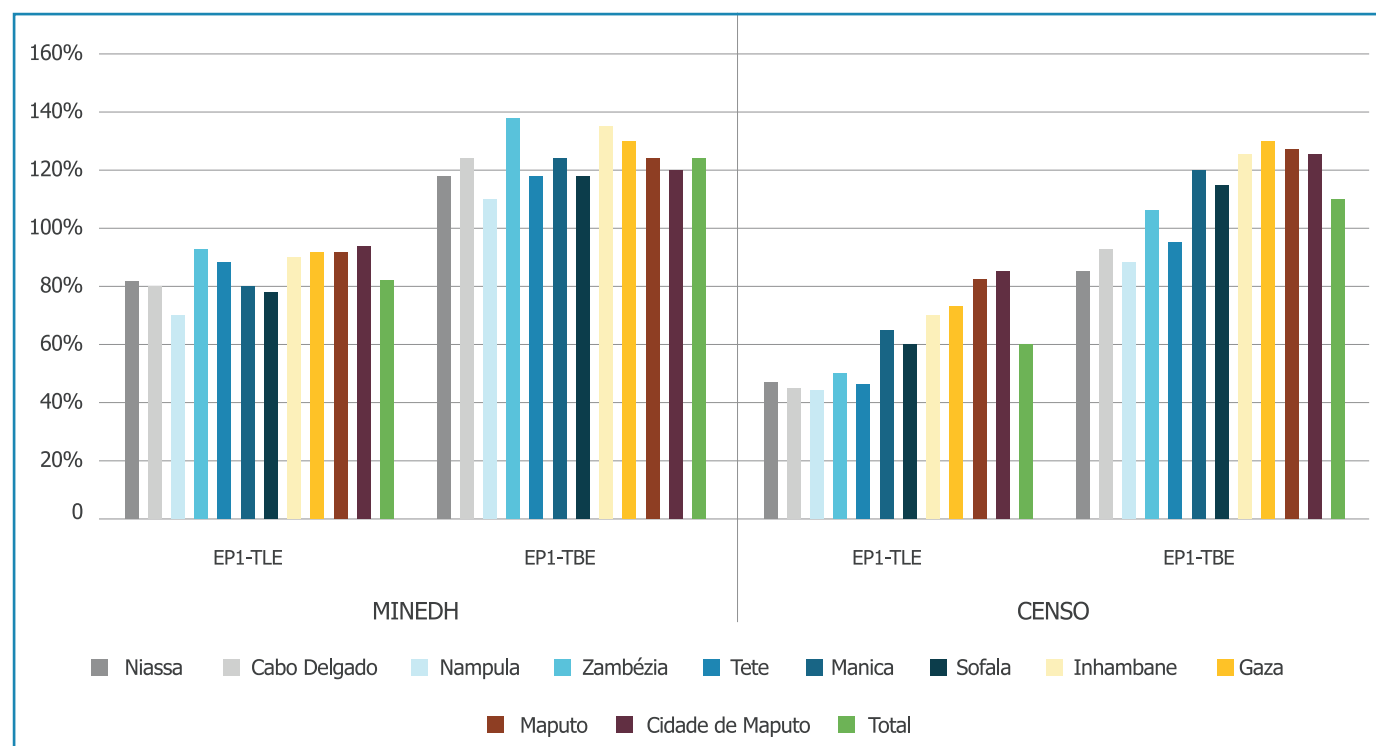
No Quadro 43 e no Gráfico 53 podem ser observadas a Taxa Líquida de Escolarização (TLE) e Taxa Bruta de Escolarização (TBE) do Ensino Primário do 1º Grau, estimativas do MINEDH ajustadas e estimativas a partir dos dados do Censo 2007.

Quadro 43: Taxa Líquida de Escolarização (TLE) e Taxa Bruta de Escolarização (TBE) do Ensino Primário do 1º Grau, estimativas do MINEDH ajustadas e estimativas a partir dos dados do Censo 2007, por província.

MINEDH			CENSO			MINEDH		CENSO		
Província	Inscritos 6-10 anos	Total EP1	Freq. 6-10 anos	Freq. total EP1	População 6-10 anos	EP1 - TLE Taxa Líquida Escolarização	EP1 - TBE Taxa Bruta Escolarização	EP1 - TLE Taxa Líquida Escolarização	EP1 - TBE Taxa Bruta Escolarização	
Niassa	157 872	223 191	93 120	167 120	191 210	83%	117%	49%	87%	
Cabo Delgado	192 723	300 954	110 560	224 440	237 510	81%	127%	47%	94%	
Nampula	438 702	698 750	289 280	579 360	644 480	68%	108%	45%	90%	
Zambézia	573 742	864 899	329 640	655 860	625 300	92%	138%	53%	105%	
Tete	249 177	346 963	146 910	275 850	291 450	85%	119%	50%	95%	
Manica	185 822	287 385	150 710	273 650	229 210	81%	125%	66%	119%	
Sofala	201 161	299 826	151 890	280 570	257 870	78%	116%	59%	109%	
Inhambane	180 333	272 471	149 850	252 120	199 970	90%	136%	75%	126%	
Gaza	171 063	252 832	147 930	245 830	191 190	89%	132%	77%	129%	
Maputo	156 966	217 979	143 030	220 900	172 710	91%	126%	83%	128%	
Cidade de Maputo	125 181	167 241	118 280	174 920	138 100	91%	121%	86%	127%	
País	2 632 742	3 932 491	1 831 200	3 350 620	3 179 000	83%	124%	58%	105%	

Fonte: INE, Censo de 2007 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2007

Gráfico 53: Comparação da Taxa Líquida de Escolarização (TLE) e Taxa Bruta de Escolarização (TBE) do Ensino Primário do 1º grau, estimativas do MINEDH ajustadas e estimativas a partir dos dados do Censo 2007, por província.



Fonte: INE, Censo de 2007 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2007.

Para todo o País, as taxas do MINEDH e do Censo são diferentes, a TLE do EP1 do MINEDH ajustado é 83% enquanto nos dados do Censo 2007 é de 58% e para as taxas brutas, os valores são, respectivamente, 124% e 105%. No entanto, observando o gráfico, observa-se que, de facto, as diferenças são muito variáveis, pois há províncias em que a estimativa do MINEDH é quase o dobro da taxa calculada com os dados do Censo, por exemplo, a Taxa Líquida de Escolarização para Niassa e Cabo Delgado, enquanto as taxas para Maputo Cidade e Maputo Província são quase iguais, seja a estimativa do MINEDH, seja cálculo do Censo.

5.3.7.2 Taxas do ensino primário, 2017.

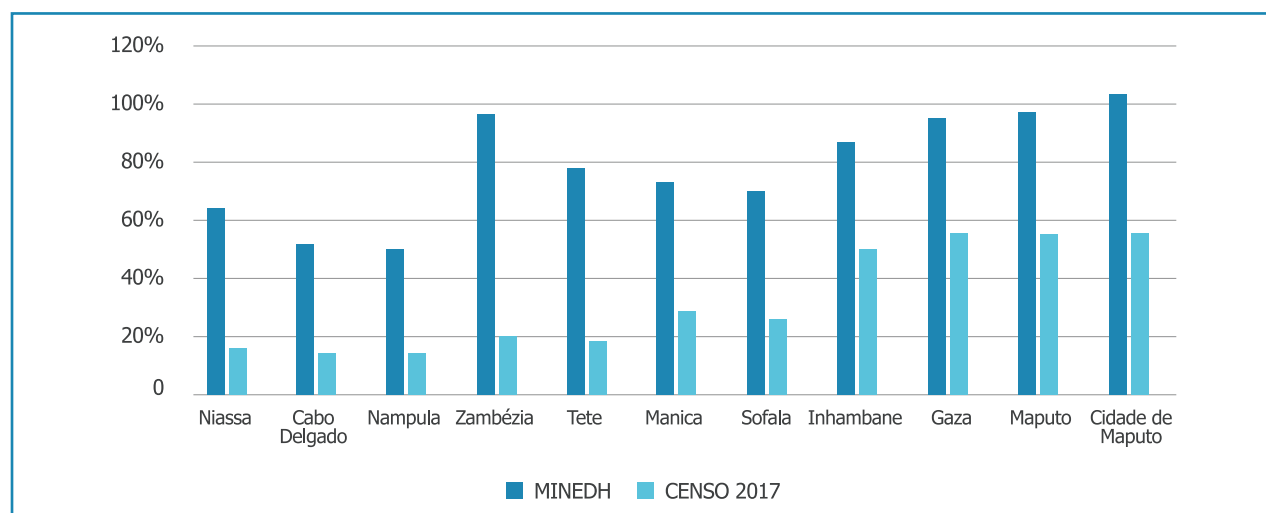
No Quadro 44 e no Gráfico 54 podem-se ver os valores das taxas do MINEDH ajustadas e as taxas calculadas exclusivamente a partir dos dados do Censo de 2017.

Quadro 44: Taxa Líquida de Admissão aos 6 anos, por província, Moçambique 2017.

Província	População de 6 anos	Inscritos MINEDH	Frequerentam Censo de 2017	Taxa MINEDH	Taxa Censo de 2017
Niassa	67 057	42 294	11 383	63%	17%
Cabo Delgado	83 569	43 380	12 690	52%	15%
Nampula	205 191	107 449	31 300	52%	15%
Zambézia	183 608	177 460	37 646	97%	21%
Tete	92 727	70 331	18 094	76%	20%
Manica	65 693	46 179	17 932	70%	27%
Sofala	73 332	50 703	18 204	69%	25%
Inhambane	45 048	40 749	22 148	90%	49%
Gaza	43 446	41 254	24 461	95%	56%
Maputo	50 175	49 617	28 051	99%	56%
Cidade de Maputo	23, 343	24 231	13 383	104%	57%
País	933 189	693 647	235 292	74%	25%

Fonte: INE, Censo de 2017 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2017.

Gráfico 54: Taxa de Admissão aos 6 anos por províncias, dados de ingresso do MINEDH e do Censo, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo de 2017 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2017.

Tal como para a Taxa Líquida e Taxa Bruta de Escolarização de 2007 no parágrafo anterior, há uma diferença ao nível de todo o País entre as Taxas Líquidas de Admissão relativamente às fontes de dados: a taxa de admissão aos 6 anos estimada pelo MINEDH é de 74% enquanto a outra é de 25%. Além disso, as diferenças são consideráveis para todas as províncias do país.

Estas diferenças podem ser em parte influenciadas pela questão da idade atrás mencionada. Assim, usando os dados do Censo de 2017 para a versão de 7 anos no momento do Censo corresponder a 6 anos na matrícula (ver Quadro 45), observa-se que em quase todas as Províncias há uma melhoria nas Taxas Líquidas de Admissão, usando exclusivamente os dados do Censo, mas com uma idade de ingresso diferente. A nível do País

há um aumento de 25% para 32%, mas mesmo assim, um valor muito abaixo da taxa que se obtém com os dados do MINEDH.

No Quadro 46 e no Gráfico 55 estão apresentadas as Taxas Líquidas de Escolarização para o ensino primário em 2017, comparando as estimativas ajustadas do MINEDH com os cálculos dos dados do Censo. As diferenças continuam a ser consideráveis com o total a variar entre 90% (MINEDH) e 47% (dados do Censo). Com algumas variações de intensidade, pode-se ver que as diferenças são significativas em todas as províncias. Contudo, os valores das taxas usando os dados do Censo relativas à frequência escolar são mais próximas das taxas usando os ingressos do MINEDH nas províncias do sul do que nas províncias do norte.

Quadro 45: Estimativa aproximada da Taxa Líquida de Admissão, usando dados de Censo para a versão de 7 anos no momento do censo corresponder a 6 anos na matrícula, por província, Moçambique 2017.

Província	2017 População 7 anos	População 7 anos freq. EP	TLA
Niassa	65 106	14 614	22%
Cabo Delgado	82 376	17 113	21%
Nampula	217 161	45 300	21%
Zambézia	187 045	50 933	27%
Tete	88 714	22 948	26%
Manica	63 826	25 362	40%
Sofala	73 532	23 149	31%
Inhambane	48 883	30 420	62%
Gaza	46 420	30 843	66%
Maputo	55 078	32, 583	59%
Cidade de Maputo	24 919	14 076	56%
Total	953 061	307 341	32%

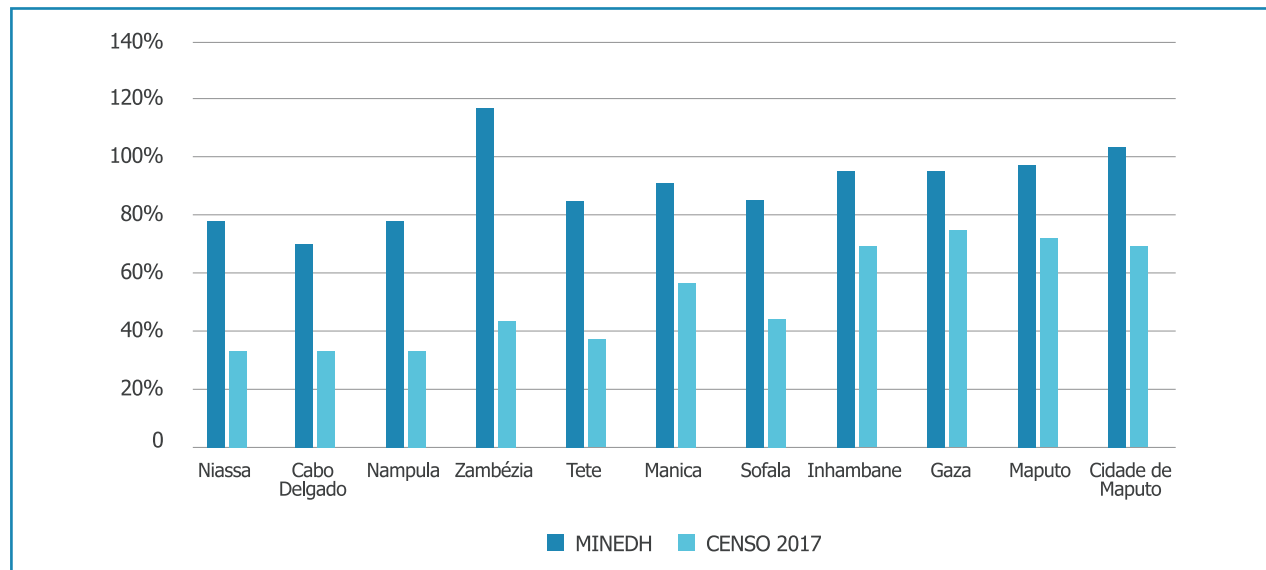
Fonte: INE, Censo 2017.

Quadro 46: Taxa Líquida de Escolarização do Ensino Primário (EP1+EP2), por província, Moçambique 2017.

Província	População 6-12 anos	Inscritos MINEDH (6-12)*	Frequentam Censo de 2017 (6-12)	Taxa MINEDH	Taxa Censo de 2017
Niassa	385 509	295 779	133 513	77%	35%
Cabo Delgado	476 220	327 678	163 159	69%	34%
Nampula	1 194 276	910 499	420 242	76%	35%
Zambézia	1 107 875	1 281 899	480 678	116%	43%
Tete	553 130	461 669	216 476	83%	39%
Manica	401 447	365 056	226 025	91%	56%
Sofala	461 735	395 519	224 237	86%	49%
Inhambane	310 294	293 181	222 379	94%	72%
Gaza	297 769	278 482	220 194	94%	74%
Maputo	348 302	339 096	251 141	97%	72%
Cidade de Maputo	161 150	168 234	116 312	104%	72%
País	5 697 709	5 117 092	2 674 356	90%	47%

Fonte: INE, Censo de 2017 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2017.

Gráfico 55: Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Primário (EP1+EP2) por província, dados do MINEDH e do Censo, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo de 2017 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2017.

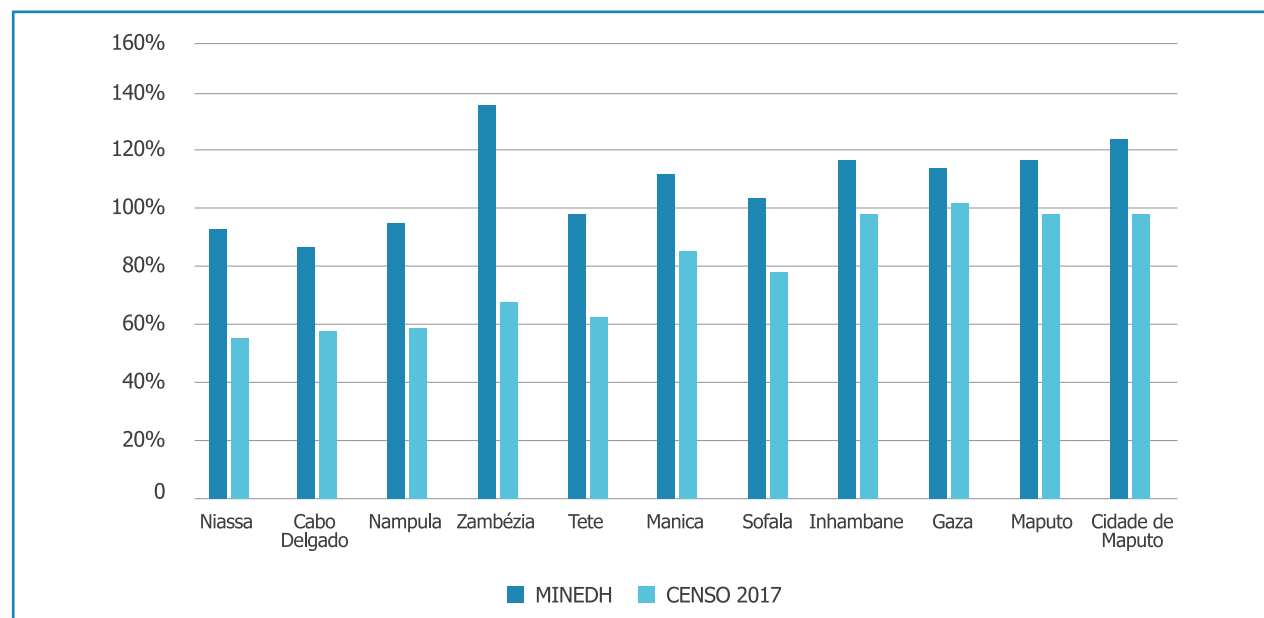
No Quadro 47 e no Gráfico 56 estão apresentadas as taxas brutas de escolarização do ensino primário em 2017. Conclusões semelhantes às das taxas líquidas acabadas de mencionar podem ser tiradas: as diferenças entre as taxas do MINEDH e as taxas do censo são consideráveis e em todas as províncias se verificam diferenças significativas. Há que notar, no entanto, que as diferenças no país total são de 108% (MINEDH) e 72% (Censo).

Quadro 47: Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Primário (EP1 +EP2), por província, Moçambique 2017.

Província	População 6-12 anos	Inscritos MINEDH*	Frequentam Censo de 2017	Taxa MINEDH	Taxa Censo de 2017
Niassa	385 509	349 320	215 624	91%	56%
Cabo Delgado	476 220	412 065	273 514	87%	57%
Nampula	1 194 276	1 108 861	690 484	93%	58%
Zambézia	1 107 875	1 490 457	782 896	135%	71%
Tete	553 130	538 771	349 241	97%	63%
Manica	401 447	451 777	344 650	113%	86%
Sofala	461 735	477 076	353 987	103%	77%
Inhambane	310 294	359 115	304 925	116%	98%
Gaza	297 769	342 423	305 950	115%	103%
Maputo	348 302	407 906	342 372	117%	98%
Cidade de Maputo	161 150	200 747	158 642	125%	98%
País	5 697 709	6 138 518	4 122 285	108%	72%

Fonte: INE, Censo de 2017 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2017.

Gráfico 56: Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Primário (EP1+EP2) por província, dados de ingresso do MINEDH e do Censo, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo de 2017 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2017.

5.3.7.3 Comparação de taxas usando duas versões de idade, País total, 1997, 2007, 2017

Como mencionado anteriormente, a questão da idade no censo versus a idade no início do ano escolar pode contribuir para diferenças entre as estimativas das duas fontes. Assim apresenta-se de seguida a estimativa de taxas usando os dados do censo, com duas versões:

- A.** Taxas assumindo que a idade no momento do censo é a mesma que a idade de início do ano escolar.
- B.** Taxas assumindo que a idade no momento do censo é um ano mais que a idade de início do ano escolar.

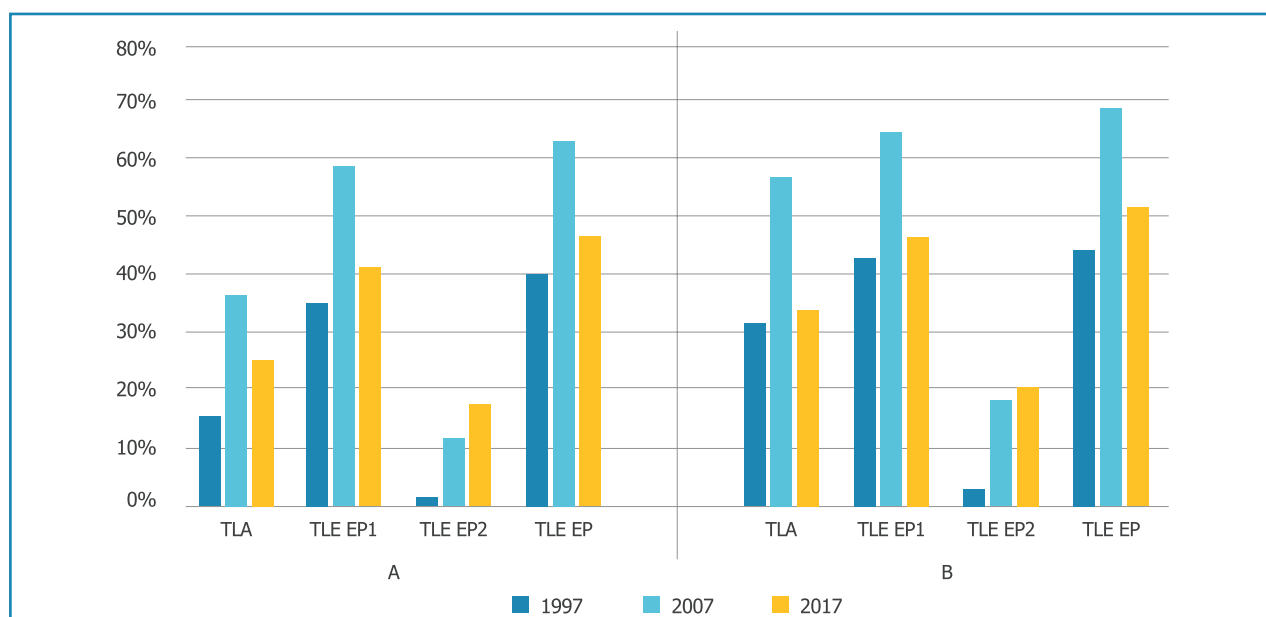
No Quadro 48 e no Gráfico 57 podem ver-se as Taxas Líquidas de Admissão, de Escolarização do Ensino Primário do 1º Grau (EP1), de Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau (EP2) e de Escolarização do Ensino Primário (EP), na versão A e na versão B, para os anos 1997, 2007 e 2017. Além disso, no Quadro 49 e no Gráfico 57 podem ver-se as Taxas Brutas equivalentes (não está incluída a Taxa bruta de Admissão) de Escolarização do Ensino Primário do 1º Grau (EP1), de Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau (EP2) e de Escolarização do Ensino Primário (EP), nas versões A e B, para os anos 1997, 2007 e 2017.

Quadro 48: Taxas Líquidas de Admissão, de Escolarização do Ensino Primário do 1º grau (EP1), de Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau (EP2) e de Escolarização do Ensino Primário (EP), na versão A e na versão B, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Versão A				Versão B			
	6 anos TLA	6-10 anos TLE EP1	11-12 anos TLE EP2	6-12 anos TLE EP	7 anos TLA	7-11 anos TLE EP1	12-13 anos TLE EP2	7-13 anos TLE EP
1997	15%	35%	2%	40%	31%	43%	4%	46%
2007	35%	58%	12%	62%	57%	65%	18%	69%
2017	25%	41%	17%	47%	32%	46%	20%	52%

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 57: Taxas Líquidas de Admissão, de Escolarização do Ensino Primário do 1º Grau (EP1), de Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau (EP2) e de Escolarização do Ensino Primário (EP), na versão A e na versão B, Moçambique 1997, 2007, 2017.



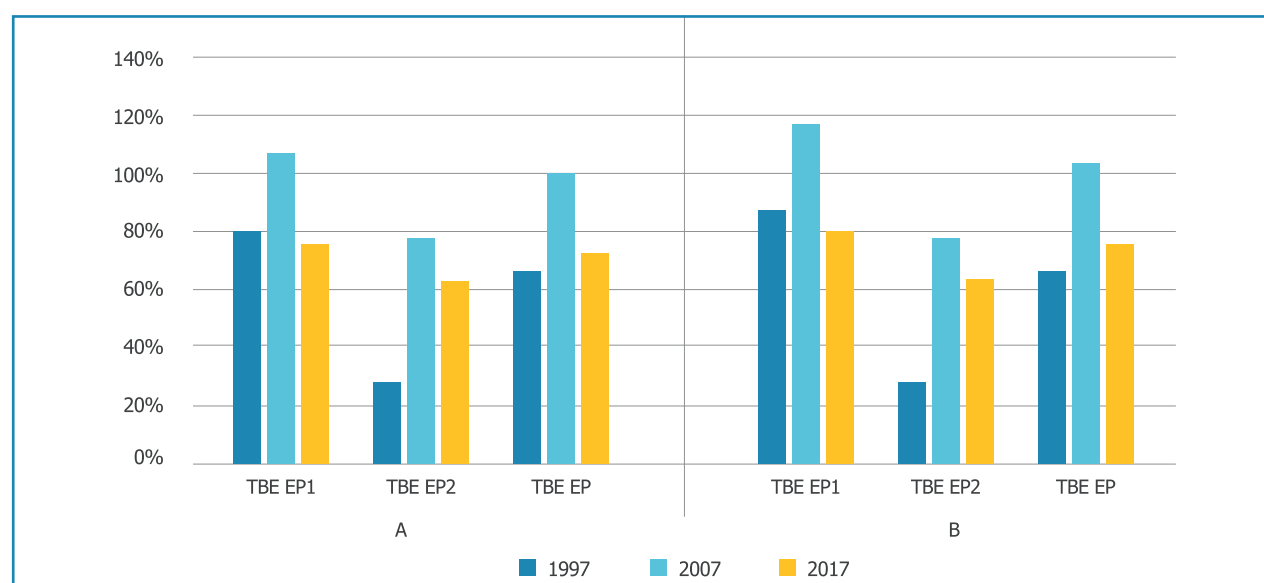
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Quadro 49: Taxas Brutas de Escolarização do Ensino Primário do 1º Grau (EP1), de Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau (EP2) e de Escolarização do Ensino Primário (EP), na versão A e na versão B, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Ano	Versão A			Versão B		
	TBE EP1	TTBE EP2	TTBE EP	TBE EP1	TTBE EP2	TTBE EP
1997	80%	28%	67%	88%	29%	71%
2007	105%	79%	99%	117%	79%	107%
2017	75%	64%	72%	81%	64%	77%

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Gráfico 58: Taxas Brutas de Escolarização do Ensino Primário do 1º Grau (EP1), de Escolarização do Ensino Primário do 2º Grau (EP2) e de Escolarização do Ensino Primário (EP), na versão A e na versão B, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

- Dos Quadros e Gráficos acabados de apresentar, pode concluir-se que:
- As Taxas Líquidas de Admissão são muito diferentes se for usada a versão A ou a versão B para as idades.
- As Taxas Líquidas de Escolarização são significativamente diferentes nas versões A e B, mas em 2017 ao nível do País representam apenas uma diferença de 10% a 20% de A para B, ou seja, a versão B tem um 10% a 20% mais alto que a versão A.
- As Taxas Brutas de Escolarização nas versões A e B, têm diferenças mais pequenas do que nas taxas líquidas. Em 2017 as diferenças entre as taxas Brutas na versão A para a versão B é inferior a 10%.

5.3.7.4 Taxa de Escolarização do Ensino Secundário do 1º Ciclo, 2017

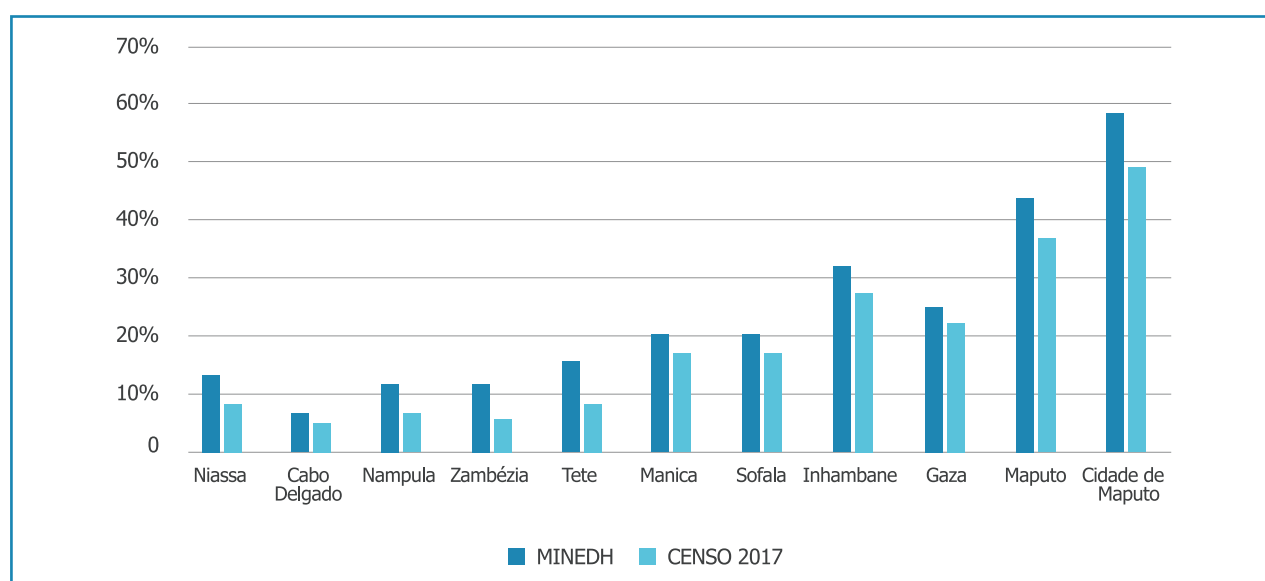
Em 2017 a Taxa Líquida de Escolarização do Ensino Secundário do 1º Ciclo de acordo com os dados do MINEDH ajustados é 19% enquanto as estimativas a partir dos dados do Censo é de 15%. É interessante notar que a diferença entre as Taxas Líquidas de Escolarização do Ensino Secundário do 1º Ciclo do MINEDH ajustadas e as taxas estimadas a partir dos dados do Censo de 2017 são muito próximas, e como seria de esperar as taxas do MINEDH ligeiramente superiores, provavelmente devido ao efeito da questão da idade (ver Quadro 50 e Gráfico 59).

Quadro 50: Taxa Líquida de Escolarização Ensino Secundário, 1º Ciclo (ESG1), por província, Moçambique 2017.

Província	População 13-15 anos	Inscritos MINEDH	Frequentam Censo de 2017	TLE MINEDH	TLE Censo de 2017
Niassa	110 337	14 321	9 711	13%	9%
Cabo Delgado	134 258	9 245	6 731	7%	5%
Nampula	320 741	36 508	23 420	11%	7%
Zambézia	321 517	35 376	22 196	11%	7%
Tete	178 311	26 186	16 008	15%	9%
Manica	136 898	26 738	21 446	20%	16%
Sofala	161 422	32 875	25 587	20%	16%
Inhambane	115 626	37 524	32 759	32%	28%
Gaza	110 821	28 956	25 698	26%	23%
Maputo	131 518	56 528	49 233	43%	37%
Cidade de Maputo	67 318	41 862	31 164	62%	46%
País	1 788 768	346 119	263 954	19%	15%

Fonte: INE, Censo de 2017 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2017.

Gráfico 59: Taxa de escolarização líquida do Ensino Secundário do 1º Ciclo (ESG1), por província, dados de ingresso do MINEDH e do Censo, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo de 2017 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2017.

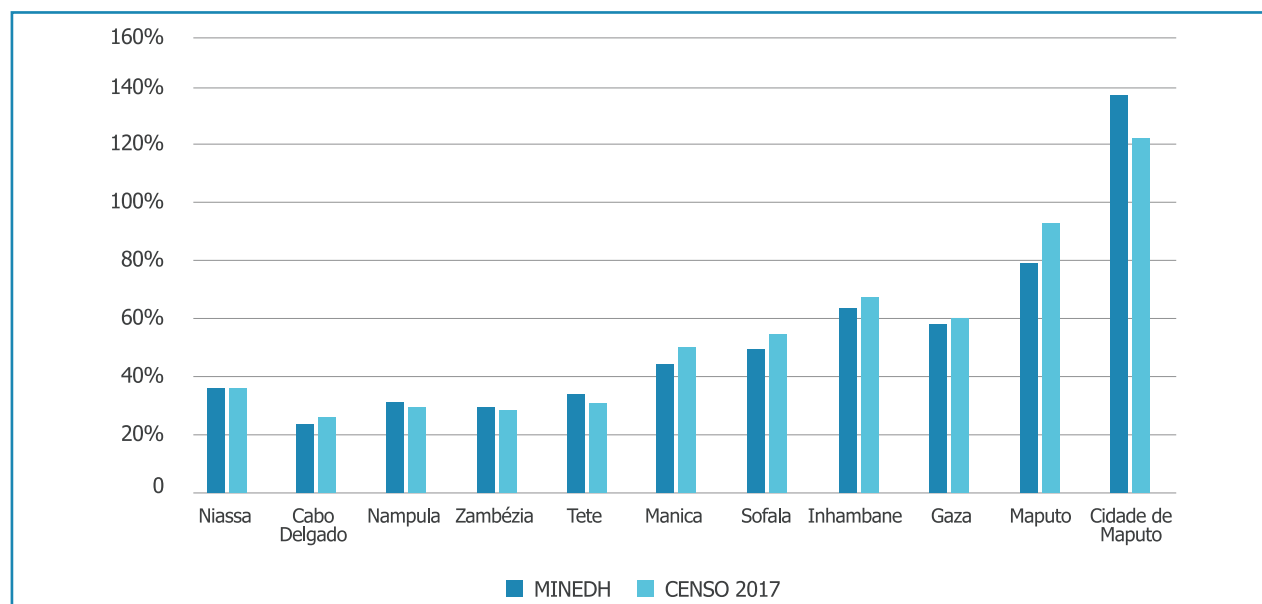
A Taxa Bruta de Escolarização do ensino secundário no País, de acordo com os dados do MINEDH ajustados, é de 44% enquanto as estimativas do a partir dos dados do Censo de 2017 é de 46% (ver Quadro 51 e Gráfico 60).

Quadro 51: Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Secundário, 1º Ciclo (ESG1), por província, Moçambique 2017.

Província	População 13-15 anos	Inscritos MINEDH	Frequerentam Censo de 2017	Taxa MINEDH	Taxa Censo de 2017
Niassa	110 337	38 088	36 885	35%	33%
Cabo Delgado	134 258	32 209	35 241	24%	26%
Nampula	320 741	96 780	92 320	30%	29%
Zambézia	321 517	92 244	89 152	29%	28%
Tete	178 311	58 541	54 522	33%	31%
Manica	136 898	61 335	72 029	45%	53%
Sofala	161 422	79 625	87 832	49%	54%
Inhambane	115 626	75 590	78 199	65%	68%
Gaza	110 821	65 011	67 155	59%	61%
Maputo	131 518	104 714	122 554	80%	93%
Cidade de Maputo	67 318	91 527	81 966	136%	122%
País	1 788 768	795 664	817 857	44%	46%

Fonte: INE, Censo de 2017 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2017.

Gráfico 60: Taxa de Escolarização Bruta do Ensino Secundário do 1º Ciclo, por província, dados de ingresso do MINEDH e do Censo, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo de 2017 ; MINEDH, Levantamento Escolar 2017.

Ao nível das províncias os valores das estimativas ajustados do MINEDH e as do Censo são bastante próximos como se pode ver no Quadro e no Gráfico acima.

5.3.8 Escolaridade da população adulta.

Os resultados a seguir apresentam o perfil educacional da população de Moçambique com mais de 25 anos, entre

1997 e 2017. Para melhor compreender as diferenças existentes na população adulta quanto à escolaridade, serão apresentados resultados estratificados por sexo, idade, província e área de residência.

Conforme é possível observar no Quadro 52, a escolaridade da população adulta de Moçambique aumentou consideravelmente entre 1997 e 2017. Entre os que declaravam não ter nenhuma escolaridade formal, a percentagem caiu de 76,78% em 1997 para 49,74% em 2017. O maior acesso à educação formal pode ser percebido principalmente pelo incremento na

percentagem de adultos que declararam ter completado o Ensino Primário do 1º Grau (EP1), que passou de 12,9% em 1997 para 18,75% em 2017. Da mesma forma, a percentagem de indivíduos com Ensino Primário do 2º Grau mais que dobrou no período analisado, passando de 5,5% em 1997 para cerca de 12% em 2017. Pelo papel central na formação de capital humano e produtividade da força de trabalho, é importante ressaltar a mudança na participação de adultos com ensino superior na população. Apesar de representarem ainda uma percentagem muito baixa da população adulta, os indivíduos com ensino superior passaram de 0,26% para 2% em 2017.

Quadro 52: Nível de ensino mais elevado concluído para pessoas acima de 25 anos – Moçambique 1997, 2007, 2017.

Nível de Ensino Concluído	1997		2007		2017	
	N	%	N	%	N	%
Nenhuma escolaridade	372 108	76,8	363 255	74,5	432 585	49,7
Pré-escolar	-	-	-	-	18 489	2,1
Alfabetização	5 800	1,2	20 664	4,2	15 830	1,8
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	62 411	12,9	45 695	9,4	163 028	18,8
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	26 920	5,6	28 454	5,8	102 584	11,8
Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)	8 676	1,8	12 176	2,5	54 664	6,3
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	3 798	0,8	8 747	1,8	51 318	5,9
Ensino Técnico Elementar (ETE)**	1 255	0,3	1 355	0,3	1 095	0,1
Ensino Técnico Básico (ETB)	-	-	-	-	2 262	0,3
Ensino Técnico Médio (ETM)	1 472	0,3	2 027	0,4	6 288	0,7
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	904	0,2	1 717	0,4	3 505	0,4
Ensino Superior	1 283	0,3	3 378	0,7	18 031	2,1
Total	484 627	100	487 468	100	869 679	100

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

** Para o ano de 1997 o ETE e o ETB estão agregados pelo formato dos dados na base.

Os avanços na escolaridade da população adulta ocorreram para homens e mulheres em graus e velocidade distintas. Conforme é possível observar no Quadro 53, houve uma considerável redução na população sem escolaridade formal, especialmente para as mulheres, o que causou uma redução na diferença entre os sexos no início da distribuição educacional. Esta categoria desfavorável ainda é mais expressiva entre as mulheres, mas a queda entre 1997 e 2017 foi mais acelerada na população feminina em relação à masculina. Em 1997, cerca de 87% das mulheres declaravam não ter nenhuma educação formal. Esta percentagem passou a ser de cerca de 58% em 2017. Para os homens, a participação dos indivíduos sem escolaridade passou de 59% para 36% no mesmo período. A migração para níveis mais elevados de ensino não se deu uniformemente entre homens e mulheres. Os níveis de Ensino Primário (EP1

e EP2) e Secundário (ESG1 e ESG2) apresentaram taxas de crescimento consideravelmente maiores para as mulheres, o que contribui para a redução das desigualdades educacionais de gênero na população adulta. No entanto, a escolaridade da população masculina permaneceu mais alta que a feminina em todos os níveis. Para as mulheres, o nível de ensino EP1 passou de 6,7% em 1997 para 15,3% em 2017. Para a população masculina, nota-se uma relativa estabilidade na participação deste nível de ensino na escolaridade total. O EP1 representava cerca de 20,4% dos homens adultos em 1997, e 21,2% em 2017 respectivamente. Entre os homens, os ganhos foram mais expressivos nos níveis de ensino mais elevados. No EP2, por exemplo, a percentagem de homens com este nível educacional passou de 9,31% em 1997 para 15,1% em 2017. Para as mulheres este nível variou de 2,52% para 8% no mesmo período.

Quadro 53: Nível de ensino mais elevado concluído para pessoas com 25 anos e mais, por sexo, Moçambique 2017.

Nível de ensino	1997				2007				2017			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma escolaridade	126 525	61,2	245 583	88,4	113 90	59,2	249 865	84,5	151 223	37,3	281 362	60,6
Pré-escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	8 666	2,1	9 823	2,1
Alfabetização	3 612	1,8	2 188	0,8	8 579	4,5	12 085	4,1	7 045	1,7	8 785	1,9
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	43 480	21,0	18 931	6,8	28 897	15,1	16 798	5,7	89 354	22,0	73 674	15,9
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	19 814	9,6	7 106	2,6	19 527	10,2	8 927	3,0	63 864	15,8	38 720	8,3
Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)	6 709	3,2	1 967	0,7	8 855	4,6	3 321	1,1	33 922	8,4	20 742	4,5
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	2 856	1,4	943	0,3	6 252	3,3	2 495	0,8	31 689	7,8	19 630	4,2
Ensino Técnico Elementar (ETE)**	1 009	0,5	246	0,1	1 089	0,6	266	0,1	730	0,2	365	0,1
Ensino Técnico Básico (ETB)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 507	0,4	755	0,2
Ensino Técnico Médio (ETM)	1 219	0,6	253	0,1	1 555	0,8	472	0,2	3 959	01,0	2 330	0,5
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	691	0,3	213	0,1	1 139	0,6	579	0,2	2 199	0,5	1 306	0,3
Ensino Superior	959	0,5	323	0,1	2 412	1,3	966	0,3	11 175	2,8	6 856	1,5
Total	206 874	100	277 753	100	191 695	100	295 774	100	405 333	100	464 348	100

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

** Para o ano de 1997 o ETE e o ETB estão agregados pelo formato dos dados na base.

A expansão educacional ocorrida em Moçambique entre 1997 e 2017 favoreceu a participação escolar das coortes mais jovens, com idades inferiores a 35 anos, que se inseriram no sistema escolar em um contexto mais favorável em termos de cobertura. As faixas etárias mais jovens apresentam perfil educacional mais elevado que as faixas etárias mais velhas, como é possível observar nos Quadros 54, 55 e 56, o que é condizente com o aumento da frequência escolar relatado anteriormente, e vivenciado pelos adultos mais jovens. A percentagem de adultos entre 25-29 anos com nenhuma educação formal caiu de 66% em 1997, para cerca de 36% em 2017.

AS FAIXAS ETÁRIAS MAIS JOVENS APRESENTAM PERFIL EDUCACIONAL MAIS ELEVADO QUE AS FAIXAS ETÁRIAS MAIS VELHAS

Quadro 54: População de 25 anos e mais, por idade, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 1997.

Idades	Nenhuma escolaridade		Alfabetização		Ensino Primário do 1º Grau (EP1)		Ensino Primário do 2º Grau (EP2)		Ensino Secundário Geral do 1º Cíclo (ESG1)		Ensino Secundário Geral do 2º Cíclo (ESG2)		ETE ou ETB		ETM		Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)		Ensino Superior		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
25-29 anos	66 367	66,9	485	0,5	17 972	18,1	9 471	9,6	2 662	2,7	1 184	1,2	298	0,3	398	0,4	193	0,2	186	0,2	99 216	100
30-34 anos	49 068	65,2	572	0,8	14 035	18,6	7 048	9,4	2 298	3,1	971	1,3	331	0,4	378	0,5	303	0,4	315	0,4	75 319	100
35-39 anos	50 392	71,4	734	1,0	10 671	15,1	5 079	7,2	1 830	2,6	762	1,1	248	0,4	359	0,5	210	0,3	306	0,4	70 591	100
40-44 anos	39 742	77,5	773	1,5	6 474	12,6	2 353	4,6	886	1,7	406	0,8	163	0,3	165	0,3	102	0,2	187	0,4	51 251	100
45-49 anos	41 237	83,1	886	1,8	5 035	10,2	1 397	2,8	488	1,0	239	0,5	78	0,2	95	0,2	47	0,1	121	0,2	49 623	100
50-54 anos	32 168	86,9	640	1,7	3 010	8,1	659	1,8	246	0,7	108	0,3	55	0,2	40	0,1	30	0,1	57	0,2	37 013	100
55-59 anos	28 564	89,2	591	1,8	2 138	6,7	436	1,4	125	0,4	67	0,2	33	0,1	17	0,1	11	0,0	54	0,2	32 036	100
60-64 anos	21 166	90,8	425	1,8	1 343	5,8	231	1,0	64	0,3	21	0,1	22	0,1	11	0,1	6	0,0	29	0,1	23 318	100
65-69 anos	19 319	92,8	358	1,7	934	4,5	131	0,6	42	0,2	18	0,1	13	0,1	2	0,0	0	0,0	13	0,1	20 830	100
70-74 anos	9 170	93,9	146	1,5	362	3,7	56	0,6	15	0,2	8	0,1	2	0,0	3	0,0	1	0,0	8	0,1	9 771	100
75-79 anos	8 190	94,9	116	1,3	273	3,2	26	0,3	10	0,1	10	0,1	4	0,1	2	0,0	0	0,0	4	0,1	8 635	100
80+ anos	6 725	95,7	76	1,1	165	2,4	34	0,5	9	0,1	6	0,1	8	0,1	2	0,0	2	0,0	3	0,0	7 030	100
Total	372 108	76,8	5 800	1,2	62 411	12,9	26 920	5,6	8 676	1,8	3 798	0,8	1 255	0,3	1 472	0,3	904	0,2	1 283	0,3	484 627	100

Fonte: INE, Censo 1997.

Quadro 55: População de 25 anos e mais, por idade, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 2007.

Idades	Nenhuma escolaridade		Alfabetização		Ensino Primário do 1º Grau (EP1)		Ensino Primário do 2º Grau (EP2)		Ensino Secundário Geral do 1º Cdo (ESG1)		Ensino Secundário Geral do 2º Cdo (ESG2)		ETE ou ETB		ETM		Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)		Ensino Superior		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
25-29 anos	64 642	69,2%	4 308	4,6%	9 076	9,7%	7 076	7,6%	3 477	3,7%	2 886	3,1%	325	0,4%	477	0,5%	537	0,6%	601	0,6%	93 405	100%
30-34 anos	54 696	69,7%	3 814	4,9%	7 910	10,1%	6 145	7,8%	2 497	3,2%	1 861	2,4%	215	0,3%	353	0,5%	337	0,4%	639	0,8%	78 467	100%
35-39 anos	47 741	70,7%	3 196	4,77%	7 123	10,6%	5 066	7,5%	1 931	2,9%	1 205	1,8%	190	0,3%	314	0,5%	202	0,3%	546	0,8%	67 514	100%
40-44 anos	34 221	68,4%	2 256	4,5%	5 854	11,7%	3 707	7,4%	1 597	3,2%	1 082	2,2%	209	0,4%	299	0,6%	240	0,5%	582	1,2%	50 047	100%
45-49 anos	33 359	72,4%	2 025	4,4%	4 949	10,7%	2 669	5,8%	1 162	2,5%	846	1,8%	146	0,3%	265	0,6%	168	0,4%	494	1,1%	46 083	100%
50-54 anos	31 642	79,1%	1 504	3,8%	3 540	8,9%	1 478	3,7%	704	1,8%	483	1,2%	105	0,3%	168	0,4%	99	0,3%	279	0,7%	40 002	100%
55-59 anos	26 037	81,8%	1 242	3,9%	2 651	8,3%	956	3,0%	370	1,2%	195	0,6%	75	0,2%	87	0,3%	63	0,2%	138	0,4%	31 814	100%
60-64 anos	21 597	85,8%	806	3,2%	1 774	7,0%	567	2,3%	202	0,8%	88	0,4%	31	0,1%	36	0,1%	33	0,1%	48	0,2%	25 182	100%
65-69 anos	18 178	87,6%	630	3,0%	1 277	6,2%	409	2,0%	128	0,6%	36	0,2%	30	0,1%	18	0,1%	13	0,1%	32	0,2%	20 751	100%
70-74 anos	11 945	89,1%	369	2,8%	758	5,7%	189	1,4%	54	0,4%	32	0,2%	18	0,1%	6	0,0%	19	0,1%	10	0,1%	13 400	100%
75-79 anos	9 639	91,6%	267	2,5%	458	4,4%	97	0,9%	26	0,3%	19	0,2%	11	0,1%	1	0,0%	3	0,0%	7	0,1%	10 528	100%
80+ anos	9 559	93,0%	248	2,4%	326	3,2%	96	0,9%	29	0,3%	14	0,1%	2	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	3	0,0%	10 283	100%
Total	363 255	74,5%	20 664	4,2%	45 695	9,4%	28 454	5,8%	12 176	2,5%	8 747	1,8%	1 355	0,3%	2 027	0,4%	1 717	0,4%	3 378	0,7%	487 468	100%

Fonte: INE, Censo 2007.

Quadro 56: População de 25 anos e mais, por idade, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Mocambique 2017.

Idades	Nenhuma escolaridade		Pré-Escolar		Alfabetização		Ensino Primário do 1º Grau (EP1)		Ensino Primário do 2º Grau (EP2)		Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)		Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)		ETE		ETB		ETM		Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)		Ensino Superior		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
25-29 anos	64 231	35,8	2 688	1,5	1 922	1,1	33 314	18,6	30 425	17,0	19 968	11,1	19 418	10,8	221	0,1	638	0,4	1 851	1,0	1 082	0,6	3 518	2,0	179 276	100
30-34 anos	61 899	42,2	2 481	1,7	2 056	1,4	27 451	18,7	20 673	14,1	12 368	8,4	12 560	8,6	186	0,1	482	0,3	1 426	1,0	882	0,6	4 088	2,8	146 552	100
35-39 anos	62 847	48,4	2 636	2,0	2 213	1,7	25 722	19,8	15 688	12,1	7 841	6,0	7 451	5,7	125	0,1	317	0,2	939	0,7	590	0,5	3 565	2,7	129 934	100
40-44 anos	52 498	51,2	2 362	2,3	2 068	2,0	21 114	20,6	11 855	11,6	4 935	4,8	4 201	4,1	116	0,1	200	0,2	539	0,5	251	0,2	2 445	2,4	102 584	100
45-49 anos	42 990	53,9	2 045	2,6	1 818	2,3	16 445	20,6	8 199	10,3	3 200	4,0	2 576	3,2	94	0,1	165	0,2	406	0,5	186	0,2	1 592	2,0	79 716	100
50-54 anos	34 116	54,8	1 700	2,7	1 576	2,5	12 381	19,9	5 876	9,4	2 401	3,9	2 069	3,3	108	0,2	156	0,3	389	0,6	205	0,3	1 321	2,1	62 298	100
55-59 anos	27 621	58,4	1 361	2,9	1 248	2,6	8 860	18,7	3 879	8,2	1 512	3,2	1 341	2,8	84	0,2	132	0,3	343	0,7	130	0,3	824	1,7	47 335	100
60-64 anos	25 024	65,4	1 112	2,9	1 022	2,7	6 300	16,5	2 333	6,1	972	2,5	744	1,9	50	0,1	91	0,2	194	0,5	76	0,2	346	0,9	38 264	100
65-69 anos	20 775	70,3	849	2,9	763	2,6	4 583	15,5	1 391	4,7	516	1,8	345	1,2	41	0,1	36	0,1	79	0,3	49	0,2	141	0,5	29 568	100
70-74 anos	13 989	73,4	451	2,4	460	2,4	2 683	14,1	818	4,3	314	1,7	178	0,9	31	0,2	23	0,1	34	0,2	22	0,1	47	0,3	19 050	100
75-79 anos	11 579	76,0	352	2,3	320	2,1	1 937	12,7	600	3,9	234	1,5	125	0,8	14	0,1	9	0,1	31	0,2	8	0,1	24	0,2	15 233	100
80+ anos	15 017	75,6	454	2,3	364	1,8	2 236	11,3	847	4,3	403	2,0	310	1,6	25	0,1	12	0,1	56	0,3	24	0,1	121	0,6	19 869	100
Total	432 585	49,7	18 489	2,1	15 830	1,8	163 028	18,8	102 584	11,8	54 664	6,3	51 318	5,9	1 095	0,1	2 262	0,3	6 288	0,7	3 505	0,4	18 031	2,1	869 679	100

Fonte: INE, Censo 2017.

O aumento da escolaridade adulta entre 1997 e 2017 ocorreu em todas as províncias do país. No entanto, a elevação do nível educacional se deu acompanhada da manutenção das desigualdades regionais pré-existentes. Os Quadros 57, 58 e 59 apresentam a distribuição educacional da população adulta por província em 1997, 2007 e 2017, respectivamente. Além delas, as diferenças entre províncias na escolaridade adulta podem ser observadas nos mapas contidos nas Figuras 4, 5 e 6. A parcela da população sem nenhuma escolaridade formal se reduz entre 1997 e 2017 para todas as províncias, mas a queda ocorreu de forma relativamente mais rápida nas províncias do Sul, especialmente em Maputo e Gaza, além da Cidade de Maputo. Nestas, a população sem escolaridade caiu de 54%, 79% e 25%, respectivamente,

em 1997, para 24%, 51% e 15% em 2017. Isso significa uma redução de mais de 40% na proporção de adultos sem escolaridade em Gaza e Cidade de Maputo, e em uma queda próxima a 65% na Província de Maputo. Quedas expressivas neste nível de ensino também podem ser observadas nas províncias com perfil educacional mais baixo, como Cabo Delgado e Nampula. No entanto, a redução se deu em um ritmo menor, o que aprofundou as desigualdades regionais quanto à distribuição da população sem escolaridade.

Os níveis de ensino EP1 e EP2, referentes à educação primária, foram os que mais cresceram entre 1997 e 2017.

OS NÍVEIS DE ENSINO EP1 E
EP2, REFERENTES À EDUCAÇÃO
PRIMÁRIA, FORAM OS QUE MAIS
CRESCERAM ENTRE 1997 E 2017.

Quadro 57: População de 25 anos e mais, por província, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 1997.

Valor absoluto	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	Total
Nenhuma escolaridade	19 590	38 313	78 675	74 788	31 268	22 641	30 336	29 755	25 796	13 706	7 240	372 108
Alfabetização	279	361	1 218	1 005	322	300	447	715	370	424	360	5 800
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	2 655	4 215	8 947	8 392	3 039	3 828	6 337	4 672	4 219	6 394	9 712	62 411
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	1 112	1 524	3 538	2 809	1 383	1 945	3 314	1 405	1 356	2 826	5 709	26 920
Ensino Secundário Geral do 1º Cíclo (ESG1)	363	464	1 189	694	521	602	942	341	405	993	2 162	8 676
Ensino Secundário Geral do 2º Cíclo (ESG2)	101	154	355	224	175	205	441	97	125	375	1 546	3 798
Ensino Técnico Elementar (ETE) ou Ensino Técnico Básico (ETB)	30	53	163	81	63	78	160	61	54	151	363	1 255
Ensino Técnico Médio (ETM)	26	53	143	67	59	70	189	55	57	180	571	1 472
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	32	69	120	164	64	57	74	90	62	68	105	904
Ensino Superior	17	15	68	53	22	36	86	19	25	98	844	1 283
Total	24 205	45 221	94 416	88 277	36 916	29 762	42 326	37 210	32 469	25 215	28 612	484 627

Fonte: INE, Censo 1997.

Continua

Quadro 57 - continuação

Valor relativo	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	Total
Nenhuma escolaridade	80,9%	84,7%	83,3%	84,7%	84,7%	76,1%	71,7%	80,0%	79,5%	54,4%	25,3%	76,8%
Alfabetização	1,2%	0,8%	1,3%	1,1%	0,9%	1,0%	1,1%	1,9%	1,1%	1,7%	1,3%	1,2%
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	11,0%	9,3%	9,5%	9,5%	8,2%	12,9%	15,0%	12,6%	13,0%	25,4%	33,9%	12,9%
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	4,6%	3,4%	3,8%	3,2%	3,8%	6,5%	7,8%	3,8%	4,2%	11,2%	20,0%	5,6%
Ensino Secundário Geral do 1º Cíclo (ESG1)	1,5%	1,0%	1,3%	0,8%	1,4%	2,0%	2,2%	0,9%	1,3%	3,9%	7,6%	1,8%
Ensino Secundário Geral do 2º Cíclo (ESG2)	0,4%	0,3%	0,4%	0,3%	0,5%	0,7%	1,0%	0,3%	0,4%	1,5%	5,4%	0,8%
Ensino Técnico Elementar (ETE) ou Ensino Técnico Básico (ETB)	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,3%	0,4%	0,2%	0,2%	0,6%	1,3%	0,3%
Ensino Técnico Médio (ETM)	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,5%	0,2%	0,2%	0,7%	2,0%	0,3%
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	0,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,2%
Ensino Superior	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,4%	3,0%	0,3%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: INE, Censo 1997.

Quadro 58: População de 25 anos e mais, por província, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 2007.

Valor absoluto	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	Total
Nenhuma escolaridade	22 697	38 058	78 673	73 415	36 111	23 418	28 302	25 301	20 468	11 854	4 959	363 255
Alfabetização	921	2 295	5 634	3 858	1 401	1 003	1 642	1 251	959	1 002	697	20 664
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	1 757	3 026	7 670	7 330	2 204	2 588	3 637	4 049	3 814	4 814	4 806	45 695
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	1 090	1 662	4 566	3 141	1 432	1 937	2 969	1 934	1 878	3 732	4 113	28 454
Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)	526	646	1 653	1 088	682	961	1 245	595	637	1 882	2 261	12 176
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	370	562	1 144	672	529	550	846	424	433	1 102	2 115	8 747
Ensino Técnico Elementar (ETE) ou Ensino Técnico Básico (ETB)	75	45	145	135	67	70	176	101	63	189	288	1 355
Ensino Técnico Médio (ETM)	74	53	177	121	113	113	243	86	95	360	593	2 027
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	96	97	245	200	108	102	185	147	146	231	160	1 717
Ensino Superior	65	100	279	135	63	77	265	70	90	490	1 744	3 378
Total	27 671	46 544	100 186	90 095	42 710	30 819	39 510	33 958	28 583	25 656	21 736	487 468

Fonte: INE, Censo 2007.

Continua

Quadro 58 - continuação

Valor relativo	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	Total
Nenhuma escolaridade	82,0%	81,8%	78,5%	81,5%	84,6%	76,0%	71,6%	74,5%	71,6%	46,2%	22,8%	74,5%
Alfabetização	3,3%	4,9%	5,6%	4,3%	3,3%	3,3%	4,2%	3,7%	3,4%	3,9%	3,2%	4,2%
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	6,4%	6,5%	7,7%	8,1%	5,2%	8,4%	9,2%	11,9%	13,3%	18,8%	22,1%	9,4%
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	3,9%	3,6%	4,6%	3,5%	3,4%	6,3%	7,5%	5,7%	6,6%	14,6%	18,9%	5,8%
Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)	1,9%	1,4%	1,7%	1,2%	1,6%	3,1%	3,2%	1,8%	2,2%	7,3%	10,4%	2,5%
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	1,3%	1,2%	1,1%	0,8%	1,2%	1,8%	2,1%	1,3%	1,5%	4,3%	9,7%	1,8%
Ensino Técnico Elementar (ETE) ou Ensino Técnico Básico (ETB)	0,3%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,5%	0,3%	0,2%	0,7%	1,3%	0,3%
Ensino Técnico Médio (ETM)	0,3%	0,1%	0,2%	0,1%	0,3%	0,4%	0,6%	0,3%	0,3%	1,4%	2,7%	0,4%
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	0,4%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,5%	0,4%	0,5%	0,9%	0,7%	0,4%
Ensino Superior	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%	0,7%	0,2%	0,3%	1,9%	8,0%	0,7%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: INE, Censo 2007.

Quadro 59: População de 25 anos e mais, por província, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 2017.

Valor absoluto	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	Total
Nenhuma escolaridade	29 318	46 726	94 780	82 337	44 015	25 393	31 446	28 450	24 798	18 289	7 033	432 585
Alfabetização	920	1 461	4 619	4 124	1 364	960	1 162	909	1 344	1 198	429	18 489
Pré-Escolar	762	1 204	3 357	3 358	1 017	904	1 261	841	764	1 348	1 014	15 830
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	8 341	12 671	32 316	29 802	13 416	10 408	11 363	10 529	9 772	15 307	9 101	163 028
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	4 543	7 128	15 680	13 032	7 617	8 119 4 626	9 140	6 306	6 010	15 613	9 397	102 584
Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)	2 382	3 650	7 744	5 421	4 364	3 481	5 488	2 529	2 384	9 563	6 513	54 664
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	2 591	3 245	7 753	4 708	3 625	57	5 143	2 414	2 296	8 627	7 437	51 318
Ensino Técnico Elementar (ETE)	41	49	138	136	58	142	109	97	45	212	153	1 095
Ensino Técnico Médio (ETM)	78	94	194	176	155	395	251	144	114	524	389	2 262
Ensino Técnico Médio (ETM)	223	208	500	562	354	285	562	309	310	1 600	1 265	6 288
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	217	214	500	681	436		308	255	258	269	82	3 505
Ensino Superior	582	635	1 898	1 411	873	957	1 668	769	770	3,880	4 588	18 031
Total	49 998	77 285	169 479	145 748	77 294	67 901	53 552	48 865	76 430	47 401	869 679	

Fonte: INE, Censo 2017.

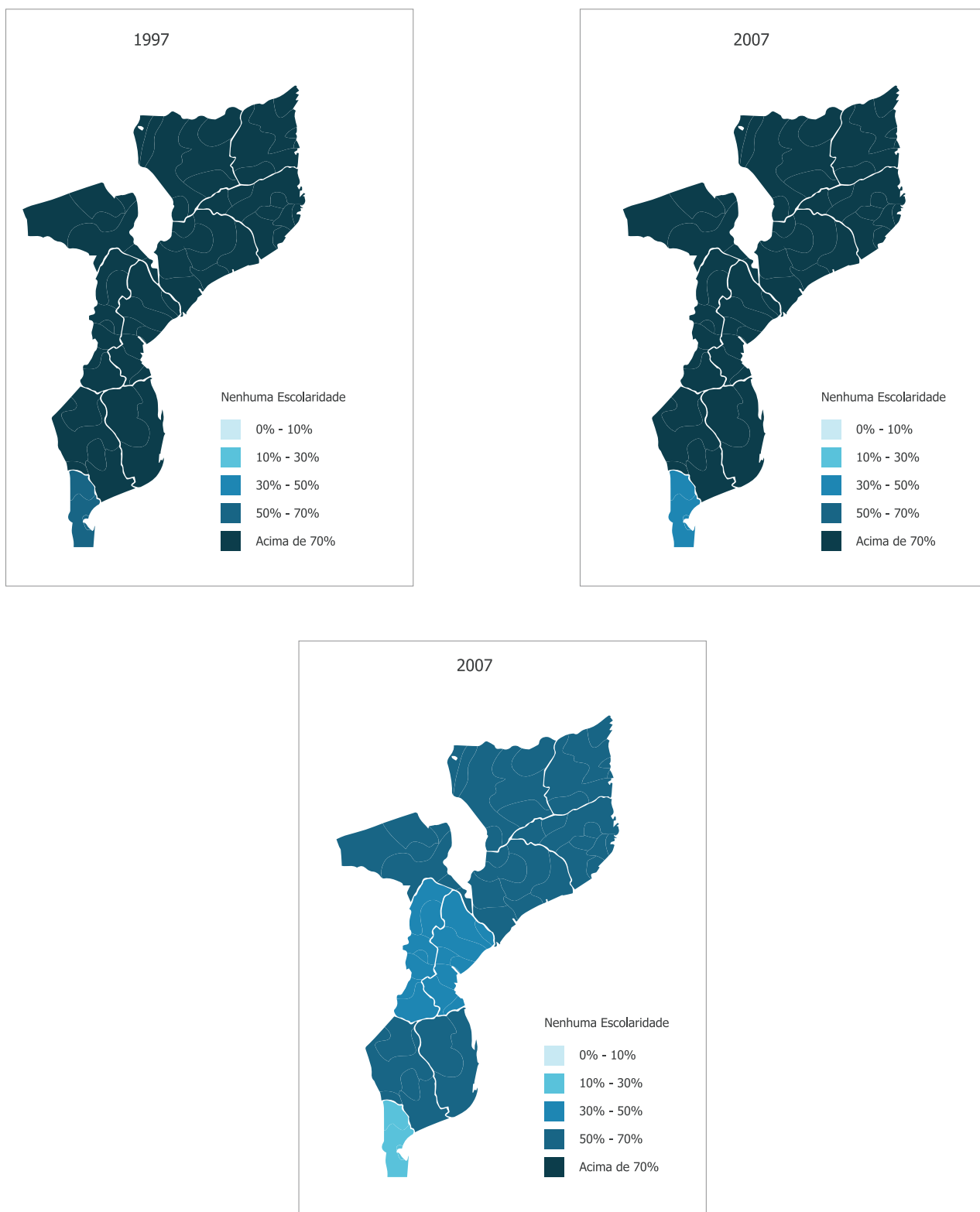
Continua

Quadro 59 - continuação

Valor absoluto	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo	Cidade de Maputo	Total
Nenhuma escolaridade	58,6%	60,5%	55,9%	56,5%	56,9%	45,6%	46,3%	53,1%	50,8%	23,9%	14,8%	49,7%
Alfabetização	1,8%	1,9%	2,7%	2,8%	1,8%	1,7%	1,7%	1,7%	2,8%	1,6%	0,9%	2,1%
Pré-Escolar	1,5%	1,6%	2,0%	2,3%	1,3%	1,6%	1,9%	1,6%	1,6%	1,8%	2,1%	1,8%
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	16,7%	16,4%	19,1%	20,5%	17,4%	18,7%	16,7%	19,7%	20,0%	20,0%	19,2%	18,8%
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	9,1%	9,2%	9,3%	8,9%	9,9%	14,6%	13,5%	11,8%	12,3%	20,4%	19,8%	11,8%
Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)	4,8%	4,7%	4,6%	3,7%	5,7%	8,3%	8,1%	4,7%	4,9%	12,5%	13,7%	6,3%
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	5,2%	4,2%	4,6%	3,2%	4,7%	6,3%	7,6%	4,5%	4,7%	11,3%	15,7%	5,9%
Ensino Técnico Elementar (ETE)	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,1%	0,3%	0,3%	0,1%
Ensino Técnico Médio (ETM)	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%	0,3%	0,4%	0,3%	0,2%	0,7%	0,8%	0,3%
Ensino Técnico Médio (ETM)	0,5%	0,3%	0,3%	0,4%	0,5%	0,7%	0,8%	0,6%	0,6%	2,1%	2,7%	0,7%
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	0,4%	0,3%	0,3%	0,5%	0,6%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4%	0,2%	0,4%
Ensino Superior	1,2%	0,8%	1,1%	1,0%	1,1%	1,7%	2,5%	1,4%	1,6%	5,1%	9,7%	2,1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

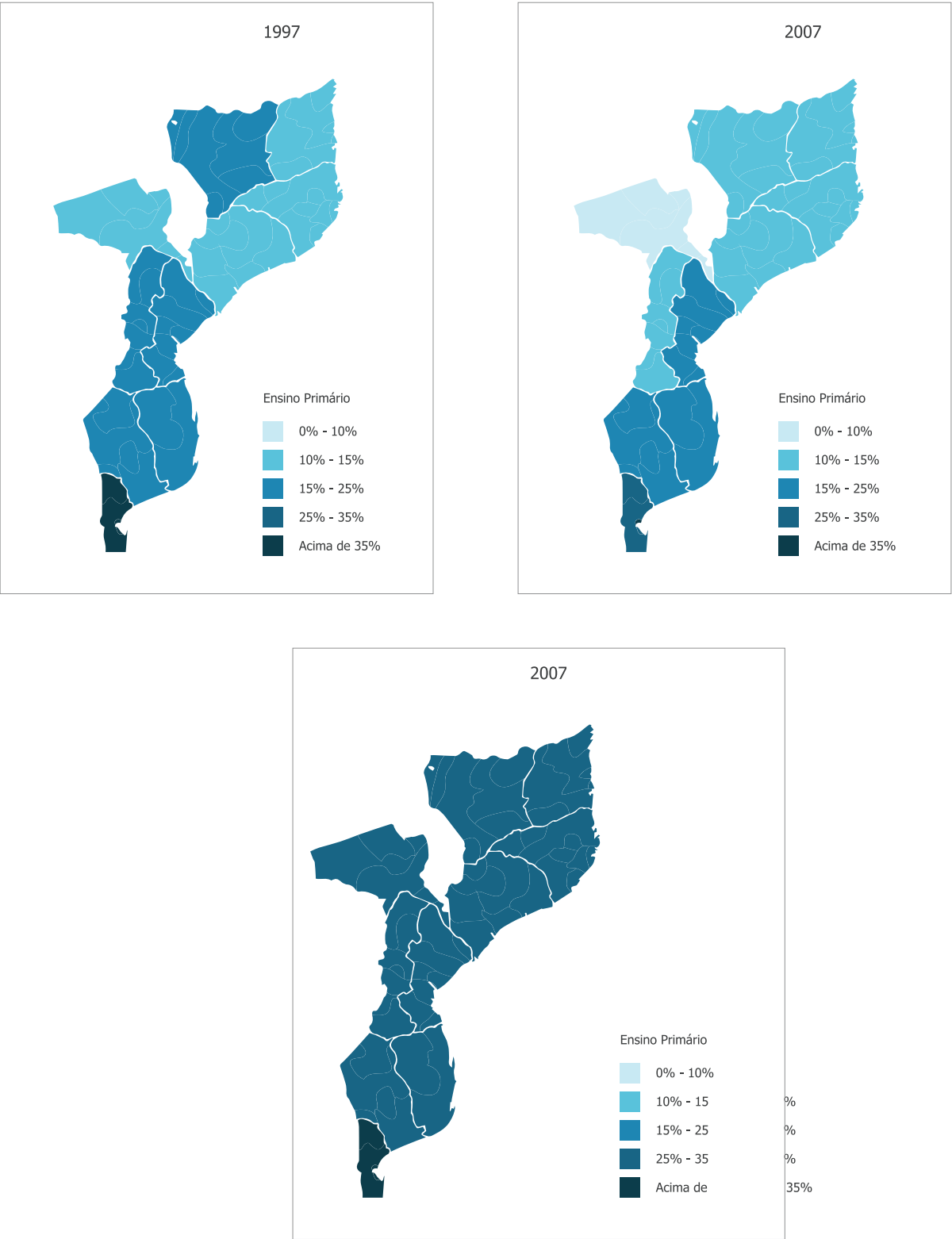
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 4: Distribuição percentual da população com nenhum nível de ensino concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.



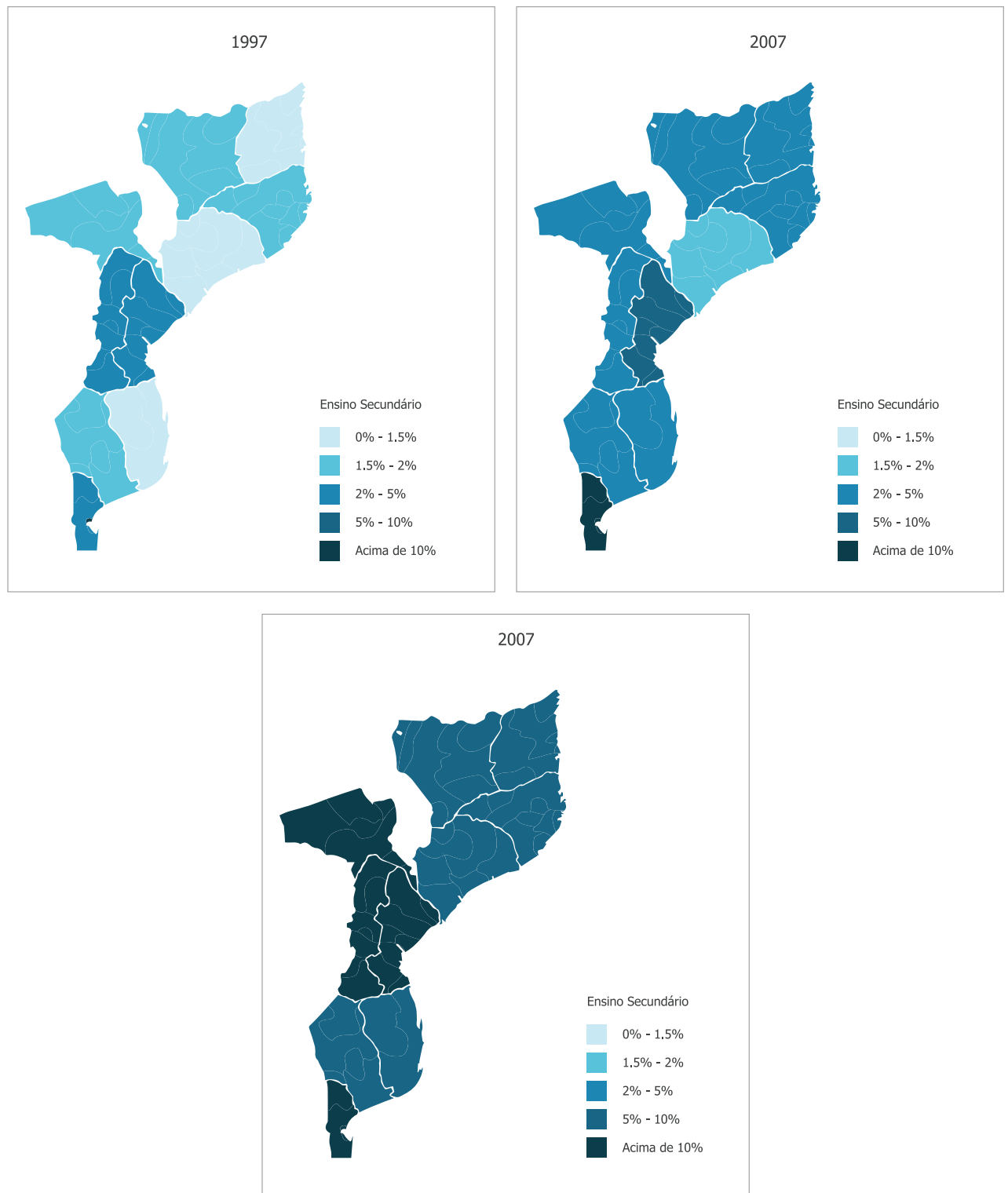
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Figura 5: Distribuição percentual da população com o nível de Ensino Primário (EP1 e EP2) concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Figura 6: Distribuição percentual da população com o nível de Ensino Secundário (ESG1 E ESG2) concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O perfil educacional da população adulta apresentou ganhos tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Ambas as áreas apresentaram forte declínio da proporção de pessoas sem escolaridade formal. Na área urbana, a percentagem de adultos nesta situação passou de 47% para 27% da população entre 1997 e 2017. Na área rural, a queda foi de 87% para 62% no mesmo período. A distribuição educacional se transformou de forma distinta nas duas áreas, com uma migração mais acentuada para

estratos educacionais mais elevados na área urbana, e para os estratos de nível primário na área rural. Na área urbana, além dos níveis de ensino primário, a prevalência de indivíduos que possuem escolaridade secundária aumentou consideravelmente nas duas décadas analisadas, assim como a prevalência de ensino superior. Já na área rural, os ganhos educacionais se concentraram na educação primária, especialmente no EP1.

Quadro 60: População de 25 anos e mais, por área de residência, segundo nível de ensino mais elevado concluído, Moçambique 1997, 2007, 2017.

Valor absoluto	1997				2007				2017			
	Urbano		Rural		Urbano		Rural		Urbano		Rural	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nenhuma escolaridade	61 978	47,2	310 130	87,8	57 849	47,8	305 406	83,4	82 372	27,0	350 213	62,0
Alfabetização	1 883	1,4	3 917	1,1	5 182	4,3	15 481	4,2	5 011	1,6	13 478	2,4
Pré-Escolar	-	-	-	-	-	-	-	-	5 571	1,8	10 259	1,8
Ensino Primário do 1º Grau (EP1)	33 488	25,5	28 922	8,2	18 222	15,1	27 474	7,5	55 622	18,2	107 407	19,0
Ensino Primário do 2º Grau (EP2)	19 372	14,8	7 548	2,1	16 431	13,6	12 023	3,3	53 115	17,4	49 468	8,8
Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo (ESG1)	7 152	5,4	1 524	0,4	8 944	7,4	3 232	0,9	37 007	12,1	17 657	3,1
Ensino Secundário Geral do 2º Ciclo (ESG2)	3 387	2,6	411	0,1	7 438	6,1	1 309	0,4	40 333	13,2	10 985	2,0
Ensino Técnico Elementar (ETE) **	1 052	0,8	204	0,1	1 063	0,9	293	0,1	753	0,3	342	0,1
Ensino Técnico Básico (ETB)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 818	0,6	444	0,1
Ensino Técnico Médio (ETM)	1 340	1,0	132	0,0	1 762	1,5	265	0,1	5 220	1,7	1 068	0,2
Curso de Formação de Professores Primários (CFPP)	477	0,4	427	0,1	974	0,8	744	0,2	2 101	0,7	1 404	0,3
Ensino Superior	1 241	0,9	42	0,0	3 216	2,7	162	0,0	16 025	5,3	2 006	0,4
Total	131 370	100	353 257	100	121 081	100	366 389	100	304 948	100	564 731	100

Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

** Para o ano de 1997 e 2007 o ETE e o ETB estão agregados pelo formato dos dados na base.

5.3.9 Reprodução Intergeracional da Desigualdade Educacional.

O conceito de “reprodução intergeracional da desigualdade educacional” se refere à ideia de que, em contextos de restrito acesso educacional, o nível educacional alcançado por indivíduos, em especial suas mães, pode vir a afetar, consideravelmente, as possibilidades de seus filhos frequentarem a escola. Nela, também estaria abarcada a noção de que o alcance educacional adquirido ou não em uma geração lhes representaria benefícios e constrangimentos, sendo estes materiais ou não, suficientemente importantes para que sejam repassados para a geração futura.

Entender o padrão de reprodução da desigualdade educacional em um país onde apenas um segmento muito pequeno da população tem acesso a níveis mais elevados de educação e recebe educação de uma boa qualidade é de extrema importância, especialmente quando este país está vivendo um forte processo de expansão educacional. Em outras palavras, este é um momento excelente de entender e como os padrões de desigualdade estão moldando o processo de expansão.

O Presente estudo tem a intenção de observar a transmissão intergeracional da educação em Moçambique tendo como base os dados da amostra de 10% do censo de 2017. Algumas adaptações precisaram ser feitas nos dados que geraram algumas pequenas restrições na possibilidade de analisar o efeito de variáveis de “background familiar” sobre o alcance educacional das crianças e adolescentes. Abaixo uma pequena sessão de métodos esclarece melhor as decisões necessárias.

5.5.1 Métodos.

Considerando, portanto, que, o principal intuito desta seção é investigar como as características de origem social dos indivíduos, ou seja, as características sociodemográficas de seus pais, em especial da sua mãe, são capazes de produzir efeitos sobre seus resultados educacionais e também sobre as oportunidades acessadas no mercado de trabalho, foi necessário encontrar uma forma de vincular, neste banco de dados, as mães e pais a seus respectivos filhos e filhas.

Sendo assim, a primeira alteração, neles produzida, foi a criação de um filtro onde foram selecionados filhos declarados como filhos biológicos, segundo as variáveis de posição no agregado familiar de acordo com relação que possuíam com seu chefe do agregado familiar. Nesta análise, apenas serão analisados os casos em que os filhos possuíam de 0-24 anos de idade e que moravam com seus pais no momento da coleta de dados. Estes dados serão separados por idades específicas a depender dos níveis educacionais analisados. É preciso entender que a depender da idade dos filhos e filhas selecionados para compor sub-amostras os resultados podem não refletir o comportamento de indivíduos do mesmo grupo de idade na população como um todo. Por exemplo, para a análise da origem socioeconômica sobre o alcance educacional dos filhos e filhas, talvez o mais interessante seria selecionar apenas filhos e filhas com 20-24 anos, uma vez que, nesta faixa etária, possuiriam tempo de vida o suficiente para terem experimentado todos os níveis de alcance educacionais. Entretanto, nesta idade, muitos destes filhos e filhas já constituíram suas próprias famílias e farão parte de outro agregado familiar e, muito provavelmente, agora em um papel de chefes e ou cônjuges. Para desempenharem os papéis de mães e pais foram selecionados indivíduos que, pertencendo aos gêneros masculino e feminino, foram descritos como sendo “pessoas de referência” e “cônjuges” e que possuíam filhos biológicos. Uma vez selecionados todos os indivíduos, os pais tiveram suas variáveis vinculadas aos casos de seus filhos, ou seja, nestas amostras, cada caso corresponde a um filho ou filha, que eram filhos biológicos e que residiam em um agregado familiar onde o chefe ou seu cônjuge declarou ser do sexo feminino e masculino.

5.5.2. Variáveis.

Nesta seção do trabalho, também se pretende comparar os contextos de desigualdade de acesso às oportunidades educacionais em áreas bem distintas do país foi feito um esforço no sentido de tornar minimamente compatíveis as variáveis que, ao longo deste trabalho, serão utilizadas. Abaixo, estas foram listadas e também descritas, caso tenham sido modificadas:

- a) Sexo;
- b) Idade;
- c) sabe ler e escrever;
- d) Nível de ensino frequentado;
- e) Nível de ensino concluído;
- f) Província
- g) Área de residência - Rural Urbano

5.3.9.3 Análises

Ao refletir sobre a transmissão intergeracional da desigualdade educacional, este trabalho se guia pela seguinte pergunta: em que medida a escolaridade dos pais, especialmente a das mães, é repassada a seus filhos? Tal questão, além de se referir à educação como um bem a ser herdado, diz respeito, fundamentalmente, ao que poder-se-ia chamar de facilitações de acesso social. Nesta expressão, estaria implícita a ideia de que pais altamente escolarizados facilitariam, tanto simbólica quanto materialmente, em contextos de forte desigualdade, o acesso de seus filhos ao mesmo ou a graus superiores de escolarização e, como consequência, posições sociais mais prestigiosas.

Quadro 61: Variação da frequência escolar do filho(a) a partir da alfabetização da mãe (filho(a)s de 6-24 anos de idade), Moçambique 2017.

Frequência escolar do filho(a)	Mãe não sabe ler e escreve		Mãe sabe Ler e Escrever		Total	
	N	%	N	%	N	%
Está a frequentar uma escola	163 984	40,1%	185 495	60,0%	349 479	48,7%
Alguma vez frequentou uma escola	61 511	15,1%	47 286	15,3%	108 797	15,2%
Nunca frequentou uma escola	183 071	44,8%	76 272	24,7%	259 343	36,1%
Total	408 566	100,0	309 053	100,0	717 619	100,0%

Fonte: INE, Censo 2017.

O nível educacional dos pais, em especial o da mãe tem um papel fundamental na presença do filho na escola. No Quadro 61 comparando as mães que declararam saber ler e escrever com as mães que declararam serem analfabetas, a proporção dos filhos com idades entre 6 e 25 anos de idade que estão a frequentar uma escola

sofre um aumento de 49,63%, passando de 40,1% para 60,0%. Da mesma forma, a redução na proporção dos filhos que declararam nunca terem frequentado uma escola quando se comparam mães alfabetizadas e mães não alfabetizadas é de 44,87%, mudando de 44,8% para 24,7%, respectivamente.

Quadro 62: Alfabetização do filho a partir da alfabetização da mãe (filho(a)s de 15-24 anos de idade), Moçambique 2017.

Sabe ler e escrever Mãe				
Sabe ler e escrever Filho		Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever	Total
Sabe ler e escrever	Valor Absoluto	74 236	91 414	165 650
	Percentagem	65,5%	94,8%	79,0%
Não sabe ler nem escrever	Valor Absoluto	39 039	5 008	44 047
	Percentagem	34,5%	5,2%	21,0%
NR	Valor Absoluto	22	13	35
	Percentagem	0,0%	0,0%	0,0%
Total		113 297	96 435	209 732
		100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE, Censo 2017.

O Quadro 62 permite observar a variação da frequência escolar dos filhos e filhas com idade de 15-24 anos, tendo como filtro a alfabetização da mãe. As mães que declararam saber ler e escrever contam com uma participação de 94,8% dos filhos e filhas alfabetizados. Por outro lado apenas 5,2% dos seus filhos e filhas declaram serem analfabetos. As mães que declararam

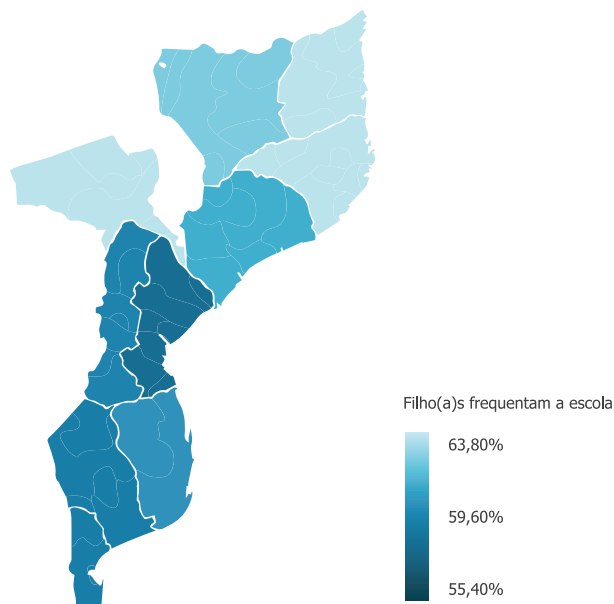
não saberem ler e escrever apresentam filhos e filhas com acessos educacionais bem mais restritos. Para as mães analfabetas observar-se uma outra realidade para seus descendentes. Nesta categoria 65,5% declararam saber ler e escrever enquanto 34,5% afirmaram não saber ler nem escrever.

Quadro 63: Frequência à escola filhos e filhas de 15-24 anos de idade de mães e pais com Ensino Primário do 2º Grau (EP2) concluído e mães e pais com nenhum grau concluído.

Província		Mãe com Primário (EP2) concluído %	Pai com Primário (EP2) concluído %	Mãe Nenhum grau concluído %	Pai Nenhum grau concluído %
Niassa	Está a frequentar uma escola	58,2%	53,0%	32,0%	30,0%
	Alguma vez frequentou uma escola	32,1%	27,9%	24,6%	21,8%
	Nunca frequentou uma escola	9,7%	19,1%	43,4%	48,2%
Cabo Delgado	Está a frequentar uma escola	55,5%	46,4%	29,3%	26,9%
	Alguma vez frequentou uma escola	34,4%	32,5%	29,3%	28,1%
	Nunca frequentou uma escola	10,1%	21,1%	41,4%	45,1%
Nampula	Está a frequentar uma escola	55,6%	53,3%	33,5%	32,5%
	Alguma vez frequentou uma escola	34,3%	33,9%	29,7%	25,9%
	Nunca frequentou uma escola	10,0%	12,8%	36,8%	41,6%
Zambézia	Está a frequentar uma escola	60,3%	50,5%	36,6%	35,0%
	Alguma vez frequentou uma escola	30,7%	35,1%	31,9%	28,4%
	Nunca frequentou uma escola	9,0%	14,4%	31,5%	36,6%
Tete	Está a frequentar uma escola	55,4%	47,9%	31,0%	28,2%
	Alguma vez frequentou uma escola	33,2%	35,8%	30,3%	27,3%
	Nunca frequentou uma escola	11,4%	16,3%	38,7%	44,5%
Manica	Está a frequentar uma escola	62,9%	59,6%	39,6%	39,3%
	Alguma vez frequentou uma escola	31,9%	32,9%	42,4%	39,8%
	Nunca frequentou uma escola	5,1%	7,5%	18,1%	20,9%
Sofala	Está a frequentar uma escola	63,8%	60,2%	39,3%	34,7%
	Alguma vez frequentou uma escola	30,7%	32,6%	38,8%	36,2%
	Nunca frequentou uma escola	5,5%	7,2%	21,9%	29,1%
Inhambane	Está a frequentar uma escola	62,5%	60,8%	39,7%	38,1%
	Alguma vez frequentou uma escola	33,2%	35,2%	49,2%	49,5%
	Nunca frequentou uma escola	4,2%	4,0%	11,0%	12,4%
Gaza	Está a frequentar uma escola	63,1%	60,1%	36,7%	36,9%
	Alguma vez frequentou uma escola	32,1%	36,8%	49,7%	48,0%
	Nunca frequentou uma escola	4,8%	3,1%	13,5%	15,0%
Maputo	Está a frequentar uma escola	63,0%	63,4%	46,0%	46,7%
	Alguma vez frequentou uma escola	33,8%	33,7%	47,4%	46,4%
	Nunca frequentou uma escola	3,2%	2,9%	6,6%	6,9%
Cidade de Maputo	Está a frequentar uma escola	61,8%	61,2%	48,6%	52,8%
	Alguma vez frequentou uma escola	35,4%	36,8%	47,0%	43,3%
	Nunca frequentou uma escola	2,8%	2,0%	4,4%	3,9%

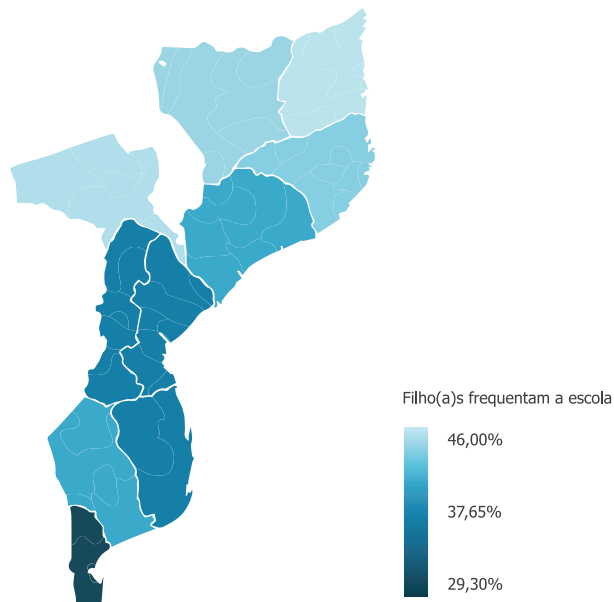
Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 7: Frequência à escola filhos e filhas de 15-24 anos de idade de mães com Ensino Primário do 2º Grau (EP2) concluído, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 8: Frequência à escola filhos e filhas de 15-24 anos de idade de mães com Ensino Primário do 2º Grau (EP2) concluído, Moçambique 2017.



Fonte: INE, Censo 2017.

A partir da análise do Quadro 63 e das Figuras 7 e 8, é possível perceber como está sendo distribuído o benefício educacional das mães e dos pais através das gerações por províncias. É possível comparar as proporções de filhos e filhas de 15-24 anos de idade que nunca frequentaram uma escola, já frequentaram uma escola e estão a frequentar uma escola a partir do alcance educacional de mães e pais. A recente expansão educacional, mesmo que restrita, está se difundindo nas diversas áreas do país. Em todas as 11 províncias é possível perceber o efeito positivo do que se chama de transmissão intergeracional da educação. Ou seja, jovens

os quais seus pais declaram ter o Ensino Primário EP2 concluído apresentam uma proporção muito maior entre aqueles que estão a frequentar uma escola. Por outro lado, jovens os quais seus pais declaram não ter nenhum grau concluído apresentam uma maior proporção entre aqueles que nunca frequentaram uma escola. Duas observações merecem ser feitas. Em primeiro lugar, este é um comportamento que atinge todas as províncias e, em segundo lugar, o efeito da escolarização da mãe apresenta como sendo o mais forte sobre a frequência dos filhos e filhas na escola.

Quadro 64: Alfabetização do filho a partir da alfabetização da mãe, por área de residência.

Sabe ler e escrever Mãe					
Área de residência			Não sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever	Total
Urbana	Sabe ler e escrever Filho	Sabe ler e escrever	53 294 60,7%	34 562 39,3%	87 856 100,0%
		Não sabe ler nem escrever	34 828 90,2%	3 797 9,8%	38 625 100,0%
		NR	18 75,0%	6 25,0%	24 100,0%
		Total	88 140	38 365	126 505
Rural	Sabe ler e escrever Filho	Sabe ler e escrever	69,7% 20 942 26,9%	30,3% 56 852 73,1%	100,0% 77 794 100,0%
		Não sabe ler nem escrever	4 211 77,7%	1 211 22,3%	5 422 100,0%
		NR	4 36,4%	7 63,6%	11 100,0%
		Total	25 157	58 070	83 227

Fonte: INE, Censo 2017.

No Quadro 64 é possível observar como a associação entre o analfabetismo da mãe e dos filhos pode ser detalhado por área de residência, urbano ou rural. Percebe-se claramente um viés urbano. Ou seja, um peso negativo forte para as crianças e adolescentes que moram em áreas rurais. De todos os filhos que residiam em áreas rurais e declararam não sabe ler nem escrever, 90,2% também eram filhos de mães analfabetas e apenas 9,8% eram filhos de mães que declaram saber ler e escrever. Por outro lado, 73,1% dos filhos residentes em áreas urbanas que sabem ler e escrever são filhos de mães também alfabetizadas. No caso de Moçambique onde em torno de 70,0% da população reside em áreas rurais, o “peso” do

sector rural pode confundir essa relação. Sendo assim, o ideal é fazer uma análise multivariada.

O local de residência (urbano versus rural) é uma variável muito pouco considerada no grupo das variáveis de origem social na pesquisa sobre estratificação e realização educacional. Lipton (1977) chama a atenção para uma tendência muito importante presente no processo de desenvolvimento econômico de nações periféricas. Ele argumentou que, acima de todas as outras fontes de desigualdade social, nos Países Menos Desenvolvidos, a diferença entre ter uma origem na área rural ou urbana pode ser o principal fator de estratificação

socioeconômica. Assim, essa diferença seria mais eficaz do que diferenças de classe, raça ou gênero. Ao mesmo tempo, ele argumenta que a desvantagem socioeconômica de ter origem rural aumentou fortemente o viés urbano no processo de desenvolvimento da maioria das nações menos desenvolvidas durante o século XX.

É importante notar que a relevância do fosso urbano-rural nos resultados educacionais tem sido muito abandonada na pesquisa sociológica. Hannum e Buchman (2005) e Buchmann e Hannun (2001) fizeram revisões abrangentes dos estudos sobre estratificação educacional em países em desenvolvimento. Elas propõem um modelo no qual o viés urbano poderia se encaixar como uma força macroestrutural no processo causal da estruturação da desigualdade educacional. Por outro lado, quando revisa-se a literatura sobre os fatores macroestruturais, o fosso urbano-rural é pouco mencionado como uma possível causa importante.

Alguns estudos mostram que na EUA, como em outras nações desenvolvidas, o efeito de ter uma origem rural no nível educacional dos indivíduos tende diminuir ao longo do tempo (Kuo e Hauser 1995). Com base em Lipton (1977), poder-se-ia esperar o oposto para Moçambique, ou seja, um efeito forte e crescente. Assim, a origem urbana/rural pode ser uma das variáveis de fundo mais importantes que influenciam o acesso e realização de níveis educacionais na sociedade moçambicana.

5.3.9.4 Análise Multivariada – Modelo de Regressão Logística.

O Quadro 65 traz os resultados do Modelo de Regressão Logística² para estimar as razões de chances de estar frequentando a escola para crianças e adolescentes

entre 3 e 17 anos de idade. A primeira observação a ser feita é que quase todos os coeficientes são significativos ($P < 0,001$).

Foram consideradas 20 variáveis independentes, considerando cada uma das províncias como uma variável. Observando a aplicação deste modelo aos dados da amostra de 10% do Censo Demográfico de Moçambique de 2017. Cada coeficiente estimado representa a mudança esperada no logaritmo das chances de estar frequentando a escola para um aumento unitário na variável independente correspondente, mantendo as outras variáveis preditivas constantes em determinado valor. Observa-se, por exemplo, que o fato de residir em uma área urbana eleva em 20,9% as chances de uma criança ou adolescente de estar frequentando uma escola, mesmo controlando por alfabetização dos pais, se mãe trabalha, se a mãe fala português, se está trabalhando ou se foi doméstico e ter nascido em qualquer uma das 11 províncias. O Gráfico 61 traz uma excelente representação comparativa do comportamento dos coeficientes.

O forte efeito positivo da área de residência urbana sobre as chances educacionais de crianças e adolescentes deve ser entendido como resultado de um modelo de desenvolvimento socioeconômico que tem marcado o processo de expansão educacional de outros países (Fernandes, 2004 e Salata, 2020). Este modelo é caracterizado por promover um processo de expansão educacional com uma forte concentração de oportunidades educacionais na área urbana em detrimento da rural e, como consequência, cristaliza muita desigualdade social mesmo em face a um desenvolvimento econômico pujante.

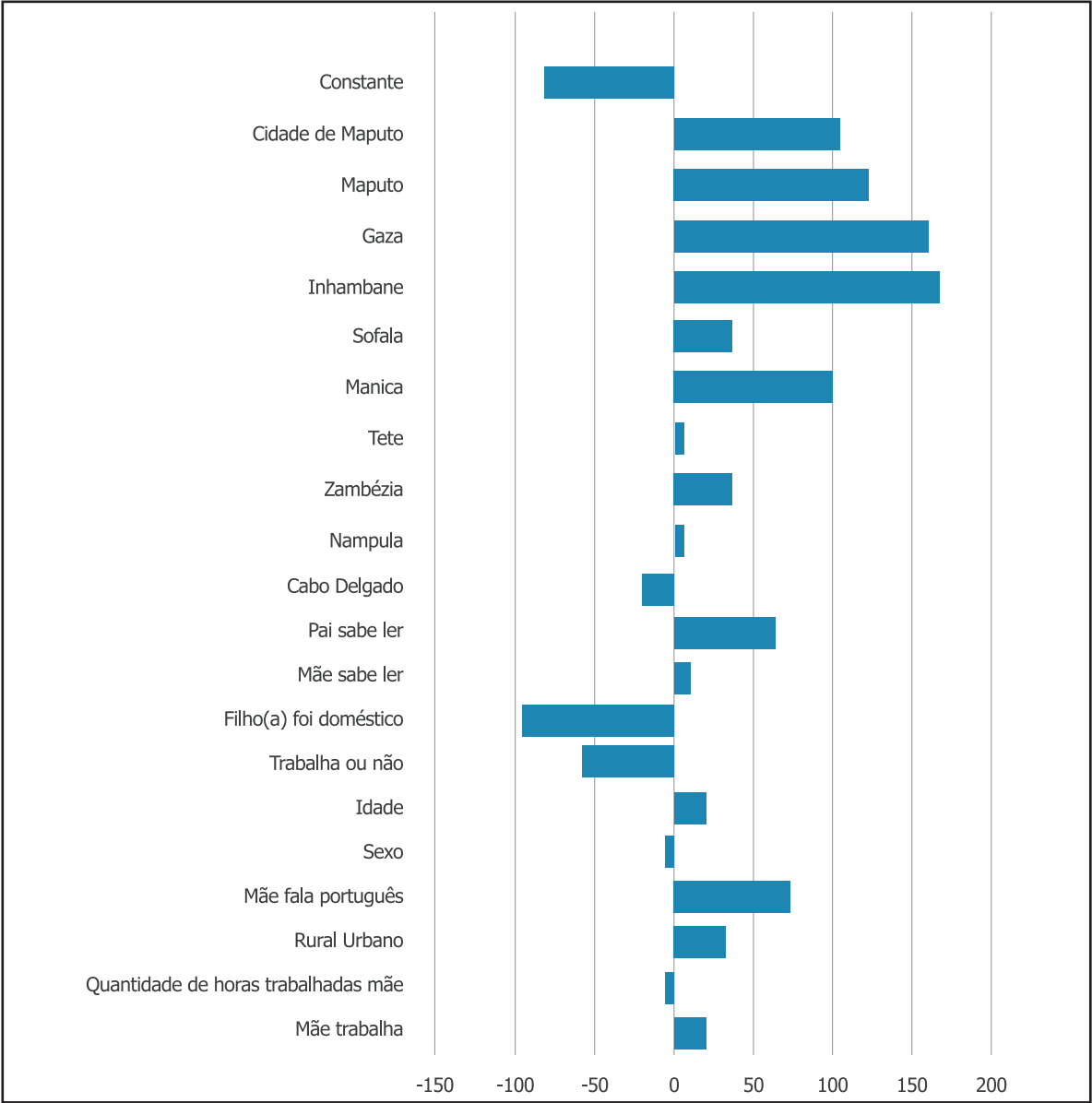
² Resultados completos encontram-se no Anexo.

Quadro 65: Coeficientes do modelo logístico para os determinantes da frequência à escola para filho(a)s de 3-17 anos de idade.

	Coeficientes B	exp(B)	Incremento Percentual (RC - 1 X 100)
Mãe trabalha sim não (ref)	0 123	1 131*	13,1
Quantidade de horas trabalhadas mãe	-0 016	0 985*	-1,5
Local de Moradia urbano rural (ref)	0,19	1 209*	20,9
Mãe fala português sim não (ref)	0 481	1 617*	61,7
Sexo masculino feminino (ref)	-0 018	0 982	-1,8
Idade	0 117	1 125*	12,5
Trabalha sim não (ref)	-0 772	0 462*	-53,8
Filho(a) foi doméstico sim não (ref)	-4 051	0 017*	-98,3
Mãe sabe ler sim não (ref)	0 036	1 036*	3,6
Pai sabe ler sim não (ref)	0 467	1 595*	59,5
Província Niassa (ref)	-0 094	0 91*	
Cabo Delgado	0 012	1 012	-9
Nampula	0 302	1 353*	1,2
Zambézia	0 02	1 02	35,3
Tete	0 695	2 003*	2
Manica	0 294	1 341*	100,3
Sofala	0 98	2 666*	34,1
Inhambane	0 968	2 633*	166,6
Gaza	0 791	2 206*	163,3
Maputo	0 705	2 024*	120,6
Cidade de Maputo			102,4
Constante	-1 458	0 233	-76,7

Fonte: INE, Censo 2017. Variável Dependente: Frequência à Escola. Nível de significância < 0,001. Detalhes sobre as variáveis, níveis de mensuração e valores originais e adaptados estão resumidos no Quadro 61.

Gráfico 61: Coeficientes do modelo logístico para os determinantes da frequência à escola para filho(a)s de 3-17 anos de idade.



Fonte: INE, Censo 2017. Representação gráfica dos coeficientes do Modelo de Regressão Logística,

Outro ponto de muita importância é o efeito da criança ou adolescente ter declarado ter sido doméstico ou ter trabalhado na semana de referência diminui em -53,80 -98,30% as chances dele(a) estar a frequentar uma escola. O trabalho infanto-juvenil e o trabalho doméstico contribuem para a defasagem escolar na medida em que promove a repetência a evasão, pois as longas jornadas de trabalho, as quais são submetidos rouba-lhes o tempo de escola e do ócio necessário ao seu desenvolvimento (Alberto et al. 2011).

TANTO O TRABALHO INFANTO-JUVENIL COMO O TRABALHO DOMÉSTICO CONTRIBUEM PARA A DEFASAGEM ESCOLAR NA MEDIDA EM QUE PROMOVE A REPETÊNCIA A EVASÃO

A naturalização e estímulo ao trabalho infanto-juvenil doméstico contribui de forma silenciosa para um ciclo vicioso em que a perda da infância e da adolescência combinados com a precária escolarização o que compromete e a transição para o mundo adulto de forma preparada. Desta forma, serão adultos com um capital cultural restrito e menos qualificado para repassar para seus descendentes. De acordo com ECLAC/ILO (2022), ao analisarem a incidência de trabalho infantil e adolescente em países da América Latina e Caribe existem 4 características principais deste fenômeno que concorrem diretamente com a escolarização:

- 1) atividades agrícolas são as que mais absorvem a mão de obra infanto-juvenil;
- 2) boa parte deste trabalhos estão associados a trabalhos em organizações familiares e sem nenhuma remuneração;

3) Uma terceira característica comum é a acentuada divisão de gênero do trabalho do infantil. Meninos apresentam uma taxa maior de trabalho produtivo fora de casa do que meninas. Por outro lado, meninas concentram seu trabalho em atividades domésticas e de cuidado não remuneradas e

4) Uma quarta característica é que o trabalho de crianças e adolescentes atinge povos indígenas e afrodescendentes em maior medida.

Poder-se-ia sugerir que o círculo vicioso que alimenta a pouca e má distribuída da educação em Moçambique, com peso maior das áreas rurais, seria que a má qualidade da estrutura educacional (oferta de poucas horas, professores despreparados, falta de merenda, etc.) faz que com a escola seja pouco atraente, o que a e contribui para a inserção precoce no trabalho, especificamente no trabalho infantil feminino doméstico, ao mesmo tempo que esta ocupação incide sobre meninos e meninas que possuem baixa qualificação educacional.

A participação da mãe com o mercado de trabalho apresenta um relação bem interessante com a presença dos filhos na escola. Enquanto a presença da mãe no mercado de trabalho aumenta as chances do filho ou filha frequentarem uma escola em 13,1%, cada uma hora a mais da mãe no trabalho diminuem estas chances em 1,5%. Ou seja, mães que trabalham colocam seus filhos na escola, mães que passam mais tempo envolvidas no trabalho tem dificuldades de manter os filhos na escola.

Existe ainda uma questão cultural forte na determinação da probabilidade da criança e/ou adolescentes estarem na escola. Mães que declararam falar português impulsionam a chance da frequência escolar em 61,7%. O fato de que a maioria das escolas apenas ensinam através do idioma português possa explicar este efeito, pode-se entender também que pessoas que dominam o idioma português tendem a valorizar mais a educação formal.

Em suma, crianças e adolescentes moçambicanos precisam de ter as mesmas estruturas escolares nos meios urbanos e rurais, não trabalharem fora de casa, não serem domésticos, mães que falem português e que trabalhem poucas horas.



6 > Interpretação

Nos últimos 50 anos, Moçambique tem vindo a sofrer grandes transformações que se fazem repercutir significativamente na Educação, como se pode ver, por exemplo, no Gráfico 1 do Capítulo 2, onde a evolução do número de estudantes matriculados na escola primária está representada. Este estudo debruçou-se sobre a cobertura da Educação e na avaliação do estoque educacional, baseado no recenseamento de 2017 e sua evolução de 1997 a 2017.

Após um longo período de cerca de 16 anos de guerra, a paz foi implementada em 1992. Durante o período de guerra praticamente todas as escolas nas áreas rurais (onde vivia a grande maioria da população do país) foram destruídas quebrando assim o esforço de alargar as escolas a todas as crianças moçambicanas e pondo em causa a obrigatoriedade de ensino primário. Com a paz, o Governo, em conjunto com a comunidade internacional, lançou um grande programa de reabilitação das escolas destruídas assim como de reforço na formação de professores, entre outros. Assim, os dados do Censo de 1997 ainda reflectem as consequências de uma longa guerra, que adicionadas ao nível de educação extremamente baixo a seguir à Independência de 1975, têm como consequência um nível de cobertura da educação assim como um estoque educacional ainda extremamente baixos.

Numa análise geral, pelo que foi apresentado ao longo deste estudo, de 1997 a 2017, assiste-se a uma expansão educacional no país, quer no que se refere à cobertura quer no que se refere ao estoque. A taxa de analfabetismo baixou de 62,4% para 38,9% nesse período, em todos os níveis de ensino o número de estudantes aumentou e o número de pessoas graduadas aos vários níveis cresceu significativamente.

No entanto, durante esse período, a população cresceu de 15,3 milhões de pessoas em 1997 para 20,6 milhões em 2007 e 26,9 milhões em 2017. A faixa etária de 6-12 anos, idade oficial do ensino primário, cresceu de 2,9 milhões de crianças em 1997 para 4,2 milhões em 2007 e por sua vez para 5,7 milhões em 2017. Se a taxa média de crescimento anual deste grupo se manteve constante, em 2018 deveria ter havido mais 181 mil crianças de idades 6-12 que em 2017 e, em 2023 deverá haver mais 217 mil crianças deste grupo etário que no corrente ano. Considerando uma faixa etária mais alargada para incluir a idade de ensino secundário, semelhante raciocínio pode ser feito para a faixa etária 6-18 anos de idade, que em 2022 teria cerca de 10,9 milhões o que leva a um acréscimo anual a partir de 2022 na ordem das 320 mil crianças e jovens. Isto significa que todos os anos, em cada ano, os planos da educação para o ano seguinte deverão manter as escolas desse ano e considerar o que fazer com os referidos acréscimos, já sem falar do que fazer com as crianças que não puderam matricular-se no ano anterior. Esta é a realidade que o país tem vivido nos últimos anos e a análise aqui feita reflecte esta situação

Estoque educacional

O perfil de escolaridade adulta da população de Moçambique se alterou profundamente entre 1997 e 2017. A análise das taxas de analfabetismo e níveis de ensino concluídos pela população adulta demonstrou os efeitos da forte expansão educacional sofrida nas últimas duas décadas, especialmente para as coortes mais jovens, com idades inferiores a 35 anos. Estes, que passaram pela idade ideal de escolarização durante o aumento da oferta educacional percebido entre 1997 e 2017, foram os que mais contribuíram para a melhora na composição educacional do país, apresentando as menores taxas de analfabetismo, bem como as maiores proporções de indivíduos com os ensinos primário, secundário e superior completo. O efeito geracional na composição educacional da população adulta é inequívoco, e conta, ainda, com um estoque de população em faixas etárias mais velhas com elevada percentagem de indivíduos sem nenhuma escolaridade, ou com níveis de formação muito baixos. Neste sentido, é possível esperar que haja uma melhora progressiva no perfil educacional da população como um todo com o passar dos anos, e da força de trabalho do país, à medida em que as coortes mais envelhecidas forem deixando as idades produtivas e sendo substituídas pelas mais jovens.

Além do perfil etário, as diferenças por sexo também são marcantes. Conforme demonstrado pela análise descritiva, e pelo modelo logístico estimado, as mulheres apresentam maiores chances de serem analfabetas, mesmo controlando por local de residência, província e grupo etário. Ao longo do tempo é possível perceber uma melhora expressiva na alfabetização feminina, que progrediu mais rapidamente que a masculina. No entanto, as diferenças entre os sexos permanecem elevadas. Em 2017, após décadas de expansão do sistema de ensino, as mulheres apresentavam níveis de alfabetização equiparáveis aos dos homens 20 anos antes, segundo os dados dos recenseamentos de 1997 e 2017. Uma vez inseridos no sistema de ensino, há também importantes diferenças na escolaridade alcançada entre homens e mulheres. Ao longo do tempo, houve uma redução considerável na proporção de homens e mulheres sem escolaridade, e a velocidade da queda foi maior entre as mulheres entre 1997 e 2017, em relação aos homens. A vantagem feminina na velocidade dos ganhos pode ser percebida também em níveis de ensino mais elevados. O crescimento da escolaridade feminina se deu em ritmo maior do que a masculina, tanto no Ensino Primário (EP1 e EP2) quanto no Secundário (ESG1 e ESG2), o que contribui para a redução das desigualdades de gênero no período. No entanto, a escolaridade masculina permanece consideravelmente mais elevada que a feminina, e o diferença entre os sexos se aprofunda à medida em que se consideram níveis de escolaridade mais elevados.

Outra dimensão de análise relevante no perfil educacional da população adulta é o local de residência. O modelo de regressão logística estimado indicou a maior probabilidade de um indivíduo com mais de 15 anos ser alfabetizado estando na área urbana, em relação às da área rural, mesmo depois de consideradas as diferenças nas características demográficas. Neste sentido, a análise de tendência temporal realizada a partir da descrição dos dados entre 1997 e 2017 indicou não só a queda na proporção de analfabetos na população, mas sua concentração nas áreas rurais. Tal concentração é fruto de um processo no qual a maior velocidade na alfabetização na área urbana é resultado tanto do maior acesso ao sistema de ensino, mas também da migração de indivíduos com maior escolaridade para as áreas urbanas.

Os resultados apontaram importantes diferenças regionais na escolaridade adulta. Entre as províncias, a hierarquia quanto ao perfil educacional muda pouco entre os recenseamentos de 1997 e 2017, apesar do nível de escolaridade aumentar consistentemente em todas elas. A desigualdade regional na escolaridade adulta fica evidente na persistente diferença entre os níveis de alfabetização da população acima dos 15 anos nas províncias de Maputo e Gaza e as demais. O mesmo pode ser observado nas diferenças entre estas duas localidades e as demais províncias quanto a proporção de adultos com ensino primário e secundário completos, e de forma ainda mais patente, a prevalência de ensino superior. Apesar da inequívoca vantagem de Maputo e Gaza nos indicadores educacionais referentes à população adulta, é possível observar uma convergência na proporção de adultos com EP1 e EP2 entre as províncias ao longo do tempo, com redução das desigualdades regionais no período.

É de notar ainda que a diminuição da taxa de analfabetismo se deve fundamentalmente à escolarização ao longo dos anos 1997-2017. Na verdade, apenas 1% das pessoas que alguma vez frequentou ou frequenta alguma escola declararam que o nível mais alto que frequentaram foi a alfabetização.

6.2 Cobertura Educacional – Frequência Escolar.

Como já foi referido atrás, de 1997 a 2017 houve um crescimento de frequência escolar generalizado em todos os níveis de ensino, mas é fundamental notar que na verdade o crescimento principal foi no período 1997 a 2007. De 2007 a 2017, o número de pessoas que frequentam qualquer nível de ensino cresceu, mas as taxas de escolarização do ensino primário decresceram significativamente, não

acompanhando o crescimento populacional. Não só as taxas de atendimento diminuíram significativamente neste nível de ensino, como o número total de crianças que não vai à escola aumentou consideravelmente. Por exemplo, a percentagem de crianças de 6-10 anos de idade que frequenta o Ensino Primário do 1º Grau baixou de 58% em 2007 para 41% e o número de crianças nesta faixa etária que não vai à escola cresceu de 1,34 milhões de crianças em 2007 para 2,55 milhões em 2017. De modo semelhante, a percentagem de crianças no grupo etário 6-12 anos que frequenta o ensino primário decresceu de 62% em 2007 para 47% em 2017.

O NÚMERO TOTAL DE CRIANÇAS QUE NÃO VAI À ESCOLA AUMENTOU CONSIDERAVELMENTE. A QUEBRA MAIOR DE FREQUÊNCIA ESCOLAR DÁ-SE NAS IDADES 6-8.

A quebra maior de frequência escolar dá-se nas idades 6-8, onde as percentagens de crianças que vão à escola em 2017 são respectivamente 25%, 32% e 36%, enquanto as correspondentes percentagens em 2007 são 35%, 57% e 65%. A partir dos 9 anos de idade, a frequência cresce significativamente, mas sempre inferior a 2007. Na verdade, a estimativa da taxa bruta de escolarização para o Ensino Primário do 1º Grau (razão entre o número total de alunos que frequenta um nível e o número total de pessoas com a idade adequada para esse nível), é de 75% em 2017 contra 105% em 2007.

Há diferenças de frequência no EP1 nas áreas urbanas e rurais em 2017, mas essas diferenças em 1997 eram

maiores que nos períodos seguintes, na verdade, embora ainda persistam, têm vindo a diminuir significativamente. É de notar que a partir dos 11 anos de idade, a frequência escolar no EP1 nas áreas rurais é ligeiramente mais alta do que nas áreas urbanas, sugerindo assim um ingresso mais tardio. No que se refere aos diferenciais por sexo nota-se que em 2017 a frequência de rapazes e raparigas no EP1 é praticamente a mesma, com pequenas diferenças a partir dos 11 anos de idade. Quer no que se refere à dicotomia urbano rural quer no que se refere à participação da rapariga no EP1, houve avanços significativos a partir de 1997.

As desigualdades entre as províncias são muito marcantes no que se refere à frequência do EP1: em 1997 na cidade de Maputo, por exemplo, as percentagens de crianças entre os 7 e os 11 anos a frequentar o EP1 é de cerca de 80% ou ainda mais alta, enquanto que em Cabo Delgado as percentagens de crianças com estas idades a frequentar o EP1 variam entre 20% e 40%. Entre 1997 e 2007 as taxas das províncias de menores taxas de escolarização aumentaram mais rapidamente que as outras diminuindo assim a variação entre elas. De 2007 a 2017 a frequência no EP1 diminuiu de modo semelhante em todas as províncias e assim se mantiveram as variações de 2007. É interessante notar que de 1997 a 2017, há uma concentração de frequência em idades mais baixas, particularmente nas províncias de maior atendimento escolar.

A estimativa da taxa líquida de Escolarização do Ensino Primário do 2º grau a partir dos dados do censo de 2017 é de 17%, consideravelmente mais baixa que a do 1º Grau que é de 41%. No entanto é uma taxa significativamente superior à de 1997 (2%) e 2007 (17%). Assim, embora a frequência escolar tenha aumentado no período 1997-2017, nota-se ainda assim um decréscimo de frequência considerável do EP1 para o EP2, o que sugere que só uma pequena percentagem frequenta o ensino primário na faixa etária prevista. Além disso, a taxa bruta do EP2 estimada é 64%, sugerindo assim que a frequência escolar do EP2 vai muito para além da idade prevista e de facto, dos estudantes do EP2, apenas um quarto são crianças de 11 e 12 anos, e adolescentes/jovens com 15 anos e mais representam cerca de 40% do total das pessoas que declararam frequentar esse grau.

Há uma grande variação entre a frequência no EP2 nas áreas rurais e nas áreas urbanas, e é particularmente notória a diferença entre as áreas rurais e as áreas urbanas nas províncias do norte. Por exemplo, em Nampula a frequência no EP2 nas áreas urbanas é mais do que o dobro do que nas áreas rurais, enquanto que em Inhambane praticamente não há diferenças. No que se refere aos diferenciais por sexo, o atendimento escolar neste nível é pouco diferenciado, de facto, em 2017, há cerca de 9% mais pessoas do sexo masculino em relação ao sexo feminino a frequentar este nível. No entanto é interessante observar que o número de crianças com 11 e 12 anos tem mais mulheres que homens a frequentar a escola, mas a partir dos 13 anos esta relação inverte-se. Além disso, a participação por sexo neste nível de ensino é muito variável por província: em Gaza a participação masculina representa menos 10% que a participação feminina, enquanto na Zambézia a participação masculina é 24% mais elevada que a feminina. A variação ao nível das províncias é muito elevada e, de 2007 a 2017 esta variação aumentou, particularmente entre os 11 e os 13 anos. Como exemplo das variações em 2017, vê-se que entre 40% a 50% das crianças com estas idades na Cidade de Maputo frequentava o EP2 enquanto em Cabo Delgado apenas cerca de 10% das crianças com estas idades frequentavam este nível de ensino.

O número de alunos do Ensino Secundário, seja o ESG1 ou o ESG2, cresceu contínua e consideravelmente de 1997 para 2017, embora ainda só representem respectivamente 15% e 7% do total de estudantes em 2017. É de notar contudo que há uma diferença considerável entre o atendimento nas áreas rurais e nas áreas urbanas, assim como entre as províncias. Do total de alunos em 2017, 64% e 82% dos alunos no ESG1 e no ESG2 estavam nas áreas urbanas embora a maioria da população do País viva nas áreas rurais, e uma parte considerável nas províncias do Sul. Em 2017 a Taxa Líquida de escolarização do ESG1 foi de 15% enquanto que a Taxa Bruta foi de 46%.

O Ensino Técnico Profissional é incipiente mas de 1997 a 2017 todos os níveis de Ensino Técnico cresceram

significativamente, em particular o Ensino Médio que neste período viu os efectivos crescerem 4 vezes. Em 2017, o número de estudantes no ETE, ETB e ETM foram 5 284, 13 426 e 22 640, fundamentalmente nas áreas urbanas.

A necessidade premente de professores para o ensino primário em quantidade não é satisfeita pelos cursos de formação de professores primários. Em 2017, o número de estudantes nos Cursos de Formação de Professores Primários foi de 7 978, menos que em 2007 e mais do que em 1997. Uma vez que o Curso de Formação de Professores Primários tem duração de 3 anos, não mais de um terço dos estudantes, em média, conclui o curso em cada ano, o que é claramente insuficiente para acomodar o grande acréscimo de estudantes devido ao crescimento populacional. Além disso, o número total de pessoas que frequenta ou frequentaram um curso de Formação de Professores do Ensino Primário em 2017 era de 32 933 (os Quadros publicados pelo INE indicavam o número 25 278), o que manifestamente representa um número de professores qualificados extremamente baixo para os 4,1 milhões de crianças do ensino primário, sem contar com o facto de uma vasta gama de crianças e jovens que não frequentam a escola.

Em 2017 o número de raparigas que frequentam o CFPP é ligeiramente superior ao dos rapazes, e no passado praticamente não se registaram diferenças. Além disso a maior parte dos alunos destes cursos encontram-se nas áreas urbanas. Dado o exíguo número de estudantes e o facto de se tratar de uma amostra, a sua desagregação por províncias será pouco significativa.

O Ensino Superior tem-se desenvolvido dramaticamente: desde 1997 o número de estudantes cresceu cerca de 20 vezes e a maior parte deste crescimento realizou-se nas áreas urbanas. Os efectivos nas províncias do sul, em particular na cidade de Maputo são muito mais numerosos do que nas províncias do norte, mas é notável que em todas as províncias haja Universidades quando na grande maioria das províncias não havia nenhuma.

6.3 Reprodução intergeracional da desigualdade educacional.

Analisando a reprodução intergeracional da desigualdade educacional verifica-se que comparando as mães que declararam saber ler e escrever com as mães que declararam serem analfabetas, a proporção dos filhos com idades de 6-24 anos de idade que estão a frequentar uma escola sofre um aumento de 49,6%, passando de 40,1% para 60,0%. Da mesma forma, a redução na proporção dos filhos que declararam nunca terem frequentado uma escola quando se comparam mães alfabetizadas e mães não alfabetizadas é de 44,9%, mudando de 44,8% para 24,7%, respectivamente. Além disso, a quase totalidade dos filhos das mães que sabem ler e escrever são alfabetizados.

Em todas as 11 províncias é possível perceber o efeito positivo do que se chama de transmissão intergeracional da educação. Ou seja, jovens (15-24 anos de idade) os quais seus pais declaram ter o Ensino Primário EP2 concluído apresentam uma proporção muito maior entre aqueles que estão a frequentar uma escola. Por outro lado, jovens os quais seus pais declaram não ter nenhum grau concluído apresentam uma maior proporção entre aqueles que nunca frequentaram uma escola. No entanto, o trabalho infanto-juvenil e o trabalho doméstico

contribuem para a defasagem escolar na medida em que promovem a repetência e a evasão, pois as longas jornadas de trabalho, as quais são submetidos roubam-lhes o tempo de escola e do ócio necessário ao seu desenvolvimento.

6.4 Síntese.

Em síntese, o estoque educacional da população tem vindo a crescer ao longo do período 1997-2017. No entanto, o aumento significativo do número de pessoas que frequentou a escola no passado e o facto de no passado o atendimento escolar ser extremamente baixo, conduz a um crescimento contínuo do estoque educacional da população Moçambicana em número, mesmo se as taxas de frequência escolar se reduzam consideravelmente num determinado período. Na verdade o ritmo do crescimento do estoque desacelerou e o número dos que nunca frequentaram a escola aumentou.

Esta situação deve-se fundamentalmente ao crescimento populacional que não está a ser acompanhado com um crescimento de estudantes correspondentemente. Particularmente preocupante é a falta de acesso de um grupo considerável de crianças ao ensino primário que poderá a estar a por em causa a obrigatoriedade deste nível de ensino.



7 > Implicações de Política

O estudo aqui apresentado sobre o sector da Educação em Moçambique engloba o conjunto de análises que as autoras consideraram fundamentais a partir dos dados do Censo de 2017 e também da sua comparação com os dados dos Censos de 1997 e 2007. Neste sentido, importa aqui realçar que não se pretendeu apresentar uma análise extensiva e completa deste importante sector da sociedade, mas somente retirar dos dados primários dos censos a informação neles contida que seja relevante para a melhoria do sector de educação. As implicações do estudo aqui apresentado para a política incluem propostas de rumos para a elaboração de políticas públicas educacionais específicas, mas incluem também alertas que transcendem o sector da educação pois, como referido na Introdução deste estudo, os objectivos de desenvolvimento são multifacetados e os resultados de um sector afectam os outros sectores.

Devido ao efeito combinado de alta taxa de fecundidade e baixa taxa de mortalidade, a população em idade escolar tem vindo a aumentar continuamente e prevê-se que continue a aumentar consideravelmente nos próximos anos colocando assim sérios desafios na implementação da escolaridade obrigatória. Esta constatação vai ao encontro das preocupações do Ministério de Economia e Finanças assim como do UNFPA (UNFPA e MEF, 2018) que dizem “A alta taxa de fecundidade tem causado um elevado crescimento populacional e uma população dependente comparativamente à população em idade activa. Esta população dependente cria desafios às famílias e ao governo na provisão de serviços.”

Sugerir apenas que se aumente a cobertura escolar talvez seja pouco realista, uma vez que, como mencionado na Introdução deste documento, a percentagem do PNB dedicado à educação já é dos mais altos de África. E aumentar a cobertura com um aumento significativo de alunos por turma, salas de aula debaixo da árvore, professores sem formação, sê-lo-á à custa de uma diminuição de qualidade significativa.

Como a experiência de vários países – o Brasil e os países do Leste Asiático, entre outros - tem mostrado, a aceleração da transição demográfica pode melhorar a cobertura da educação e ao mesmo tempo possibilitar maior investimento na qualidade. Isso acontece porque alterações na estrutura de idades, devido à diminuição da fecundidade, melhoram a relação entre o número de pessoas em idades activas e o número de crianças dependentes. Por sua vez, este processo de aumento da cobertura escolar e melhoria da qualidade do ensino, com uma atenção especial à educação da rapariga, é um dos factores – junto com a urbanização, a transformação da estrutura económica e as modalidades de cuidado das pessoas idosas - que aceleram a transição demográfica. Raparigas mais educadas, se tiverem acesso ao planeamento familiar, tendem a ter menos filhos, o que contribui para o aceleramento da transição demográfica. Assim, a educação da rapariga e investimentos no acesso ao planeamento familiar não devem ser vistos em competição, mas sim dois processos que, conjuntamente e em combinação com outros factores estruturais, possibilitam um desenvolvimento educacional real (Lutz, 2014). Entretanto, como foi indicado no primeiro parágrafo, os dados em que se

baseia o presente estudo não permitem uma análise mais sistemática dos diferentes fatores envolvidos nesta relação, seus pesos relativos e suas interações.

Há outras constatações sobre a Educação no País que se tiraram ao longo do estudo e que clamam por outras políticas que podem a curto prazo representar numa melhoria significativa deste sector.

O nível baixo da frequência escolar das crianças e da escolarização dos jovens adultos, apontam para a necessidade de abordar esta questão de uma forma mais pragmática. A elaboração de políticas públicas educacionais voltadas para a população adulta é consideravelmente mais desafiadora que àquela voltada para crianças e jovens. Os adultos, uma vez fora do sistema educacional, tem pouca propensão à retornarem ao processo de escolarização interrompido. No entanto, dado o cenário aqui exposto, é importante se pensar em políticas que permitam a alfabetização e escolarização de adultos, em especial a dos adultos jovens, de forma que o numeroso grupo de indivíduos analfabetos em faixas etárias mais jovens tenha acesso a alguma educação formal. Cerca de 28% dos jovens de 15-19 anos declararam não saber ler e escrever em 2017. Esta percentagem atinge quase um terço (32%) da população de 25-29 anos. Considerando a longo período no qual estes jovens integrarão a população e a força de trabalho, levando consigo tais deficiências educacionais, é importante atuar de forma a inseri-los em programas de alfabetização com perfil voltado para a população adulta, tendo em perspectiva as restrições de tempo e as demandas económicas e sociais concomitantes, inerentes a esta fase do ciclo de vida.

A escolarização e alfabetização de jovens adultos com alguma educação formal também é necessária, uma vez que jovens em idade escolar apresentam perfil educacional abaixo do ideal, e em grandes proporções. A reinserção destes indivíduos no sistema de ensino enfrenta desafios quanto ao acesso ao sistema estando fora da idade ideal para cursar determinado nível, quanto a possibilidade de fazê-lo ao mesmo tempo em que se participa do mercado de trabalho, e quando à percepção de atratividade do conteúdo e dos retornos dessa formação no mercado de trabalho. A educação de jovens e adultos é, no entanto, ferramenta fundamental para a melhora na composição educacional da população e da força de trabalho não dependa apenas da ação inercial da substituição de coortes mais velhas e menos escolarizadas, por outras mais jovens e com maior escolaridade. Mesmo neste caso, Moçambique conta com

uma parcela expressiva de adultos jovens com pouca ou nenhuma escolaridade, que se não forem atraídos de volta para o sistema de ensino em classes de alfabetização ou escolarização, contribuirão negativamente por décadas futuras para a composição educacional da população, e para a baixa qualificação e produtividade da mão-de-obra.

Um outro aspecto crucial é garantir uma distribuição mais inclusiva da oferta da educação, particularmente ao nível do ensino primário, no que se refere às áreas rurais e às Províncias do Norte. De 1997 a 2007, houve notáveis progressos neste sector, mas em geral depois de 2007 houve uma estagnação ou mesmo um retrocesso. De modo semelhante, mais atenção deve ser dada à educação da mulher, embora as disparidades não sejam tão gritantes como as disparidades regionais. Garantir que a rapariga continue na escola para além do início da adolescência, trará benefícios consideráveis ao desenvolvimento da sociedade no campo da saúde, na igualdade de género, no empoderamento económico da mulher e não só, e na educação da sociedade.

Preocupante é o exíguo número de alunos nas escolas técnicas e profissionais. Devido ao baixo nível de desenvolvimento do País em muitas áreas e devido à necessidade de se capacitarem milhares de jovens para rapidamente encontrarem empregos é urgente um investimento massivo no desenvolvimento de escolas técnicas profissionais aos vários níveis.

Os professores primários são a espinha dorsal da educação, da sociedade e do futuro do País. O número de pessoas que em 2017 estava a frequentar o curso de formação de professores primários assim como o número de pessoas que tirou este curso é muito aquém das necessidades básicas do subsistema de ensino primário. Os dados do Censo não permitem averiguar as razões desta situação, se é simplesmente uma falta de oferta de formação ou se é uma questão de pouca procura. Dado o nível de absentismo mencionado na Introdução deste documento e a situação problemática da educação, possivelmente ambas as questões devam ser abordadas e garantir uma participação nos cursos muito maior do que tem sido até agora. Além disso, dado o número provavelmente significativo de professores no activo sem formação, um programa especial de dimensão considerável deveria ser implementado por forma a que todos os professores em exercício tenham curso.



8 > Referências

D'Addio, Anna Cristina

- 2007 Intergenerational Transmission of Disadvantage: Mobility or Immobility across Generations? A Review of the Evidence for OECD Countries. OECD Social, Employment and Migration Working Papers No. 52.

Birchenall, Javier A.

- 2016 Population and development redux. *Journal of Population Economics* 29 (2): 627-656.

Buchmann, Claudia e Emily Hannum.

- 2001 Education and stratification in developing countries: a review of theories and research. *Annual Review of Sociology* 27: 77-102.

Fernandes, Danielle C.

- 2004 Race, socioeconomic development, and the educational stratification process in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility* 22: 365-422.

Fernandes, Danielle C. e Jorge A. Neves.

- 2010 Urban bias in development and educational attainment in Brazil. *Journal of Developing Areas* 43(2): 271-288.

Hannum, Emily e Claudia Buchmann.

- 2005 Global educational expansion and socio-economic development: an assessment of findings from the social sciences. *World Development* 33: 333-354.

House, William J. e George Zimalirana.

- 1992 Rapid population growth and poverty generation in Malawi. *Journal of Modern African Studies* 30 (1): 141-161.

Instituto Nacional de Estatística (INE).

- 2010 Resultados Definitivos do III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz>>
2019 Resultados Definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017. Maputo, INE.

Kelley, Allen C. e Robert M. Schmit.

- 1996 Saving, dependency and development. *Journal of Population Economics* 9 (4): 365-386.

Kuo, Hsiang-Hui C. e Robert M. Hauser.

- 1995 Trends in family effects on the foundation of blacks and whites' brothers. *Sociology of Education* 68 (2): 136-160.

Lipton, Michael.

- 1997 Why Poor People Stay Poor: Urban Bias in World Development. Cambridge, MA, Harvard University Press.

Lutz, Wolfgang.

- 2014 A population policy rationale for the twenty first Century. Population and Development Review 40 (3): 527-544.

Mayhew, Susannah H. e Tim Colbourn.

- 2015 Population growth. In: Jeff Waage e Christopher Yap (orgs.). Thinking Beyond Sectors for Sustainable Growth. Ubiquity Press: 37-44

McNicoll, Geoffrey

- 1984 Consequences of rapid population growth: an overview and assessment. Population and Development Review 10 (2): 177-240.

Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH).

- 2007 Levantamento Escolar de 2007. Maputo, MINEDH.
2017 Levantamento Escolar de 2017. Maputo, MINEDH.
2021 Levantamento Escolar de 2021. Maputo, MINEDH.

Rees, Philip.

- 2018 Education and demography: a review of world population and human capital in the 21st century. Vienna Yearbook of Population Research 16. Special issue on Broadening Demographic Horizons: 37-54.

Salata, André.

- 2020 Race, class and income inequality in Brazil: a social trajectory analysis. Dados 63 (3).

UNDP Sippel, Lilli; Tanja Kiziak; Franziska Woellert e Reiner Klingholz

- 2011 Africa's Demographic Challenges: How a Young Population Can Make Development Possible. Berlin Institute for Population and Development.

UNDP

- 2020 Human Development Report 2020 , New York, UNDP.

UNDP

- 2021 Sustainable Development Goals | United Nations Development Programme (undp.org). Acessado 2 de Outubro de 2021.

UNESCO e MINEDH.

- 2019 Revisão de Políticas Educacionais de Moçambique. Maputo, UNESCO e MINEDH.

UNICEF

- 2012 The State of the World Children 2012. New York, UNICEF: 83-137.

UNICEF

- 2021 Education | UNICEF. UNICEF Mozambique. Acessado em 7 de Julho de 2021.

UNICEF

- 2021 Equidade da Despesa Pública no Sector da Educação, Moçambique 2015-2019. UNICEF.

UNFPA e Ministério de Economia e Finanças.

- 2018 UNFPA Mozambique | Dividendo Demográfico: Investir no capital humano, acessado em 4 de Outubro de 2022.
Van der Berg, Servaas; Carlos da Maia e Cobus Burger. 2017. Educational Inequalities in Mozambique. UNU-WIDER Working Paper 2017/212.

World Bank

- 2020 World Development Indicators. Disponível em: https://www.google.com/publicdata/explore?ds=d5bncppjof8f9_&hl=en_US&dl=en_US. Acessado em Agosto de 2021.

9 > Anexos

Quadro A1: Analfabetismo para pessoas acima de 15 anos por grupo etário

Grupos de idade	Alfabetizado					
	1997		2007		2017	
	N	%	N	%	N	%
15-19	85 294	48,1%	140 190	67,6%	203 889	71,9 %
20-24	67 263	42,8%	107 924	57,1%	170 372	71,1%
25-29	51 847	41,0%	84 371	50,1%	125 361	67,9%
30-34	42 579	44,0%	64 458	47,4%	94 143	62,4%
35-39	33 727	38,4%	51 662	45,6%	75 595	56,5%
40-44	20 441	32,8%	38 657	47,2%	56 983	53,9%
45-49	15 992	27,2%	30 122	42,5%	42 289	51,5%
50-54	9 612	22,6%	19 223	34,4%	32 725	50,9%
55-59	7 293	20,0%	13 958	31,9%	23 014	47,2%
60-64	4 911	18,8%	8 600	26,2%	15 783	40,0%
65-69	3 569	15,6%	6 230	23,7%	10 714	35,2%
70-74	1 492	14,2%	3 543	21,6%	6 170	31,5%
75-79	1 140	12,3%	2 332	18,4%	4 446	28,4%
80+	735	9,9%	1 891	15,8%	5 689	27,8%
Total	345 895	37,5%	573 161	49,1%	867 173	61,1%

Grupos de idade	Analfabeto					
	1997		2007		2017	
	N	%	N	%	N	%
15-19	91 990	51,9%	67 111	32,4%	79 722	28,1%
20-24	90 057	57,2%	81 197	42,9%	69 152	28,9%
25-29	74 494	59,0%	83 945	49,9%	59 157	32,1%
30-34	54 097	56,0%	71 618	52,6%	56 746	37,6%
35-39	54 067	61,6%	61 735	54,4%	58 159	43,5%
40-44	41 809	67,2%	43 259	52,8%	48 822	46,1%
45-49	42 920	72,9%	40 729	57,5%	39 833	48,5%
50-54	32 946	77,4%	36 725	65,6%	31 512	49,1%
55-59	29 134	80,0%	29 806	68,1%	25 700	52,8%
60-64	21 245	81,2%	24 188	73,8%	23 648	60,0%
65-69	19 282	84,4%	20 085	76,3%	19 753	64,8%
70-74	9 040	85,8%	12 893	78,4%	13 421	68,5%
75-79	8 104	87,7%	10 375	81,7%	11 227	71,6%
80+	6 668	90,1%	10 091	84,2%	14 742	72,2%
Total	575 853	62,5%	593 757	50,9%	551 594	38,9%

Fonte: Censos de 1997, 2007 e 2017. Amostra de 10%.

Quadro A2: População analfabeta com 15 anos e mais, por área de residência

1997				
	Urbano		Rural	
	N	%	N	%
Sabe ler e escrever	181 420	65,6	164 474	25,5
Não sabe ler e/ou escrever	95 333	34,4	480 521	74,5
Total	276 753	100	644 995	100

2007				
	Urbano		Rural	
	N	%	N	%
Sabe ler e escrever	286 174	74,7	286 987	36,6
Não sabe ler e/ou escrever	97 200	25,3	496 557	63,4
Total	383 374	100	783 544	100

2017				
	Urbano		Rural	
	N	%	N	%
Sabe ler e escrever	416 296	82,2	450 877	49,4
Não sabe ler e/ou escrever	90 124	17,8	461 470	50,6
Total	506 420	100	912 347	100

Fonte: Censo 1997, 2007 e 2017. Amostra de 10%.

Quadro A3: Regressão logística para a probabilidade de ser alfabetizado segundo características, Moçambique 2017

	B	Desvio Padrão	P-valor
Mulher	-1,26	0,00	0,000
Grupos de idade			
De 15 a 19 anos (referência)			
De 20 a 24 anos	-0,05	0,01	0,000
De 25 a 29 anos	-0,29	0,01	0,000
De 30 a 34 anos	-0,62	0,01	0,000
De 35 a 39 anos	-0,86	0,01	0,000
De 40 a 44 anos	-0,98	0,01	0,000
De 45 a 49 anos	-1,04	0,01	0,000
De 50 a 54 anos	-1,16	0,01	0,000
De 55 a 59 anos	-1,36	0,01	0,000
De 60 a 64 anos	-1,71	0,01	0,000
De 65 a 69 anos	-1,88	0,01	0,000
De 70 a 74 anos	-2,12	0,02	0,000
De 75 a 79 anos	-2,23	0,02	0,000
Acima de 80 anos	-2,31	0,02	0,000
	B	Desvio Padrão	P-valor
Urbano	1	0,00	0,000
Provincia			
Niassa (referência)			
Cabo Delgado	-0,02	0,01	0,021
Nampula	0,01	0,01	0,493
Zambézia	0,27	0,01	0,000
Tete	0,34	0,01	0,000
Manica	0,88	0,01	0,000
Sofala	0,54	0,01	0,000
Inhambane	1,20	0,01	0,000
Gaza	1,24	0,01	0,000
Maputo	1,86	0,01	0,000
Cidade de Maputo	1,98	0,02	0,000

Fonte: Censo de 2017. Amostra de 10%.

Estatísticas inferenciais

1. Resultados Testes de Qui quadrado de Independência
2. Quadro de frequência à escola filhos e filhas entre 15-24 anos de idade de Mães com Ensino Primário do 2º Grau (EP2) concluído e Mães com Nenhum Grau Concluído.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1248 267 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	1381 125	22	,000
Linear-by-Linear Association	962 244	1	,000
N of Valid Cases	10 755		

- a. Provincia = Niassa
- b. 4 cells (11,1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,44.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1121 729 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	1206 835	22	,000
Linear-by-Linear Association	863 447	1	,000
N of Valid Cases	11 766		

- a. Provincia = Cabo Delgado
- b. 6 cells (16,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,31.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2 293 468 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	2 470 581	22	,000
Linear-by-Linear Association	1 748 429	1	,000
N of Valid Cases	26 274		

- a. Provincia = Nampula
- b. 5 cells (13,9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,91.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2 345 994 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	2 546 063	22	,000
Linear-by-Linear Association	1 733 548	1	,000
N of Valid Cases	31 157		

- a. Provincia = Zambézia
- b. 1 cells (2,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,51.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1 805 885 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	1 949 502	22	,000
Linear-by-Linear Association	1 490 967	1	,000
N of Valid Cases	21 711		

a. Provincia = Tete

b. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,17.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1 088 800 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	1 145 655	22	,000
Linear-by-Linear Association	909 733	1	,000
N of Valid Cases	18 006		

a. Provincia = Manica

b. 2 cells (5,6%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,70.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2 293 468 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	2 470 581	22	,000
Linear-by-Linear Association	1 748 429	1	,000
N of Valid Cases	26 274		

a. Provincia = Nampula

b. 5 cells (13,9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,91.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1 629 217 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	1 777 935	22	,000
Linear-by-Linear Association	1 313 602	1	,000
N of Valid Cases	22 881		

a. Provincia = Sofala

b. 3 cells (8,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,77.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	719 711 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	748 210	22	,000
Linear-by-Linear Association	645 478	1	,000
N of Valid Cases	14 826		

a. Provincia = Inhambane

b. 5 cells (13,9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,89.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	945 864 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	985 715	22	,000
Linear-by-Linear Association	807 352	1	,000
N of Valid Cases	15 102		

- a. Provincia = Gaza
b. 5 cells (13,9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,96.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	794 224 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	817 815	22	,000
Linear-by-Linear Association	550 793	1	,000
N of Valid Cases	20 474		

- a. Provincia = Maputo provincia
b. 3 cells (8,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,62.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	433 895 ^b	22	,000
Likelihood Ratio	450 033	22	,000
Linear-by-Linear Association	251 476	1	,000
N of Valid Cases	12 964		

- a. Provincia = Maputo Cidade
b. 4 cells (11,1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,51.

Quadro A4 frequência à escola filhos e filhas entre 15-24 anos de idade de Países com Ensino Primário do 2º Grau (EP2) concluído e com nenhum grau concluído.**Chi-Square Tests ^a**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1 033 314 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	1 077 348	24	,000
Linear-by-Linear Association	350 434	1	,000
N of Valid Cases	7907		

- a. Provincia = Niassa
b. 6 cells (15,4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,05.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	860 949 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	889 414	24	,000
Linear-by-Linear Association	329 835	1	,000
N of Valid Cases	8 738		

- a. Provincia = Cabo Delgado
b. 6 cells (15,4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,86.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	2 138 672 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	2 180 630	24	,000
Linear-by-Linear Association	562 680	1	,000
N of Valid Cases	20 361		

a. Provincia = Nampula

b. 0 cells (0,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,14.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1 934 586 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	1 949 181	24	,000
Linear-by-Linear Association	756 768	1	,000
N of Valid Cases	23 125		

a. Provincia = Zambézia

b. 2 cells (5,1%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,24.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1 791 198 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	1 837 518	24	,000
Linear-by-Linear Association	771 512	1	,000
N of Valid Cases	16 660		

a. Provincia = Tete

b. 6 cells (15,4%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,37.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	795 397 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	792 364	24	,000
Linear-by-Linear Association	439 648	1	,000
N of Valid Cases	12 527		

a. Provincia = Manica

b. 5 cells (12,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,49.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	1 721 985 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	1 702 200	24	,000
Linear-by-Linear Association	782 279	1	,000
N of Valid Cases	16 901		

a. Provincia = Sofala

b. 3 cells (7,7%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,09.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	605 169 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	623 349	24	,000
Linear-by-Linear Association	304 794	1	,000
N of Valid Cases	10 619		

- a. Provincia = Inhambane
b. 7 cells (17,9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,32.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	583 274 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	618 823	24	,000
Linear-by-Linear Association	294 884	1	,000
N of Valid Cases	9 093		

- a. Provincia = Gaza
b. 5 cells (12,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,60.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	549 072 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	559 731	24	,000
Linear-by-Linear Association	164 490	1	,000
N of Valid Cases	14 542		

- a. Provincia = Maputo provincia
b. 5 cells (12,8%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,30.

Chi-Square Tests ^a

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	294 538 ^b	24	,000
Likelihood Ratio	302 855	24	,000
Linear-by-Linear Association	92 075	1	,000
N of Valid Cases	9 816		

- a. Provincia = Maputo Cidade
b. 7 cells (17,9%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,13.

Variáveis na equação

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1	P31_TRABALHU1_MAE	,123	,015	64 861	1	,000	1 131
	P37_HORAS_TRABALHADAS_MAE	-,016	,002	87 284	1	,000	985
	URB_RUR_DUMMY2	,190	,015	158 232	1	,000	1 209
	P19_SABE_FALAR_PORTUGUES_MAE	,481	,015	967 506	1	,000	1 617
	P03_SEXO_FILHO	-,018	,010	3 223	1	,073	982
	P04_IDADE_FILHO	,117	,002	4 658 721	1	,000	1 125
	P31_TRABALHU1_FILHO	-,772	,012	3 976 966	1	,000	462
	foidomestico	-4 051	,040	10 007 723	1	,000	017
	P18sabe_ler_MAEdummy	,036	,014	6 743	1	,009	1 036
	P18sabe_ler_PAIdummy2	,467	,011	1 685 965	1	,000	1 595
	Cabo_Delgado	-,094	,026	13 539	1	,000	910
	Nampula	,012	,023	292	1	,589	1 012
	Zambézia	,302	,022	1 82 288	1	,000	1 353
	Tete	,020	,024	691	1	,406	1 020
	Manica	,695	,028	629 896	1	,000	2 003
	Sofala	,294	,026	130 513	1	,000	1 341
	Inhambane	,980	,030	1 086 233	1	,000	2 666
	Gaza	,968	,030	1 013 697	1	,000	2 633
	Maputo	,791	,033	590 943	1	,000	2 206
	Cidade de Maputo	,705	,045	246 772	1	,000	2 024
	Constante	-1 458	,034	1 851 444	1	,000	233

a. Variáveis inseridas na etapa 1: P31_TRABALHU1_MAE, P37_HORAS_TRABALHADAS_MAE, URB_RUR_DUMMY2, P19_SABE_FALAR_PORTUGUES_MAE, P03_SEXO_FILHO, P04_IDADE_FILHO, P31_TRABALHU1_FILHO, foidomestico, P18sabe_ler_MAEdummy, P18sabe_ler_PAIdummy2, Cabo_Delgado, Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Maputo_Provincia, Maputo_Cidade.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Av. 24 de Julho, nº 1989, C. Postal 493
Email: info@ine.gov.mz
Web: www.ine.gov.mz Maputo - Moçambique

